VI SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO

III Encontro Internacional de Políticas Públicas em Educação

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO: prismas, movimentos, transições

ANAIS DO EVENTO

ISSN 2236-7306

Apoio

ACIF FAPESP Fundunesp FUNDAÇÃO vunesp

Realização

unesp Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca

Uni-FACEF – Centro Universitário Municipal de Franca
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP Franca

VI SIMPÓSIO DE EDUCAÇÃO
III ENCONTRO INTERNACIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS EM EDUCAÇÃO

ANAIS DO EVENTO

ISSN 2236-7306

FRANCA
2017

Comissão Organizadora

UNESP

Célia Maria David
Genaro Alvarenga Fonseca
Hilda Maria Gonçalves da Silva
Vânia de Fátima Martino
Márcia Pereira da Silva
Éllen Braune Reis Silva
Santiago Castigio e Monteiro
Sebastião Donizete da Silva
Sílvia Cristina Soggio Del Monte

Uni-FACEF

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
José Alfredo de Pádua Guerra
Alfredo José Machado Neto
Ana Lúcia Furquim Campos-Toscano
Sílvia Regina Viel
Welton Roberto Silva
Lucas Antônio dos Santos
Noemia Lopes Toledo
Alexandre Manoel Peeira
Sandra Aparecida Ferreira Guerra
Naomi de Melo Marcondes Luz

FFCL Ituverava

Maria Madalena Graciloi
Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade

Comissão Científica

UNESP

Célia Maria David
Genaro Alvarenga Fonseca
Hilda Maria Gonçalves da Silva
Vânia de Fátima Martino
Márcia Pereira da Silva

Uni-FACEF

Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Ana Lúcia Furquim Campos-Toscano
Sílvia Regina Viel
Mônica de Oliveira
Irma Helena Ferreira Benate Bonfim
Lucinda de Fátima Maria Coelho Rodrigues
Adriana Aparecida Silvestre Gera Ribeiro
Welton Roberto Silva

FFCL Ituverava

Maria Madalena Graciloi
Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade

Conselho Editorial

Antônio Manoel Seixas Sampaio da Nóvoa – Universidade de Lisboa
Daniela Melaré Vieira Barros – Universidade Aberta / Portugal
Vitor Henrique Paro – FEUSP
Teise de Oliveira Guaranha Garcia – FFCLRP / USP
Karina Augusta Limonta Vieira
Ivani de Lourdes Marchesi e Oliveira

© 2017 dos autores
Direitos de publicação
Uni-FACEF – Centro Universitário Municipal de Franca
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP Franca
Capa: Artur Ubiali Maniglia

S621s Simpósio de Educação (6: 2017: Franca, SP)
Simpósio de Educação, 6; Encontro Internacional e Políticas Públicas em Educação, 3, 29 – 1 set. / Uni-FACEF – Centro Universitário Municipal de Franca. – Franca: Uni-FACEF, 2017.

Resumos do VI Simpósio de Educação; III Encontro Internacional e Políticas Públicas em Educação

ISSN 2236-7306

1.Pesquisa Científica. 2. Iniciação Científica. 3.Pesquisa. 4.Educação I.T.

CDD 370

TODOS OD DIREITOS RESERVADOS - É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (lei no. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do código Penal. **Todo o conteúdo apresentado neste livro é de responsabilidade exclusiva de seus autores.**

Editora Uni-FACEF Centro Universitário Municipal de Franca
Associada à ABEC - Associação Brasileira de Editores Científicos

APRESENTAÇÃO

É com muita honra que apresentamos os **Anais do Evento**, resultante dos resumos submetidos à apreciação da Comissão Científica do *VI Simpósio de Educação* e *III Encontro Internacional de Políticas Públicas em Educação.*

O tema dos eventos, *Educação e Desenvolvimento: prismas, movimentos e transições*, propiciou a inserção de investigações nas áreas de desenvolvimento regional, políticas públicas e, para atender aos graduandos de licenciatura, a temática PIBID – *Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência*. Assim, vários olhares sobre a educação escolar, em diversos focos que a tratam, possibilitam alardear o conhecimento acadêmico na área.

A possibilidade de reunir pesquisadores de muitas instituições de ensino superior, brasileiras e estrangeiras, da educação básica e profissionais de mercado, tanto em palestras, como em mesas redondas, oficinas e comunicações coordenadas contribui para trocas de ideias, experiências e vivências e também de construção de conhecimento.

Nesse sentido, investigações trazem diversas áreas de conhecimento, mas que se encontram, no viés pedagógico e didático, motivam a busca da ciência, para integralizar o conhecimento e promovê-lo, por meio da interdisciplinaridade.

Ainda, o encontro de pesquisadores de graduação e pós-graduação permite consolidar o ensino e a continuidade em pesquisas no Brasil, uma motivação simultânea de ensino e aprendizagem.

O diálogo entre a pesquisa em educação no Brasil e na Europa revela a riqueza teórica, acadêmica e metodológica promovida nos debates.

Parabéns aos pesquisadores. Que seja frutífera a leitura e a reflexão dos resumos aqui apresentados.

Profª Drª Célia Maria David (Unesp)
Profª Drª Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira (Uni-FACEF)
(Organizadoras)

SUMÁRIO

A ATUAÇÃO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL COMO AGENTE PROMOTOR DEFENSOR DA GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO ÂMBITO ESCOLAR 15

A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA ESCOLAR NA PERSPECTIVA DISCENTE: AS REDES DE COMPARTILHAMENTO DO CONHECIMENTO FACE A DEMOCRATIZAÇÃO DO SABER 16

A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO: LEVANTAMENTO, ANÁLISE E REFLEXÃO DE ARTIGOS PUBLICADOS NO BRASIL 17

A CONTRIBUIÇÃO DA AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA PARA INDIVÍDUOS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM 18

A CONTRIBUIÇÃO DA GESTÃO OPERACIONAL PARA A EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV) E SUA IMPORTÂNCIA PARA O ESTABELECIMENTO DA PARCERIA EFETIVA COM A SOCIEDADE 19

A CRIANÇA E O SISTEMA DE NUMERAÇÃO DECIMAL: ANÁLISE DE ESCRITAS NUMÉRICAS 20

A DESPOLITIZAÇÃO DO GRÊMIO ESTUDANTIL: ANÁLISE DE UMA ESCOLA EM PARTICULAR 21

A DIMENSÃO TÉCNICA COMO POSSIBILIDADE HEURÍSTICA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO 22

A EDUCAÇÃO A DISTANCIA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA 22

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DO TUTOR NO PROCESSO DE ENSINO E QUALIDADE DO CURSO 23

A EDUCAÇÃO DIANTE DAS DISCUSSÕES SOBRE A MAIORIDADE PENAL NO CONTEXTO BRASILEIRO 24

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: análise na rede municipal no interior de Minas Gerais 25

A EDUCAÇÃO DE GÊNERO COMO PREMISSA DE COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ENTRE DESAFIOS E PERSPECTIVAS 26

A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E A POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PARA JUVENTUDE 27

A ESQUIZOANÁLISE EM SALA DE AULA: GUATTARI E A PEDAGOGIA DA DIFERENÇA 28

A GESTÃO ESCOLAR E A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS 29

A HISTÓRIA DA MATEMÁTICA COMO FERRAMENTA PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM DO CONCEITO DE FUNÇÃO 30

A HISTÓRIA DE SOFIA: VIVÊNCIAS E DIFICULDADES DE UMA TRANSEXUAL NO EJA 31

A INCLUSÃO DA COMUNIDADE LGBT NAS ESCOLAS: REFLEXÕES 32

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS ALUNOS DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - PROJETO INTERDISCIPLINAR 33

A INFLUÊNCIA DO PIBID NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A PARCERIA ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA 34

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL 35

A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS NA ERA DA INFORMAÇÃO 36

A PERSPECTIVA PRÉ-VIOLATÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO: ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA 37

A PESQUISA QUALITATIVA APLICADA À FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: REFLEXÕES SOBRE TEORIA E PRÁTICA 38

A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EXECUTADA POR UMA FUNDAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BATATAIS 39

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE LUTA: uma reflexão na concepção gramsciana 40

A PRÁTICA DO ENSINO DE HISTÓRIA: a percepção crítica do reinado de D. Pedro II pela realidade do aluno 42

A REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: do espaço de ensino aprendizagem a mão de obra do/a estagiário/a 43

A RELAÇÃO ENTRE A MULHER E A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO SOCIAL BRASILEIRO 44

A RELEVÂNCIA DE DIFERENTES MODALIDADES E PRÁTICAS DE ENSINO PARA A CONQUISTA DE UMA EDUCAÇÃO MAIS DEMOCRÁTICA, CRÍTICA E EMANCIPADORA 45

A REPRESENTAÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS DA FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA: A CULTURA DE ESCOLA COMO ELEMENTO DE ANÁLISE DE POLÍTICA NO CAMPO EDUCACIONAL 46

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL 47

ALGUNS ASPECTOS DA JUVENTUDE BRASILEIRA E SUA RELAÇÃO COM O “MUNDO” ESCOLAR 48

ANACRONISMO PARA O SUBDESENVOLVIMENTO: OS ITINERÁRIOS FORMATIVOS ENQUANTO PROMOTORES DAS DESIGUALDADES SOCIAIS ... 49

ANOTHER BRICK IN THE WALL: de que educação precisamos? ... 50

ANÁLISE DAS NORMAS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO ... 51

ANÁLISE DE CONTEÚDO HERMENÊUTICA: a aplicação do método na área da Educação ... 52

AS (IM)POSSIBILIDADES DO TEATRO DO OPRIMIDO COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS ... 53

AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO UNIVERSO EDUCACIONAL E O SERVIÇO SOCIAL ... 54

AS IMPORTÂNCIAS E AS DIFICULDADES DE TRABALHAR MAPAS NO ENSINO DA HISTÓRIA NA EXPERIÊNCIA DO BOLSISTA ID ... 56

AS MODIFICAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 12.318/2010 E SEUS DESDOBRAMENTOS NO ÂMBITO DO DIREITO DE FAMÍLIA COM ÊNFASE NA SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL E NA SOCIOPARENTALIDADE ... 57

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: REFLEXOS E AVANÇOS NA REGIÃO DE FRANCA/SP ... 58

COMUNICAÇÃO: métodos de alfabetização ... 58

CONSELHO TUTELAR FRENTE A PROTEÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE ... 59

CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA EM UBERABA-MG NO INÍCIO DO SÉCULO XX (1900-1910) ... 60

CONSTRUINDO SENTIDOS: PROCESSOS DE LEITURA À LUZ DE UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA ... 61

CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DE STANLEY MILLER E SUA ABORDAGEM EM LIVROS DIDÁTICOS ... 62

CONTRIBUIÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA NA PERSPECTIVA DE DOCENTES DE EDUCAÇÃO INFANTIL ... 63

CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA CONSTRUÇÃO DE SABERES SOBRE SEXUALIDADE ... 64

COOPERAÇÃO COMO METODOLOGIA DE ENSINO: protagonismo compartilhado ... 66

CORPOREIDADE: UM CONCEITO MEDIADOR PARA A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL QUE ATUA NA EDUCAÇÃO INFANTIL ... 67

CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA: a importância da educação popular como possibilidade para o seu desenvolvimento ... 68

CRISE ÉTICA NA CONTEMPORANEIDADE E O PENSAR EM HANNAH ARENDT.....69

CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA: elementos para a formação docente.....70

CURSO DE GESTÃO EMPREENDEDORA EM PARCERIA COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA (SP) VISANDO O DESENVOLVIMENTO EMPREENDEDOR FEMININO DA MULHER DE BAIXA RENDA.....70

DESAFIOS DO GESTOR ESCOLAR NA EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: a relação escola e família 72

DESAFIOS DO TRABALHO COM DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO DURANTE UM EPISÓDIO DE FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE.....73

DESENVOLVIMENTOS HUMANO E SOCIAL: ações educativas de intervenção à pediculose na rede e nos serviços municipais de educação infantil de Franca – SP 73

DIREITO E RESPONSABILIDADE SOCIAL DO ENSINO: a educação do séc. XXI 75

DIREITOS E CIDADANIA: uma análise acerca da importância da perspectiva educativa na construção da participação social 76

DISCRIMINAÇÃO SEXUAL: a necessidade de políticas públicas e práticas pedagógicas que combatam ou minimizem os efeitos da lgbtfobia no ambiente escolar.....77

DISSONÂNCIAS ENTRE LEGISLAÇÕES E NORMAS ENVOLVENDO A RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA E A PRÁTICA EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL.....78

DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS DO CIENTISTA BRASILEIRO VITAL BRAZIL...79

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: uma análise das publicações e políticas públicas paulista.....80

EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA NO BRASIL: o que dizem as legislações e políticas públicas, a partir da Constituição de 1988 81

EDUCAÇÃO LIBERTADORA: em busca de práticas e vivências que despertem a vontade e o prazer de aprender 82

EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL EM REFLEXÃO: a mediação do professor universitário em conflitos gerados nos processos ensino-aprendizagem.....83

EDUCAÇÃO E SUAS FORMAS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: a interface com o serviço social 85

ENSINO DE HISTÓRIA: o Egito em história em quadrinhos 86

ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: os recursos didáticos disponíveis para a docência em História 87

ESCOLA E TRANSFOBIA: vivências de pessoas transexuais 88

ESTAGIÁRIO DE PSICOLOGIA: vivências e reflexões sobre a transição teoria-prática na graduação em psicologia através de grupos psicodramáticos 89

EXPERIMENTAÇÕES ARTÍSTICAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA NO BERÇO DA ARTE: relato de experiência 90

FAMÍLIAS E OS DESAFIOS NAS RELAÇÕES SOCIAIS: trabalhando com projetos sociais 91

GESTÃO PÚBLICA ESCOLAR SOB AS LENTES DA CULTURA ORGANIZACIONAL 92

GESTÃO DO TEMPO COMO FATOR PARA O DESEMPENHO DE DISCENTES EM NOVOS PARADIGMAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM 94

GPS (GLOBAL POSITIONING SYSTEM): UMA APLICAÇÃO DOS CONTEÚDOS DE GEOMETRIA ANALÍTICA UTILIZANDO O SOFTWARE GEOGEBRA 95

GRÊMIO ESTUDANTIL: democracia, movimento estudantil e a escola 95

INCENTIVO AO DEBATE AMBIENTAL EM TURMAS DO ENSINO MÉDIO EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE FRANCA – SP 96

INFÂNCIA: tempo brincar e ser criança 97

INTERVENÇÃO GRUPAL COM CRIANÇAS NO CONTEXTO ESCOLAR PÚBLICO 98

INVESTIGAÇÃO DE PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO NUTRICIONAL EM UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO 99

JORNALISMO E A (IM)PARCIALIDADE 100

LAR DA CARIDADE: SUBSIDIOS PARA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS VIA POLITICAS SOCIAIS ATRAVES DA ASSISTENCIA SOCIAL 101

LEITURA E BIBLIOTECA ESCOLAR: PERCEPÇÕES DE ALUNOS DO COLÉGIO TIRADENTES DA POLÍTICA MILITAR DE UBERABA-MG 102

LITERATURA E SUA RELAÇÃO COM A VIDA:leitura de literatura no PIBIB – Letras/Uni-FACEF 103

LIÇÕES DE VIDA: o direito à alfabetização 104

METODOLOGIAS ATIVAS COMO FERRAMENTA DA QUEBRA DE PARADIGMAS: o olhar do estudante 105

METODOLOGIAS ATIVAS NOS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM CONTEMPORÂNEOS: apontamentos relevantes 106

MULHERES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS: contribuições da aprendizagem dialógica 108

MÃOS À OBRA: a realização de uma experiência de ensino sobre meio ambiente a partir de um enfoque interdisciplinar 109

MÉTODOS CONSENSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA SOLUCIONAR LITÍGIOS NO ÂMBITO ESCOLAR 110

NOVAS PRÁTICAS EM PSICOLOGIA ESCOLAR: relato de uma intervenção psicodramática 111

O ACESSO DA JUVENTUDE RURAL DO ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJÚ - SP ÀS POLITICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NO CAMPO E OS IMPACTOS EM SUA PERSPECTIVA DE VIDA 112

O ALUNO SURDO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO NO ENSINO (?) 113

O ALUNO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SUAS PERSPECTIVAS EM RELAÇÃO AO MERCADO TRABALHO 114

O ASSISTENTE SOCIAL NA PRODUÇÃO E NO REDIMENSIONAMENTO TEÓRICO PRÁTICO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO (RELATO DE EXPERIÊNCIA) 115

O CAMINHO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO QUE SURGE: performance matemática digital 116

O CRESCIMENTO DA METODOLOGIA HÍBRIDA NO ENSINO SUPERIOR E O PAPEL DO PROFESSOR NESSE MODELO DE ENSINO 117

O CURRÍCULO E A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: considerações sobre o contexto escolar 118

O DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE DE SEN E A EDUCAÇÃO LIBERTADORA DE FREIRE 119

O DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA: novas perspectivas para as políticas educacionais a partir da lei 13.146/2015 120

O ENSINO MÉDIO NO BRASIL: uma revisão de documentos oficiais e publicações em artigos científicos 121

O ENSINO DE HISTÓRIA E A FORMAÇÃO DA AUTONOMIA: a construção coletiva do saber histórico na sala de aula 123

O ENSINO DE HISTÓRIA E O USO DE TECNOLOGIA NA SALA DE AULA 124

O ENSINO DE MATEMÁTICA PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA 125

O ENSINO DE POLÍTICA NAS ESCOLAS: a emancipação do jovem por meio da educação 126

O ENSINO-APRENDIZAGEM COM INTERFACE DO USO DA TECNOLOGIA ATRAVÉS DO ENSINO HÍBRIDO 127

O ESTAGIÁRIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR INSTITUCIONAL DO Uni-FACEF: grupo com alunos, assessoria ao professor e à equipe técnica administrativa como espaços de transformação da instituição escolar. 128

O LEÃO E A FEITICEIRA DENTRO DO GUARDA-ROUPA: ADOLESCENTES E SUAS CONCEPÇÕES SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO 130

O MATERIAL DIDÁTICO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO NA EXPERIÊNCIA DO BOLSISTA ID 131

O OLHAR DA GESTÃO ESCOLAR NO ÂMBITO DA SEXUALIDADE DOS ALUNOS 132

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO E DE RECLUSÃO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: o exemplo do Hospital Allan Kardec 133

O PAPEL DO GESTOR NA CONSTRUÇÃO DA MORALIDADE NA ESCOLA: PESQUISA DE TIPO ETNOGRÁFICO 134

O PIBID EM QUESTÃO: análise conjuntural do programa na UNESP/Campus Franca e seus desdobramentos no processo de formação profissional do professor 135

O PRECONCEITO DE GÊNERO E A HISTÓRIA DAS MULHERES NA MATEMÁTICA 136

O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA ATUALIDADE 136

O PROFESSOR E A POLITICA EDUCACIONAL BRASILEIRA 137

O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ COMO FORMA DE INSERÇÃO DA JUVENTUDE NO MUNDO DO TRABALHO 138

O PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA NA ESCOLA PARA PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO 139

O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO E A LEI AFIRMATIVA 10.639/03 140

O PROJETO PIBID NA ESCOLA PÚBLICA DE FRANCA 141

O SUJEITO EM PAULO FREIRE: concepção e análise das obras pedagogia do oprimido, pedagogia da esperança e pedagogia da autonomia 141

O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: ENTRE OS SISTEMAS NORMATIVOS E A CULTURA ORGANIZACIONAL 143

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: produção do conhecimento nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da região sudeste 144

O TRABALHO DO PSICÓLOGO NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL: uma experiência de estágio supervisionado 145

O USO DO INSTAGRAM NAS AULAS DE LÍNGUA ESPANHOLA: ressignificando o cartão postal sob a luz da complexidade 146

OS JOVENS E AS REDES SOCIAIS 147

OS RECURSOS MIDIÁTICOS NO ENSINO-APRENDIZAGEM NO EAD 148

PARTICIPAÇÃO DOCENTE NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 150

PERCEPÇÃO DE DEFICIÊNCIA PELA SOCIEDADE E CULTURA DO PRECONCEITO: repercussões nas relações interpessoais na escola 151

PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE 152

PESQUISA-AÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE FRANCA EM BUSCA DA QUALIDADE 153

PIBID: a experiência do subprojeto de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava 154

PIBID: Um estudo sobre o programa desenvolvido em uma instituição de ensino superior do estado de São Paulo 155

POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: a experiência do município de Franca 156

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR 157

POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA PERSPECTIVA DA LEI Nº 10.639/03 158

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: análise e contribuição 159

POLÍTICAS PÚBLICAS E A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO 160

PRIVAÇÃO DO BEM-ESTAR PRODUZIDA PELO DANO MORAL: a questão do abandono afetivo de filho e a responsabilidade civil frente à família 161

PRODUÇÃO TEXTUAL OU REDAÇÃO? uma análise discursiva de produções textuais do 9º ano do ensino Fundamental 161

PROGRAMA DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL I 162

PROGRAMAÇÃO LINEAR: resolução pelo Simplex com a utilização do Solver 164

PROJETO A ARTE DE SER MULHER: o enfrentamento da violência domestica por meio do trabalho socioeducativo 164

PROJETO “OBSERVATÓRIO DO TEMPO PRESENTE”: uma experiência no ensino de História a partir do PIBID 166

RECUPERAÇÃO DE CICLO: propostas e desafios 167

REGIME DA PROGRESSÃO CONTINUADA: panorama histórico dos sistemas de avaliação não seriados no brasil 167

SABERES DA DOCÊNCIA: um olhar sobre a formação do docente de história 168

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: construção possível 169

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS 170

SEXUALIDADE E GÊNERO: concepções de um grupo de alunos de uma escola pública do interior paulista 171

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL E SUAS CONTRIBUIÇÕES À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA 172

TAMANQUEANDO NA GEADA: reflexões sobre a experiência do Fandango Caiçara (do Paraná) em sala de aula 173

TECNOLOGIAS DIGITAIS APLICADAS ÁS ENGENHARIAS: um estudo sobre aprendizagem de língua portuguesa e motivação 175

TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL E PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: perspectiva de uma práxis transformadora 176

UM TRABALHO COM A ESFERA JORNALÍSTICA: o jornal em sala de aula 177

UM TRABALHO COM A ESFERA LITERÁRIA: o cordel em sala de aula 178

ÍNDICE 180

A ATUAÇÃO DO ORIENTADOR EDUCACIONAL COMO AGENTE PROMOTOR DEFENSOR DA GARANTIA DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE NO ÂMBITO ESCOLAR

Flavia Pinheiro da Silva Colombini
Vânia de Fatima Martino
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O presente artigo pretende analisar a atuação dos orientadores educacionais na rede de educação municipal da cidade de Franca – SP, como agentes defensores da garantia de diretos das crianças que estudam nas escolas desse município. Para isso, partiremos de uma revisão bibliográfica acerca da função do orientador educacional no âmbito escolar e dos marcos legais sobre os direitos da criança e do adolescente em nível internacional, nacional e municipal. Também serão analisados os documentos da Secretaria Municipal de Educação que regulamentam o trabalho desse educador. Destaca-se ainda, a análise do Plano de Ação do Plano Decenal dos Direitos Humanos da Criança e do Adolescente do município de Franca (2016-2026) como um documento que pode dialogar com a atuação dos orientadores educacionais nas escolas. Conclui-se, portanto, que a articulação de um trabalho desenvolvido em rede, onde os diversos setores de promoção de diretos sociais possam trabalhar em colaboração e interação, podendo contribuir para a conquista efetiva dos direitos da criança e do adolescente. Nesse sentido, a ação dos orientadores educacionais pode ser vista como uma grande aliada, atuando sempre em parceria com a família, com a comunidade e com os órgãos do Sistema de Garantias de Direitos como, por exemplo, o Conselho Tutelar, o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente e os outros setores de promoção de direitos.

Palavras chave: Orientador educacional. Direitos da criança e adolescente. Conselho de direitos. Conselho tutelar. Plano decenal.

A CONSTRUÇÃO DA AUTONOMIA ESCOLAR NA PERSPECTIVA DISCENTE: AS REDES DE COMPARTILHAMENTO DO CONHECIMENTO FACE A DEMOCRATIZAÇÃO DO SABER

Filipe Pimenta Carota
COLÉGIO IDEAL

Grande parte das instituições educacionais do sistema público e privado apregoam um novo modelo de formação baseado nos pilares do compartilhamento, da democracia e a da autonomia. Contudo, o sistema de ensino brasileiro em pleno século XXI apresenta problemas graves em seu funcionamento. Cadeiras enfileiradas, alunos passivos, pais segregados, lousa e giz, já não garantem mais o aprendizado autônomo, tampouco, uma sociedade participativa. Este antigo modelo que vigora corrobora ao projeto de formação de massa de mão de obra trabalhadora, incorporados pelo setor produtivo, econômico e financeiro. A metodologia para construção deste trabalho pautou-se pela realização de um estudo de caso e da análise de biografia. Primeiramente, o estudo de caso toma como referência duas unidades de ensino do do munícipio de Ribeirão Preto, sendo uma do sistema público e uma do sistema privado. Em ambas, a formação do Projeto Político Pedagógico concebe a educação como prática humanística e formação de uma sociedade participativa. Em seguida, a luz da literatura acadêmica, autores na área de gestão escolar, currículo e processo de aprendizado, orientam a trajetória da pesquisa. Este trabalho apresenta, portando, como as redes de compartilhamento e a democratização do espaço escolar, em seu sentido pedagógico e político, fortificam a participação discente nas unidades de ensino. A nova geração de escolas do século XXI, tem como seu dilema despertar entre os discente a formação de alunos autônomos e pais participativos.

Palavras chave: Autonomia.Formação.Percepção discente.

A CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO EM ANTROPOLOGIA DA EDUCAÇÃO: LEVANTAMENTO, ANÁLISE E REFLEXÃO DE ARTIGOS PUBLICADOS NO BRASIL

Karina Augusta Limonta Vieira
UNIVERSIDADE LIVRE DE BERLIM

Esse trabalho tem como objetivo explicitar a construção do conhecimento em Antropologia da Educação no Brasil por meio da análise de artigos publicados no período de 1980 a 2014. Esse trabalho é decorrente de uma pesquisa de doutorado na área de Educação cuja problemática é: Qual conhecimento tem sido construído na área de Antropologia da Educação no Brasil? O método selecionado para a análise do material é a Análise de Conteúdo Hermenêutica no qual analisa o conteúdo científico e o sentido geral dos artigos. Essa pesquisa tem como suporte teórico a Antropologia Educacional Histórico-Cultural Alemã que se constitui das dimensões básicas da Educação, dos paradigmas antropológicos, das imagens do Homem e do efeito das imagens do Homem na Educação. Esse suporte teórico é também o suporte para a reflexão. Esse trabalho apresenta a Introdução, Antropologia da Educação no Brasil: contextualização no ensino, na pesquisa e na produção acadêmica, Metodologia, Análise de Conteúdo Hermenêutica, Antropologia Educacional Histórico-Cultural Alemã e Reflexão teórica e crítica e a Conclusão. Esses passos são fundamentais para o entendimento da construção do conhecimento em Antropologia da Educação no Brasil e para a compreensão dessa área. O conhecimento que tem sido construído no Brasil é o resultado de uma escolarização da Educação e do determinismo antropológico que delimita o conhecimento da Antropologia da Educação por meio apenas de teorias e métodos antropológicos, dos quais não há espaço para as problemáticas educacionais. Conclui-se em implicações ou consequências para a constituição dessa área, impedindo a consolidação da área e o diálogo entre Antropologia e Educação e entre os profissionais de ambas as áreas.

Palavras chave: Antropologia da Educação. Educação. Antropologia. Antropologia Educacional Alemã. Análise de Conteúdo Hermenêutica.

A CONTRIBUIÇÃO DA AVALIAÇÃO NEUROPSICOLÓGICA PARA INDIVÍDUOS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

Sabrina David de Oliveira*
Nassim Chamel Elias
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

A Neuropsicologia é uma ciência que integra uma das ramificações mais amplas das neurociências. Trata-se de uma ciência que investiga as alterações cognitivas e comportamentais associadas a lesões cerebrais e utiliza como ferramenta a avaliação neuropsicológica para traçar o perfil das características do funcionamento cognitivo, identificando os déficits e as habilidades preservadas. Sua importância não se limita ao diagnóstico, pois ao traçar o perfil evolutivo da disfunção cognitiva, a avaliação contribui com uma melhor delimitação prognóstica, auxiliando na escolha de estratégias mais eficazes no processo de reabilitação e fornecendo aos membros de seu convívio familiar, social e escolar, informações relevantes quanto às suas capacidades e limitações. O presente trabalho tem como objetivo, por meio de revisão de artigos publicados em periódicos com revisão aos pares, apresentar a importância da avaliação neuropsicológica e suas contribuições para a educação especial. Os resultados indicaram a relevante contribuição da avaliação neuropsicológica na aprendizagem escolar, com sua colaboração na identificação das habilidades cognitivas comprometidas e preservadas dos indivíduos e a possibilidade de intervenções através do direcionamento nas ações pedagógicas e clínicas para que o potencial máximo do aluno possa ser explorado e novos repertórios instalados. Como também, permite verificar as mudanças que ocorrem ao longo das intervenções, sejam elas pedagógicas, clínicas, cirúrgicas ou farmacológicas, para o redirecionamento nas ações. Destacando que quanto mais cedo as disfunções forem identificadas e tratadas, maior a chance de alcançar melhores desempenhos nos indivíduos.

Palavras chave: Neuropsicologia, Avaliação neuropsicológica, Dificuldades de Aprendizagem.

* Bolsista CAPES

A CONTRIBUIÇÃO DA GESTÃO OPERACIONAL PARA A EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA (UFV) E SUA IMPORTÂNCIA PARA O ESTABELECIMENTO DA PARCERIA EFETIVA COM A SOCIEDADE

Bruna Soares de Souza
Hilda Maria Gonçalves da Silva
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

A Universidade Pública Brasileira, cada vez mais, vem se apropriando de modelos de gestão pautados pela Administração Pública Moderna, e isso com o intuito de possibilitar à atividade gestora a realização de um constante trabalho de planejamento de ações, visando à conquista dos objetivos pautados pelos seus programas e/ou projetos. Ao assumir um caráter de atuação pragmático, a Universidade Pública espera poder realizar uma gestão eficiente, que responda rapidamente às necessidades do mercado, formando profissionais qualificados e produzindo, gradualmente, um conhecimento apto a responder às exigências da vida social, sobretudo nas esferas socioeconômicas, científica e tecnológica. Nessa perspectiva, o objetivo desta pesquisa consiste na investigação sobre o que tem fundamentado a gestão das práticas de Extensão Universitária da Universidade Federal de Viçosa (UFV), no sentido da minimização dos problemas que inviabilizam a efetividade das ações. Para tanto, se torna necessário observar de que maneira essa universidade vem conseguindo enfrentar e/ou solucionar os problemas de gestão enfrentados pela Extensão Universitária. E mais, é importante verificar também se a mesma o faz munindo-se da produção de um conhecimento científico que culmine em ações aptas a, efetivamente, melhorar - através das ações extensionistas - a qualidade de vida, no caso, da sociedade viçosense. De modo a identificar em que medida a gestão operacional contribui para a Extensão Universitária da UFV e qual seria a sua importância para o estabelecimento da parceria com a sociedade, realiza-se, em um primeiro momento, uma análise documental das informações institucionais que regulamentam/ normatizam a Extensão Universitária desta universidade, além de entrevistas qualitativas com os seus gestores e técnicos, visando o mapeamento do caráter institucional da parceria estabelecida entre a Universidade Federal de Viçosa e sociedade viçosense. O importante é que esta análise tenha condições de apresentar resultados que possam contribuir para o fortalecimento da gestão universitária da UFV, entrelaçando o teórico e instrumental do conceito com as práticas observadas na esfera da

Universidade e seu impacto na sociedade. As considerações finais podem apresentar que a aplicação inadequada ou a falta de uma metodologia de gerenciamento de problemas, bem como a participação insuficiente ou passiva do poder público e da sociedade nos processos de gestão, interfere no resultado das ações de extensão universitária.

Palavras chave: Extensão Universitária. Gestão Operacional. Universidade e Sociedade.

A CRIANÇA E O SISTEMA DE NUMERAÇÃO DECIMAL: ANÁLISE DE ESCRITAS NUMÉRICAS

Maísa Malta
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE ITUVERAVA

O presente estudo, cujo tema é a construção do conhecimento acerca do sistema de numeração decimal, tem como objetivo analisar e investigar o que pensam as crianças sobre os números, e que relações estabelecem com os conhecimentos matemáticos que já possuem. O interesse em pesquisar o tema surgiu da prática docente e da observação de crianças dos anos iniciais do ensino fundamental, que mesmo estando em contato direto com números e suas diversas representações, demonstram não compreender características básicas e fundamentais do sistema de numeração. Para tanto, realizou-se pesquisa bibliográfica e de campo, com base teórica em estudiosos que discutem as principais ideias das crianças sobre os números como Lerner, Sadovsky (1996) e Vianna (2014), e também com a comparação e análise de algumas escritas numéricas obtidas na coleta de dados. Ao propor algo novo, é importante verificar o que este objeto de conhecimento significa para quem irá apreendê-lo, portanto saber o que as crianças pensam e sabem sobre o tema é fundamental na construção e/ou desconstrução de hipóteses. Isto ocorre com a escrita, ao se pensar nas letras (quais, quantas e como utilizá-las) e também com a matemática, ao se deparar com os números e como são representados. O resultado da pesquisa considera que a forma como as crianças refletem sobre os números não deve ser ignorada, pois revela estratégias importantes e úteis para a progressão de seu conhecimento e raciocínio matemático. Outro aspecto evidenciado pelo estudo, é com relação a intervenção do professor para que a aprendizagem seja efetiva, não é suficiente estar em contato com

números ou realizar contagens de forma mecânica e repetitiva, é necessário propor desafios para que as crianças reflitam, confrontem suas hipóteses e justifiquem suas respostas, pois estas ações são importantes aliadas na compreensão do sistema de numeração decimal.

Palavras chave: Sistema de numeração decimal. Hipóteses de escritas numéricas

A DESPOLITIZAÇÃO DO GRÊMIO ESTUDANTIL: ANÁLISE DE UMA ESCOLA EM PARTICULAR

Raffael Ronaldo Orlandin
Genaro Alvarenga Fonseca
Guilherme Victor Norberto de Carvalho
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Este trabalho tem por objeto de análises os diferentes debates políticos realizadas no órgão estudantil de uma escola estadual no município de Franca cuja proposição é o desenvolvimento da autonomia e a construção do pensamento crítico pelo grupo juvenil desta instituição escolar. A construção desta pesquisa partiu-se da observação e do pressuposto que o debate político dos jovens nestas agremiações, expresso tanto em pautas propositivas quanto outras reuniões, como eleições, têm diminuído significativamente nos últimos anos. A investigação que alicerçou este estudo utilizou como documento as propostas apresentadas pelas chapas concorrentes que participaram da eleição do grêmio, entrevistas com os alunos participantes e eleitos e com os responsáveis da escola como professores e gestores, percebendo-se nessa investigação o pressuposto denotado anteriormente. Tendo em vista que a pesquisa ainda está em desenvolvimento, algumas conclusões parciais podem ser apresentadas quanto às atividades da agremiação que possuem um caráter majoritariamente assistencialista – impedindo o desenvolvimento das atividades politicas nesta – e a presença de mecanismos e perspectivas autoritários que inibem o desenvolvimento de atividades autônomas e do protagonismo da juventude no campo político escolar e da comunidade ao redor da instituição. Espera-se que ao final deste trabalho as análises apresentadas possam contribuir para o aprimoramento deste espaço de debate político, o grêmio estudantil, bem como para o melhor desenvolvimento da autonomia e do pensamento crítico de jovens no ambiente escolar

Palavras chave: Grêmio Estudantil; Movimento Estudantil; Educação; Autonomia; Protagonismo Juvenil;

A DIMENSÃO TÉCNICA COMO POSSIBILIDADE HEURÍSTICA NA ÁREA DA EDUCAÇÃO

Gustavo Morais de Queiroz
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE BERLIM

A técnica e a tecnologia estiveram afastadas das investigações nas ciências sociais por muito tempo. Esse elemento não fazia parte da condição social e humana reduzindo o social a uma dimensão unicamente natural. Os objetivos desse trabalho são apresentar a dimensão técnica como elemento essencial da constituição do social possibilitando expandir heuristicamente as pesquisas e ações em Educação, discutir as abordagens atuais das ciências sociais para a técnica/tecnologia, como determinismo tecnológico, nessa abordagem, a tecnologia determina o futuro de um grupo social, construção social da tecnologia, aqui a tecnologia é uma construção a partir da dimensão social e cultural, e constelações sócio-técnicas, uma abordagem mais recente, que foca tanto o lado técnico, enquanto um agente no social, e o lado social, e, por fim, apresentar métodos de obteção e análise de dados a partir de investigações anteriores. Para isso, essa investigação ainda parte das dimensões básicas da Educação (Erziehung) permitindo investigar e refletir ações no campo educacional, são elas: Educação, o ser humano é um ser educacional; Aprender, o ser humano é capaz de aprender; Formação Humana, o ser humano é um ser em formação, tanto biológica quanto cultural; Ensinar, o ser humano é um ser que ensina; e, por fim, Socialização, o ser humano é um ser socializante e civilizado.

Palavras chave: Técnica, Tecnologia, Educação, Método.

A EDUCAÇÃO A DISTANCIA COMO POLÍTICA PÚBLICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Pedro Henrique Reato Cisi
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

A educação a distância pode ser definida como uma forma de educação em que professor e aluno não compartilham o mesmo ambiente físico e, para que ela ocorra, são necessárias tecnologias que proporcionem a comunicação entre quem está

aprendendo e quem está ensinando. Diante desse panorama, este trabalho acredita que a educação a distância possa funcionar como uma aliada da educação convencional, ajudando-a na formação permanente do corpo docente das escolas de educação básica. O presente trabalho objetiva levantar as contribuições dessa modalidade de ensino para a formação continuada de professores da educação básica, além das políticas públicas para que ela aconteça, tais como o oferecimento de cursos pela Universidade Aberta do Brasil (UAB). A abordagem qualitativa foi adotada na metodologia, tendo como instrumentos a análise documental e a pesquisa bibliográfica sobre o tema em bases dados científicos e sites governamentais. A presente pesquisa possibilita observar que a educação a distância proporciona flexibilidade de tempo e economia no deslocamento até o local de estudo, além da oportunidade de estudar a partir de novas metodologias e tecnologias, uma vez que envolve o conteúdo trabalhado nos cursos e habilidades adquiridas na execução dos mesmos. Este trabalho também defende que a implantação de políticas públicas que garantam o oferecimento de cursos gratuitos ao público docente é uma ferramenta eficaz na formação continuada de professores e, consequentemente, na melhoria do ensino básico.

Palavras chave: Educação a distância; Formação de professores; Políticas públicas.

A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E A IMPORTÂNCIA DO TRABALHO DO TUTOR NO PROCESSO DE ENSINO E QUALIDADE DO CURSO

Elisa Garcia Bertoni Idalgo
Thais Machado
MEMBRO DA COMUNIDADE

A Educação a Distância é uma modalidade de ensino que se expande a cada dia e torna-se cada vez mais praticada por muitas pessoas. Dessa forma surge um papel de destaque neste campo de estudo, o tutor, um profissional que deve dominar todos os processos que envolvem esta modalidade de ensino, além de desempenhar um papel importante, que influencia diretamente no desenvolvimento do aluno e sucesso do curso, destacando que neste contexto educacional complexo a atuação do tutor é de um profissional que possui uma visão holística e capacidade de se flexibilizar no contexto da EaD (Educação a Distância), pois na função de

tutoria não basta dominar o conhecimento técnico, ou seja, o domínio de ferramentas não é suficiente, mas é necessário desenvolver competências essenciais que influenciem diretamente no desempenho dos alunos. A partir deste enfoque o objetivo do trabalho é descrever aspectos importantes da Educação a Distância com foco na atuação do tutor, na busca de compreender quais as competências essenciais para a prática de tutoria, analisando a relação entre atuação do tutor e a qualidade dos cursos e quais influências exerce no processo de aprendizagem do aluno. Assim o trabalho pretende a partir das revisões da literatura e estudos teóricos, destacar as funções dos tutores nos cursos EaD e compreender como suas ações contribuem para o sucesso do aluno e qualidade do curso.

Palavras chave: Educação a Distância. Tutor. Aluno. Qualidade no ensino. Aprendizagem.

A EDUCAÇÃO DIANTE DAS DISCUSSÕES SOBRE A MAIORIDADE PENAL NO CONTEXTO BRASILEIRO

Fatima Aparecida Coelho Gonini
Rita De Cassia Petrenas
Maura Cristina
Valeria Marta Nonato Fernandes Mokwa
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE ITUVERAVA

O presente estudo tem como objetivo compreender o papel da escola em meio as discussões sobre a redução da maioridade penal a fim de possibilitar a reflexão sobre a origem das desigualdades geradoras de violência, buscando considerar ações educativas preventivas e eficazes na reintegração de jovens infratores na sociedade. O estudo apresentado justifica sua importância, uma vez que procura compreender a problematização, tal como apresentar soluções existentes de caráter educativo, e não meramente punitivos, procurando obter os resultados esperados pela sociedade para a dissolução desse problema de ordem crescente. Para atingir tais objetivos, o estudo adota como metodologia o levantamento bibliográfico, tendo como ponto de partida publicações sobre o início da história do Brasil abordando a violência contra a criança e adolescente desde a colonização, permitindo ao estudo, uma ampla compreensão sobre a procedência da problemática que reflete na atualidade, e entender as dificuldades de colocar em prática os direitos e deveres previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), enquanto documento oficial, bem como, suas medidas socioeducativas alternativas que debate sobre o

tema confrontando ações educacionais preventivas com punições severas. Como resultado final da pesquisa, espera-se que esse trabalho possa proporcionar a compreensão da conveniência ou não da redução da idade penal, pois compreendemos que de fato sua necessidade não solucionaria o problema da violência presente nos dias atuais. Assim, a educação escolar enquanto caráter socializador deve ser atuante nesse processo, pois a escolarização é fator de destaque na formação, acolhida e interação das crianças e adolescentes.

Palavras chave: Violência.Educação.Maioridade Pena.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO: análise na rede municipal no interior de Minas Gerais

Angelita Salomão Muzeti Borges
Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade
Priscila Alvarenga Cardoso Gimenes
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE ITUVERAVA

A construção de sistemas educacionais inclusivos prevê a reestruturação das escolas e das práticas pedagógicas. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 implementou o Atendimento Educacional Especializado, proferido, desde a Constituição de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, como apoio à inclusão educacional dos estudantes com deficiência, objetivando a diminuição das possíveis barreiras educacionais e de acessibilidade enfrentadas pelos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, tanto na sociedade quanto no desenvolvimento de sua aprendizagem, articulando os saberes da educação especial com os saberes do ensino comum. O presente trabalho baseia-se nos marcos políticos, legais e teóricos que defendem a inclusão dos alunos com deficiência na rede regular de ensino, com vistas a assegurar-lhes o direito ao acesso, à permanência e à aprendizagem. Porém, mesmo diante dos avanços legais que resultaram na expansão significativa das matrículas dos estudantes com deficiência na rede regular, ainda há desafios concernentes à formação dos professores e ao acesso qualificado do ensino. O artigo descrito refere-se ao projeto de pesquisa que será desenvolvido no Mestrado Profissional em Planejamento e Análise de Políticas Públicas na Universidade Estadual Paulista

"Júlio de Mesquita Filho" UNESP/Franca. Configurar-se-á de forma descritiva e qualitativa, num estudo de caso a ser realizado na rede municipal de ensino de uma cidade no interior de Minas Gerais e tem como objetivo analisar a contribuição da formação continuada dos professores especialistas que trabalham nas salas de recursos multifuncionais na efetivação da prática pedagógica na perspectiva da educação inclusiva. Serão realizados levantamento bibliográfico e pesquisa documental, além de entrevistas semiestruturadas com os professores das salas de recursos multifuncionais, a fim de investigar a periodicidade da oferta, o aprofundamento e a consonância teoria – prática dos cursos de formação oferecidos pelo Ministério da Educação e pela Secretaria Municipal de Educação aos referidos professores. Com essa pesquisa, espera-se identificar as lacunas das formações oferecidas, desvelando a aplicabilidade das políticas públicas, leis e teorias pertinentes quanto à formação continuada dos professores especialistas, propondo, ao final, um curso que possa contribuir para a efetivação de uma prática pedagógica na perspectiva da educação inclusiva.

Palavras chave: Políticas Públicas. Educação Especial. Inclusão Educacional. Formação de Professores. Atendimento Educacional Especializado.

A EDUCAÇÃO DE GÊNERO COMO PREMISSA DE COMBATE À VIOLÊNCIA DE GÊNERO: ENTRE DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Anne Caroline Primo Ávila
Fernanda Cristina Barros Marcondes
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

A educação de gênero foi concebida pelos organismos de proteção aos direitos humanos, especialmente, nos Comitês que tratam de direitos das mulheres como premissa de efetivação da igualdade de gênero e combate à violência. O compromisso do Estado Brasileiro foi firmado com a adoção da Convenção de Belém do Pará em 1994, e posteriormente, em 2006, foi reafirmado pela Lei Maria da Penha. A violência de gênero que decorre da perpetuação da cultura machista e patriarcal a partir da sua construção histórica é vista como passível de rompimento através da sua origem, ou seja, partindo da transformação do pensamento social e da reconstrução dos papeis da mulher nos espaços públicos e privados através da inserção da temática na educação, em todas as esferas, alcançando desde a

educação básica até a educação superior. O Plano Nacional de Educação (PNE), ao adotar a inclusão do estudo de gênero nas escolas e dar o primeiro passo para que os Planos Estaduais fizessem o mesmo, recebeu inúmeras críticas, tornando sua aplicação dificultada diante dos mais diversos entraves sociais. Diante da necessidade retro mencionada de se adotar o estudo de gênero nas escolas, a partir do ensino básico e dos posicionamentos contrários, sejam dos próprios pais, religiosos, etc., na tentativa de impedir que o compromisso legal do Estado Brasileiro seja cumprido, situa-se o trabalho em questão. O objetivo é analisar a importância do rompimento do machismo como forma de coibir a violência, observar criticamente o PNE e sua perspectiva de gênero e ainda quais resultados pretendem alcançar, e por fim, trazer as críticas à sua aplicação, debatendo os posicionamentos. No desenvolvimento nos basearemos em documentos legais tanto nacionais como internacionais, pautando também pela utilização de autoras como Saffioti, Piovesan, Rosemberg e Madsen, dentre outras. O trabalho desenvolver-se-á através do método dialético.

Palavras chave: Educação de gênero. Proteção aos direitos humanos. Igualdade de gênero. Violência de gênero.

A EDUCAÇÃO À DISTÂNCIA E A POLÍTICA PÚBLICA DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR PARA JUVENTUDE

Luciana A Mani Adami
Rodrigo Touso Dias Lopes
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Com o intuito de democratizar o acesso ao Ensino Superior, houve uma grande expansão da Educação a Distância (EaD) no Brasil, que culminou na ampliação de Políticas Públicas que flexibilizaram a implantação de cursos oferecidos nessa modalidade de ensino. É relevante salientar que estas Políticas Públicas vêm em direção ao que estabelece o Plano Nacional de Educação (PNE) em relação à grande demanda de jovens recém-egressos do ensino médio que não tem acesso ao Ensino Superior. Podemos pressupor que a inserção na vida social e profissional desses jovens é prejudicada uma vez que este direito lhes é negado, pois partimos da concepção de que por meio da educação é que os saberes são ensinados e, portanto, ela também dá a eles identidade. Desse ponto de vista, a educação é tida como um direito dos jovens, da juventude e, de acordo com isso, é relevante

conhecer na literatura: o que é “juventude” e o que este termo significa? A partir daí, podemos entender qual é o papel do jovem na sociedade e a importância da educação e do trabalho em sua vida. Considerando este cenário, buscaremos neste artigo, apresentar as principais Políticas Públicas e as iniciativas governamentais que foram criadas e que, ainda, estão sendo pensadas para alcançar este objetivo. Para tanto, a metodologia que conduzirá este estudo, será análise bibliográfica de autores, como Novaes (2003), Araújo e Santos (2016), Frigotto (2014), Borges e Coutinho (2016) que tratam da concepção de juventude, trabalho, renda e formação; e Lemgruber (2012) que menciona sobre os desafios da EaD. Ademais, serão analisados a legislação e os documentos legais, dentre os quais citaremos o Plano Nacional de Educação e o Decreto nº 9.057, de maio de 2017, ato regulatório que objetiva, a partir da desburocratização e aperfeiçoamento dos procedimentos das ações regulatórias, agilizar a análise desses processos, tendo em vista ampliar a oferta de cursos superiores na modalidade EaD. Pretende-se, a partir desta reflexão, conhecer algumas das Políticas Públicas implementadas pelos organismos públicos para o enfretamento desta grave questão e, sobretudo, instigar novas reflexões acerca do alcance dessas políticas e a repercussão dessas ações na vida dos jovens.

Palavras chave: Educação a distância. Acesso. Ensino Superior.

A ESQUIZOANÁLISE EM SALA DE AULA: GUATTARI E A PEDAGOGIA DA DIFERENÇA

Tark Fraig
Genaro Alvarenga Fonseca
Fabrício Gomes Campitelli
Andréia Aparecida Branquinho Carvalho
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O presente artigo visa discutir a relação professor-aluno através da experiência em sala dos bolsistas e das contribuições do psicanalista e militante francês Félix Guattari(1930-1992), discutindo seu conceito de subjetividade aplicado na sala de aula. Acredita-se que o espaço escolar estabelece a alienação e assujeitamento do educando na função de repetidor, receptáculo e suporte da ordem simbólica, recompensado quando a reproduz e castigado quando a contesta ou dela se afasta. Afirma-se que, para se realizar uma pedagogia que valorize a diferença e a autonomia dos educandos, é vital a constante redefinição dos papéis de Professor e

de Aluno na sala de aula, de maneira a criar um laboratório de experimentações que busque abolir as posições tradicionais do sujeito que fala e do que escuta, do mestre e do ignorante, do transmissor e do receptor da verdade. O artigo estrutura-se pela narrativa das experimentações de cunho artístico, psicológico e político realizadas pelos bolsistas em um nono ano de uma escola estadual, de Franca/SP, juntamente com o manejamento da teoria de Guattari para se pensar as relações que tecem a camada de subjetividade dos educandos, debatendo-se a possibilidade de ruptura com a ordem simbólica preestabelecida a partir da noção de máquina desejante, propondo uma pedagogia que lute pela criação de uma subjetividade singular, expressiva e criadora. Uma pedagogia da diferença só é possível através da abdicação do professor de seu lugar confortável de mestre da palavra e de produtor do discurso do outro. Conformar-se somente com tecer críticas à ordem das coisas do alto de sua posição de mestre não faz muito além de evidenciar o quão profundo é a sujeição do educador à ordem simbólica.

Palavras chave: Pedagogia.Diferença.Psicanálise.Educação.Guattari.Deleuze

* Bolsista PIBID (outras IES)

A GESTÃO ESCOLAR E A IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS

Sebastião Donizeti da Silva
Célia Maria David
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Este trabalho representa uma parte da pesquisa cujo objetivo é demonstrar como a gestão escolar utiliza os recursos destinados à implementação das políticas educacionais tanto no aspecto legal como no uso da autonomia executora dos gestores escolares. Neste sentido pretende-se compreender as concepções dos gestores escolares sobre os fundamentos teóricos que embasam as políticas educacionais definidas pelos Governos Federais e Estaduais, identificar os desdobramentos das formas gestoras nos espaços escolares e averiguar como os sujeitos escolares operacionalizam os recursos disponíveis: equipamentos, material didático e verbas para aquisição dos insumos necessários para a prática pedagógica. A análise se fundamentará em estudos de gestão educacional nos níveis micro e macro das políticas educacionais, apoiando-se em autores conforme relacionados nas referêencias. Trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa

e do tipo “estudo de caso”, Bogdan; Biklen (2004), Sampieri (2010), Amado (2019), Minayo (1994), Severino (2013). Serão analisadas as seguintes categorias: gestão administrativo-burocrática, gestão de pessoas, gestão financeira, gestão patrimonial, gestão pedagógica. Tem-se como objetivo alcançar a compreensão para mostrar a realidade político-administrativa ao implementar as políticas educacionais, formatar um quadro referencial para a gestão escolar com o intuito de contribuir para a melhoria da gestão escolar na implementação das políticas, na sua conformidade legal e teórica, possibilitar a construção de inovações na prática da gestão escolar, promover maior interação entre os sujeitos escolares num processo de gestão democrático-participativa.

Palavras chave: gestão escolar. políticas educacionais. democratização do ensino.

A HISTÓRIA DA MATEMÁTICA COMO FERRAMENTA PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM DO CONCEITO DE FUNÇÃO

Fabíola Peixoto Cintra
Fernandes Balieiro Filho Inocêncio
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O presente artigo aborda uma proposta de atividade para o ensino do conceito de função, para alunos do ensino superior, por meio do uso da História da Matemática. Desta forma, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre as potencialidades do uso da História da Matemática em sala de aula e sobre o desenvolvimento histórico do conceito de função. A atividade proposta fundamenta-se na definição de função formulada por Euler. O resgate histórico dos saberes matemáticos dentro da sala de aula, segundo a literatura estudada, promove diversas potencialidades pedagógicas, entre elas, desmistificar a Matemática como algo pronto e acabado, dado que apresenta o conhecimento produzido pelo homem em diferentes períodos e proporciona uma aprendizagem significativa e compreensiva da Matemática, possibilitar a percepção da relação da Matemática e seus diferentes campos do saber e contribui para o resgate da identidade cultural, promovendo o pensamento independente e crítico e, consequentemente, despertar o interesse do aluno pela Matemática. A utilização da História da Matemática configura uma importante metodologia a qual o professor pode recorrer para estimular e problematizar a Matemática para os estudantes por meio de um ambiente investigativo e real diante

dos fatos históricos.A matemática enquanto disciplina curricular deve ser desenvolvida numa perspectiva de educação matemática a partir dos conteudos pré-definidos.

Palavras chave: Ensino do conceito de função. História da Matemática.Desmistificar a Matemática. Resgate histórico dos saberes matemáticos

A HISTÓRIA DE SOFIA: VIVÊNCIAS E DIFICULDADES DE UMA TRANSEXUAL NO EJA

Isadora Bettarello
Ana Paula Leivar Brancaleoni
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

A escola frequentemente reproduz a heteronormatividade e a transfobia hegemônicas na sociedade, o que acaba por resultar na expulsão dos estudantes que não se enquadram no padrão binário de gênero socialmente esperado. Assim, a escola é uma instituição onde são reproduzidos diversos valores morais e religiosos que legitimam a exclusão do diverso. Temos, portanto, uma taxa de evasão de estudantes transexuais, que enfrentam o preconceito e a discriminação. O presente trabalho tem por objetivo analisar a partir de uma incursão cartográfica, a vivência de uma adolescente transexual em um município do interior do estado de São Paulo, enfatizando a questão do preconceito vivido dentro da instituição na relação com a equipe educativa. A adolescente em questão residia em uma instituição de acolhimento, sendo assistida por uma psicóloga que acompanhou seu processo de reinserção na escola, aos seus dezesseis anos, para realizar o EJA (Educação de Jovens e Adultos), na medida em que a jovem abandonara a escola há muito tempo. Ela havia, até então, completado apenas o quinto ano do Ensino Fundamental. A escola era representada pela jovem como um caminho para que sua vida se transformasse. Contudo, o seu retorno à escolarização mais uma vez foi marcado pela negação de direitos e intenso processo de discriminação. Entre as principais dificuldades vivenciadas, merecem destaque: a questão do uso do nome social; a proibição do uso do banheiro do gênero ao qual se identifica, ou outro, restando o uso do banheiro masculino; a insistência de que o seu genital de nascimento determinaria que fosse homem permanentemente. Assim, sua presença na escola era recebida com certa repulsa e muito incômodo. A questão do uso do banheiro se

modificou apenas com a intervenção da psicóloga que apresentou à direção da escola a legislação que garante direito às pessoas transexuais, no que se refere ao uso dos banheiros e nome social. Assim, a escola mais uma vez não foi um espaço acolhedor da diferença produzindo fracasso escolar e exclusão.

Palavras chave: Heteronormatividade e transfobia hegemônicas. Padrão binário de gênero. Evasão de estudantes transsexuais.

A INCLUSÃO DA COMUNIDADE LGBT NAS ESCOLAS: REFLEXÕES

Jair Rosa Junior
Anamélia Cardoso Guasti Lourinho *****
UNIVERSIDADE DE UBERABA

Apresenta-se reflexões sobre a inclusão da comunidade LGBTTT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros) no ambiente escolar, perpassando pela conceituação dos grupos que compõem a sigla, por pensamentos sobre como este grupo tem vivenciado a escola, inclusive as violências que sofrem, incluídos, aí, estudantes e profissionais da Educação Básica. Não se olvidou a abordagem das questões ideológicas que interferem na pratica educacional, nem da formação, inicial e continuada, dos professores, bem como se buscou realizar, sem pretensão de ensinar como trabalhar a formação docente, indicações de possibilidades de trabalho com os professores acerca da temática. A metodologia utilizada foi a de revisão bibliográfica, incluídas percepções empíricas do trabalho em sala de aula. As conclusões a que se chega mostram um quadro composto por conquistas em relação ao direito da comunidade LGBTTT acessar o direito à educação, conquistas galgadas sob o preço de árduas lutas, mas, apesar dos avanços, percebe-se a escola, não raro, fechada e violenta com os que não manifestam identidade de gênero consoante à sua constituição corpórea, fenotípica, ou àqueles que manifestam orientação sexual diversa da heterossexual, bem como se busca levantar hipóteses de como trabalhar a instituição escolar para que esta possa colaborar na construção de um mundo, bem como de si mesma, que agregue a diversidade sexual, possibilitando, a todas e a todos, a fruição do direito constitucional da educação.

Palavras chave: Educação.LGBT.Inclusão

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

A INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS ALUNOS DO 5º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL I - PROJETO INTERDISCIPLINAR

Rafaela Velone Grespan Amadeu
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ

Vivemos em uma sociedade que é cada vez mais influenciada pela mídia, impondo gostos esteticamente determinados. Pode-se dizer que nossa representação de mundo é construída pelos meios de comunicação, principalmente pela televisão. Assim sendo, a mídia está definindo a sociedade, moldando-a segundo seus padrões. Diante dessa realidade, vale perguntar: Qual o papel da escola nesta sociedade? Como contribuir para que nossos alunos tornem-se usuários críticos e criativos das ferramentas midiáticas e não meras reprodutoras de suas informações? Percebemos então que o papel da escola nesta sociedade torna-se primordial para a emancipação dos alunos que devem adquirir um senso crítico no reconhecimento dos acontecimentos, envolvendo a totalidade de suas relações e não uma visão unilateral como é observada, em especial, na televisão. Torna-se crucial analisar o que está por trás das aparências e das imagens e analisar os interesses subjacentes das mídias, especificamente a televisão e suas propagandas. O papel da mídia não é nos mostrar como devemos ser, o que devemos ter para sermos felizes, mas pelo contrário, seu papel é divertir, entreter e ser uma ferramenta democrática, todavia o papel da mídia tem se resumido a um mero ato de controle da massa, conforme diz George Orwell “A massa mantém a marca, a marca mantém a mídia e a mídia controla a massa”. Com isso a TV está estritamente ligada aos grandes conglomerados empresariais que possuem interesses econômicos e políticos, visando o lucro a partir da venda das imagens transmitidas nas propagandas estereotipadas, em que os consumidores se deparam com a força arrasadora da imagem do produto, sem mostrar os danos que estes mesmos produtos podem causar para a nossa saúde. Parte das informações já chegam prontas (lidas) para nós a partir de informações fragmentadas, sendo que muitas vezes reproduzimos tais informações sem ao menos refletir sobre a contextualização dos fatos e sua veracidade. O projeto de pesquisa visa identificar qual o impacto da mídia na representação social dos alunos do 5º ano (ensino fundamental I), a fim de que o projeto proposto caminhe de acordo com as representações sociais identificadas.

Além disso, Será realizado um levantamento dos conteúdos por meio da aplicação de atividades diagnósticas, tais como desenhos sobre o que os alunos não têm que gostariam de ter e questionários para avaliar a influência da mídia na construção da visão de mundo dos alunos. Posteriormente, com os dados em mãos, pretendemos analisar e refletir sobre as reais demandas dos educandos na inteligibilidade de fenômenos concernentes às temáticas que contribuem para o reconhecimento do lugar que os mesmos têm nesta sociedade. Em busca de superar tais lacunas previamente identificadas, objetiva-se construir um projeto pedagógico interdisciplinar, utilizando-se dos livros paradidáticos de literatura infanto-juvenil, “Lolo Barnabé” de Eva Furnari e “Zé diferente”, de Lúcia Pimentel com intuito de aguçar, construir uma aprendizagem significativa, de modo a contribuir para a formação do pensamento crítico do aluno.

Palavras chave: mídia.televisão.imagem.representação social.informações fragmentadas.

A INFLUÊNCIA DO PIBID NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE A PARCERIA ENTRE UNIVERSIDADE E ESCOLA

Driely Turi Ursini
UNIVERSIDADE DE FRANCA

O presente trabalho busca tratar a parceria Universidade e Escola na formação inicial de professores através de um relato de experiência, ocorrido dentro do subprojeto da área de Matemática do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência da UFSCar (PIBID-UFSCar). O intuito do Programa é, entre outros, a valorização do professor, o aperfeiçoamento da sua formação, a vivência na Escola ainda durante o curso de graduação e a reflexão sobre as situações experimentadas. O propósito deste trabalho é mostrar atividades pensadas e planejadas pela licencianda, aplicadas e supervisionadas na escola de educação básica; apresentando o relato de experiência e as reflexões acerca dele. As práticas foram desenvolvidas em salas de primeiro ano do Ensino Médio e apresentam alternativas metodológicas para o ensino de matemática: a Engenharia Didática e o uso de Jogos aliado à resolução de problemas, procurando trazer os conceitos matemáticos para mais perto da realidade dos alunos. Por meio destas, deseja-se retratar e discutir sobre oportunidades oferecidas pelo PIBID para que o bolsista trabalhe com interdisciplinaridade, pensando em conjunto, planejando trabalhos

específicos para o público em que irão trabalhar, então, tornando o aprendizado valioso. Concluindo assim como um projeto de política pública apresenta maneiras de fortalecer e aperfeiçoar a formação dos licenciandos.

Palavras chave: Palavras-Chave: PIBID; Matemática; Formação de Professores.

A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

William Parreira Alves
Cairo Vilela
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Existe na contemporaneidade um grande debate entorno da temática ambiental, a qual perpassa pelas mídias, redes sociais, organizações não governamentais, programas políticos e agenda de pesquisas acadêmicas, sendo que, em praticamente todas essas esferas, a educação é apontada como central na busca por uma conscientização acerca dos impactos ambientais causados pela ação humana e sua posterior superação. Entretanto, por tratar-se de uma problemática recente, as pesquisas referentes à Educação Ambiental possuem vertentes bastante heterodoxas de modo que o papel e o espaço dedicado à educação tenham variado no interior delas. Nesse sentido, o presente artigo toma por objeto de estudo o processo de institucionalização da Educação Ambiental no Brasil, analisando, mediante uma revisão bibliografia, os programas vinculados às ações governamentais produzidas no interior da esfera federal entre a segunda metade do século XX e início do século XXI. Contudo, antes de adentrar o assunto cerne do presente trabalho, expõe-se uma breve incursão acerca das origens do debate ecológico, atentando, principalmente, para a transição deste do campo restrito das Ciências Naturais para o campo político-pedagógico. Por fim, cabe ressaltar que a perspectiva aqui determinada toma por material de análise as definições sobre a Educação Ambiental produzidas no seio das conferências internacionais promovidas pelas Nações Unidas e os dispositivos legais que respaldam sua inserção no Brasil.

Palavras chave: Educação Ambiental. Institucionalização.

A ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS NA ERA DA INFORMAÇÃO

Marcos Juinthi Koba Morise
Hilda Maria Gonçalves da Silva
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Levando em consideração o grande avanço tecnológico e computacional que vem ocorrendo desde o final do século passado, vemos que a sociedade contemporânea possui uma nova relação com o saber, esse fato afeta o modo como enxergamos a educação e a escola, visto que atualmente estamos em constante aprendizado através de diversos meios além do ambiente escolar. Sob este olhar, o presente trabalho consiste de um estudo bibliográfico a respeito da organização e gestão da escola, focando na escola pública e suas alternativas para adequar suas atividades com o objetivo de atender as novas demandas da sociedade atual. Inicialmente foi feita uma contextualização no intuito de situar a instituição escolar na realidade que vivemos e para isso foram utilizadas obras de autores como Pierre Lévy e Manoel Castells, em seguida o estudo traz uma discussão sobre a educação e o papel da escola pública como provedora de um direito, buscando se fundamentar principalmente em autores como José Carlos Libâneo, Heloísa Lück e Celestino Alves Silva Júnior. Na intenção de tratar a respeito da gestão escolar, anteriormente, fez-se necessário abordar sobre a organização da educação nacional e os documentos que constituem e organizam a instituição escolar. O estudo apresenta que, apesar do senso comum, a escola pública não provê um produto sujeito a relações de compra e venda, portanto deve possuir critérios distintos de organização e gestão, diferentes dos aplicados à administração e gestão de empresas, tais afirmações foram fundamentadas nas obras dos autores já citados e outros como Vitor Paro e Sônia Kramer. Para finalizar, o estudo traz uma reflexão sobre o auxílio das Tecnologias de Informação e Comunicação na gestão das escolas como um meio de se adequar às demandas atuais e cumprir seu dever de transformar alunos em cidadãos capazes de exercer seus direitos e deveres.

Palavras chave: Gestão Escolar. Escola Pública. Tecnologias de Informação e Comunicação.

A PERSPECTIVA PRÉ-VIOLATÓRIA DOS DIREITOS HUMANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICO: ANÁLISE À LUZ DA TEORIA DA AÇÃO COMUNICATIVA

Luiz Henrique Garbellini Filho
Paulo César Corrêa Borges
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O presente trabalho tem como escopo discutir, à luz da Teoria da Ação Comunicativa (TAC), a educação, no ensino fundamental público, voltada para o florescimento da cultura pré-violatória dos direitos humanos como um instrumento para emancipação dos estudantes. A fundamentação teórica da pesquisa se baseia no fato de que o panorama da efetivação direitos humanos pauta-se no fosso existente entre a prática e a teoria, uma vez que “é típico, tópico e clássico dar-se por consolidada a separação que existe entre o que se diz e o que se faz em matéria de direitos humanos” (RUBIO, 2010; p. 11). Nessa direção, nota-se que tal contexto é um dos pilares da indolência e passividade na construção cotidiana desses direitos. Tal cenário se aplica também ao âmbito do ensino público fundamental brasileiro, por possuir problemáticas que dificultam a solidificação da valorização desses direitos. Como ruptura disso, encontra-se a efetivação da perspectiva pré-violatória dos direitos humanos nesse universo infanto-juvenil, pois, assentada na negação da valorização dos direitos humanos somente no contexto pós-violatório, isto é, quando se viola tais direitos, tal perspectiva desfaz a cultura fortemente restritiva e taxativa na contemporaneidade, pois os alunos tornam-se, em razão de uma educação crítica e emancipatória, multiplicadores e defensores dessa gama de direitos. Nesse sentido, a TAC alicerça a construção democrática e crítica da educação, pois postula a formação argumentativa de consensos e de entendimentos mútuos no “mundo da vida” (HABERMAS, 1987), pano de fundo sobre o qual ocorrem as ações, como facilitador da constituição de autossujeitos emancipados e humanizados, uma vez que “la situación comunicativa ideal antecipa una forma ideal de vida assentada en los valores tradicionales de la verdad, la libertad y la justicia y que aparece, en suma, como um momento necesario en el proceso hacia la emancipación.” (LUÑO, 1983; p. 49). Sendo assim, na manifestação da praxis comunicativa, a construção do cenário pré-violatório permeia concordâncias em relação à dimensão normativa que os participantes do diálogo devem seguir. Nesse sentido, há fomento à pavimentação do fosso existente entre a prática e teoria dos

direitos humanos, em virtude da formação de sujeitos sociais com intensas potencialidades de ação efetiva na sociedade a partir da multiplicação dos discursos, das práticas e dos aprendizados. A metodologia da pesquisa baseou-se no método dialético aplicado de forma dedutiva: num primeiro momento, houve pesquisa sobre a construção dos direitos humanos nas relações sociais, a partir de revisão bibliográfica de pesquisadores na área de direitos humanos; num segundo momento, a pesquisa afunilou, com base no estudo bibliográfico sobre pesquisadores do âmbito da educação, na atmosfera do ensino fundamental público, expondo as contradições entre realidade e prática dos direitos humanos. A metodologia baseia-se também no estudo bibliográfico do Caderno de Trabalhos de 2016, que localiza os relatórios de todas as oficinas executadas pelo NETPDH, que por meio de oficinas, em duas escolas públicas de Franca-SP, destinada aos alunos do 6º ano, floresce a cultura pré-violatória dos direitos humanos a partir de educação horizontal, democrática e emancipatória.

Palavras chave: Direitos Humanos. Violação. Ensino Público.

A PESQUISA QUALITATIVA APLICADA À FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES: REFLEXÕES SOBRE TEORIA E PRÁTICA

Márcia Pereira Cabral
UNIVERSIDADE DE FRANCA

O presente trabalho visa refletir sobre a pesquisa qualitativa, em especial a pesquisa-ação e sua aplicabilidade nos estudos relacionados à formação inicial de professores. As discussões apresentadas terão caráter de relato de experiência de pesquisa, tendo como base teórica os estudos de BOGDAN; BIKLEN (1994); LUDKE; ANDRE, (2001); THIOLLENT (2002); ZEICHNER (1998), dentre outros. É notório que, atualmente, os estudos voltados às pesquisas educacionais têm obtido grandes contribuições da análise qualitativa. Assim, deve-se destacar que as pesquisas educacionais encontram na abordagem qualitativa um conjunto de possibilidades de análise que vêm de encontro a uma perspectiva mais ampla e que possibilita novas formas de conceber o universo educacional, a partir do momento em que se discute a realidade escolar em sua dinâmica e os agentes que dela fazem parte. No que se refere à formação de professores, a abordagem qualitativa permite ao pesquisador-professor ver a si próprio como um objeto de estudo,

questionando com isso paradigmas enraizados anteriormente, antes mesmo do momento de sua própria formação docente. Dentro deste viés qualitativo, buscando-se diminuir a distância entre teoria e prática, intervém-se no próprio processo de pesquisa por meio da pesquisa-ação, importante e inovador subsídio aos estudos educacionais. Deste modo, pode-se afirmar que a pesquisa-ação contribui aos estudos em que a interação entre pesquisador e agentes de pesquisa se faz de modo mais intenso, possibilitando o estreitamento destas relações e possibilitando um olhar mais aprofundado em relação às questões analisadas. Diante do que foi exposto e da perspectiva exposta por Thiollent, que destaca o envolvimento dos participantes, deve-se também enfatizar a importância do fator colaborativo para a pesquisa, já que é de grande relevância na formação inicial de professores, pois visa uma análise das práticas. Neste caso, apresenta-se um relato de pesquisa voltado à formação inicial de professores de Geografia, a partir de uma abordagem qualitativa, em que houve constante preocupação com a prática aliada à teoria. Tal pesquisa lançou mão de elementos que constituem a pesquisa qualitativa, como o contato direto com os sujeitos da pesquisa, a partir da relação de professor-aluno, em que se lançou mão de elementos que constituem a pesquisa qualitativa, como a descrição, interesse pelo processo de pesquisa, além dos resultados em si, a análise dos dados de forma indutiva e a busca pelos muitos e diferentes significados. Diante do apresentado, nota-se que a pesquisa qualitativa, dando-se destaque à pesquisa-ação, dentro de sua complexidade, faz-se de grande valia à formação de professores, contribuindo aos estudos na área.

Palavras chave: FORMAÇÃO DOCENTE INICIAL. PESQUISA-AÇÃO. ANALISE QUALITATIVA

A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL EXECUTADA POR UMA FUNDAÇÃO NO MUNICÍPIO DE BATATAIS

Adolfo Domingos da Silva Junior
Genaro Alvarenga Fonseca
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

A preocupação mundial com a crise socioambiental é um assunto recorrente ante a constatação da degradação do meio ambiente, que tem impactado a qualidade de vida e a sobrevivência da pessoa humana. Nesse diapasão, a Educação Ambiental

(EA) deve ser dinâmica e contribuir para a mobilização coletiva objetivando mudanças de atitudes, valores sociais e também com a formação de um cidadão crítico e participativo, consciente de sua responsabilidade na relação com o meio ambiente, de modo a promover a sua defesa e sustentabilidade. Ela deve pensada como prática educativa integrada, contínua e permanente. Este estudo, de abordagem dedutiva, pautou-se subsidiariamente na pesquisa qualitativa, partindo de uma etapa inicial genérica, qual seja, a leitura, análise e sistematização dos principais aspectos relacionados ao contexto normativo associado à Lei de Educação Ambiental (Lei nº 9.795/99), para se chegar num ponto mais específico objetivando-se analisar a contribuição da Fundação José Lazzarini na execução da Política Nacional de Educação Ambiental (PNMA) no município de Batatais/SP. Os dados foram coletados por intermédio de pesquisa documental nos arquivos da Fundação José Lazzarini e da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Observou-se que a Fundação desenvolve vários programas e projetos que trabalham a Educação Ambiental de forma ampla e interdisciplinar em escolas e na comunidade, realizando cursos de formação continuada de professores, produzindo material didático-pedagógico e mudas florestais nativas para reflorestamento. Verificou-se o relevante serviço prestado pela Fundação à sociedade e sua importante contribuição como agente incentivador de mudanças comportamentais no que diz respeito às políticas públicas inseridas na Lei de Educação Ambiental tanto no ensino formal como no não-formal, notadamente na sensibilização da coletividade sobre as questões ambientais e sua participação na defesa da qualidade do meio ambiente.

Palavras chave: Batatais/SP. Fundação José Lazzarini. Meio Ambiente. Política Nacional de Educação Ambiental.

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO COMO INSTRUMENTO DE LUTA: uma reflexão na concepção gramsciana

Gabrielle Stéphany Nascimento Sgarbi
Ana Lúcia Gomes Estefani
Cátia Aparecida Spagnol
Maria Cristina Piana
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O presente estudo busca compreender a partir de uma análise crítica de alguns conceitos gramscianos qual é o papel dos atores sociais envolvidos na política de

educação no que se refere à construção de consciência crítica coletiva. Pretende-se também por meio de uma breve análise crítica da construção histórica da política de educação enquanto instrumento de produção de consensos perceber quais são os espaços de contradição dentre deste campo que possibilitam a edificação de movimentos contra hegemônicos, vislumbrando a existência dos intelectuais orgânicos como um dos catalisadores do enfrentamento desta realidade. Nesse sentido, ressaltamos que a construção da política educacional brasileira está relacionada às decisões do Poder Público, ou seja, o que o Estado delibera em relação à agenda política, econômica e social em determinados tempos históricos. Para discutir as perspectivas e limites da educação brasileira, se faz necessário analisar o caráter das políticas sociais, e especialmente da política de educação empreendida pelo Estado brasileiro. A educação se tornou uma ferramenta de grande importância para o sistema de produção Capitalista, se converte em uma mercadoria que visa primordialmente à ampliação da taxa de lucro, haja vista que o processo de formação de capital humano repercute em maximização da capacidade produtiva da força de trabalho. Infelizmente o que se vê hoje é um acesso restrito para poucos de uma educação com qualidade. Sendo assim, o que se percebe é que o Estado cooptado pelos interesses da classe dominante a qual também representa, não leva à cabo as prerrogativas supracitadas. Construir uma sociedade que evidencie cada vez de forma mais lúcida sua dominação pela via da coerção e exploração é papel primordial dos intelectuais orgânicos inseridos na política de educação, lutando pela justiça social, tendo como centralidade o ser humano, evidenciando suas potencialidades ontológicas para construção de uma educação libertadora, em que o sujeito histórico seja centro de todas as ações e as lutas sociais sejam resultado da sua capacidade de transformar o estado abstruso da realidade. O estudo será desenvolvido por meio da pesquisa bibliográfica que fundamentará o conhecimento teórico. Espera-se que a pesquisa contribua para a construção de conhecimento e possíveis debates acerca da temática.

Palavras chave: Conceitos gramscianos. Construção de consciência crítica coletiva. Política educacional brasileira

A PRÁTICA DO ENSINO DE HISTÓRIA: a percepção crítica do reinado de D. Pedro II pela realidade do aluno

Hugo Peres Peruchi
Genaro Alvarenga Fonseca
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Este artigo relata parte do trabalho realizado pelo projeto PIBID da UNESP campus de Franca na área de licenciatura em História. Neste contexto visa-se analisar a relação que envolve a aprendizagem da disciplina História quanto ao conteúdo estipulado pelo Currículo Nacional, referente ao contexto sociopolítico e econômico do Reinado de D. Pedro II, pelos alunos da Escola Estadual Professora Carmem Munhoz Coelho, 8º ano, turma B, sob a supervisão da professora Vanessa Moscardini de Oliveira Junqueira Villela. O objetivo a ser alcançado pela atividade foi além de fixar o conhecimento referente ao tema estimular o pensamento crítico dos alunos. Metodologicamente, a proposta pedagógica que visava sobretudo facilitar a compreensão de um determinado período histórico pelos alunos consistiu em uma atividade em sala, que questionava o contexto sociopolítico econômico em que a turma estava inserida na época sua realização. Inicialmente para que o ensino de História partisse de uma realidade conhecida, o trabalho teve como referência, os conhecimentos prévios que os alunos já possuíam referente ao contexto histórico estudado. Na prática, a atividade se iniciou como uma interpretação de charges críticas do século XIX, que foram utilizadas de base para releituras feitas pelos estudantes, charges essas que foram acompanhadas de uma análise crítica feita pelos próprios alunos. Desta forma, por meio do retorno dos trabalhos, realizados em aula, o professor pôde ter noção do raciocínio, do conhecimento e consciência da realidade em que se inserem os alunos. Tendo, pois como fim, a assimilação de conteúdo, a partir da própria realidade do aluno ou aluna, essa análise demonstra, portanto, como a partir de um conhecimento já existente e discutido em sala, que envolve seus respectivos cotidianos, facilitar a compreensão de um período histórico.

Palavras chave: Estimulo do pensamento crítico dos alunos. Conteúdo de História. Contexto sociopolítico econômico.

A REALIZAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM SERVIÇO SOCIAL: do espaço de ensino aprendizagem a mão de obra do/a estagiário/a

Andreza Mendes Fachina
Gabrielle Stéphany Nascimento Sgarbi
Maria Cristina Piana
Cátia Aparecida Spagnol
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Este estudo objetiva refletir a respeito da importância do estágio supervisionado em Serviço Social e a utilização do/a estagiário/a como mão de obra barata, prejudicando seu desenvolvimento e trazendo possíveis consequências ao futuro exercício da profissão. O presente trabalho é resultado do aprofundamento teórico realizado para a dissertação de mestrado do Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Estadual “Júlio Mesquita Filho”. Para tanto, foi realizada uma revisão bibliográfica em relação ao estágio supervisionado, ensino superior e supervisão de estágio. O estágio supervisionado em Serviço Social é um componente da formação profissional e, compõe o itinerário do curso. Essa atividade possui os seguintes sujeitos partícipes – estagiário/a, supervisor/a de campo e supervisor/a acadêmico/a. Nesse sentido faz-se relevante compreendermos a função e a relevância de cada sujeito; o estagiário é o discente regularmente matriculado no curso de Serviço Social e que está cursando o terceiro e/ou quarto ano da graduação, que por meio de seus questionamentos contribuirá com o processo de reflexão de seus supervisores. Neste processo o estagiário poderá desenvolver sua matriz de identidade profissional e, estará preparando-se para sua futura atuação profissional. “Segundo as Diretrizes Curriculares, o estágio curricular obrigatório deve ser oferecido em diferentes níveis (totalizando entre 02 e 04 semestres), distribuídos, de forma equilibrada, no decorrer dos últimos anos de integralização do curso.” (PNE, 2010, p. 29). O supervisor acadêmico é o assistente social no exercício da docência, este atua na Unidade de Formação Acadêmica (UFA), sua função é orientar e avaliar o estagiário. O supervisor de campo é o assistente social que atua em um espaço institucional vinculado a UFA, esse deve acompanhar, orientar e avaliar o estagiário nas atividades desenvolvidas no campo de estágio. Salientamos que “O estágio pressupõe a supervisão acadêmica e de campo, numa ação conjunta, direta, integrando planejamento, acompanhamento e avaliação do processo de ensino-aprendizagem e do desempenho do (a) estudante.” (PNE, 2010, p. 13). Porém, nem sempre o estágio ocorre conforme a PNE e as

legislações vigentes, pois a referida atividade enfrenta diversos desafios na contemporaneidade, tais como: ausência de conhecimento acerca das legislações e correntes filosóficas que orientam a profissão, supervisores de campo sem tempo hábil para supervisionar, instituições com instalações físicas inadequadas para receber estagiários, estagiários vistos como mão-de-obra barata pela instituição. Guerra e Braga (2009, p. 16) “O estagiário é contratado para atender às demandas institucionais, por um custo menor que o profissional. Este acaba sendo utilizado como mão-de-obra barata.” Diante dessa realidade, ressaltamos que o estágio supervisionado caracteriza-se como uma atividade de ensino e aprendizagem no processo de formação profissional e o fato do mesmo ser considerado como mão-de-obra barata rebate diretamente no seu desenvolvimento de forma crítica, ética e coerente. Da mesma forma, supervisor/a de campo e supervisor/a acadêmico/a encontram-se com o trabalho precarizado o que contribui para que o estágio supervisionado encontre inúmeros desafios no cotidiano, a expansão do ensino superior tida como democratização do ensino, traz como consequências a precarização do trabalho docente que rebate na indissociabilidade entre estágio-supervisão acadêmica-supervisão de campo.

Palavras chave: Serviço Social. Estágio Supervisionado. Ensino-Aprendizagem. Mão de Obra Barata.

A RELAÇÃO ENTRE A MULHER E A VIOLÊNCIA NO CONTEXTO SOCIAL BRASILEIRO

Pollyana Paula dos Santos Prado
Regina Maria de Souza
Ana Paula dos Santos Prado
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE SANTA FÉ DO SUL

Este artigo apresenta como objetivo central analisar a histórica correlação existente entre a violência e a mulher ao longo do desenvolvimento da sociedade ocidental. Há que se destacar inicialmente que a inserção da mulher em sociedade é marcada por períodos de intensa discriminação, violência, em que é alijada dos direitos típicos da cidadania, tais como o voto, o trabalho e a participação nas diferentes instâncias da sociedade civil organizada. De forma efetiva, o rótulo feminino mais disseminado, é o que cabe a mulher desempenhar o papel de dona do lar, de exímia fragilidade e incapacidade, cabendo apenas ao homem cumprir tarefas de maior complexidade,

ocupando, durante décadas, a maior parte das vagas do mercado de trabalho. Os diretos de que são portadoras as mulheres, na sociedade contemporânea, foram conquistados por meio de mobilizações do gênero feminino para a modificação da legislação vigente, de modo a garantir o acesso ao trabalho, ao voto, a cargos públicos e à participação social, sendo que não são uma unanimidade em todas as culturas, uma vez que existem países em que a violência, a segregação e a ameaça grave constituem-se em elemento central do cotidiano do gênero feminino. No contexto nacional, a criação de legislações como a| Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, mostram-se um avanço rumo à modificação de uma lógica de violência vivenciada pela mulher brasileira e que se releva no ambiente doméstico, que é de cunho sexual, fundada no assédio e na cultura do estupro. O presente trabalho foi desenvolvido por meio de revisão de literatura, com consulta a livros, periódicos e legislação pertinente à temática.

Palavras chave: Mulher. Sociedade. Violência. Legislação

A RELEVÂNCIA DE DIFERENTES MODALIDADES E PRÁTICAS DE ENSINO PARA A CONQUISTA DE UMA EDUCAÇÃO MAIS DEMOCRÁTICA, CRÍTICA E EMANCIPADORA

Bruna Soares de Souza
Pedro Henrique Reato Cisi
Milton Marcondes Teixeira Junior
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Sabe-se que na Educação Básica Brasileira existem muitos desafios a serem enfrentados pelas distintas modalidades e/ou práticas de ensino. A Educação, nesse sentido, precisa lidar com a pluralidade e diversidade sociocultural da sociedade, oferecendo um sistema educacional democrático que incorpore, efetivamente, os diferentes estudantes nessa sociedade tão complexa e multifacetada, tornando-os cidadãos autônomos, críticos e preparados para a vivência social. Além disso, é importante que, constantemente, ela aposte em reflexões sobre o processo educacional – desde os seus fundamentos até as suas práticas. Assim, torna-se possível almejar a conquista de um projeto de Educação nacional que se torne um instrumento de emancipação do sujeito. Nessa perspectiva, o presente trabalho objetiva apresentar, através de uma revisão bibliográfica, a relevância, em especial, de três modalidades e/ou práticas de ensino, existentes e, atualmente, bem

debatidas na contemporaneidade: o ensino integral, a educação no campo e o ensino de sociologia. A intenção é demonstrar como elas tornam-se importantes para a conquista de um Ensino Médio, cada vez mais, inclusivo, democrático e emancipador para os estudantes. Espera-se, portanto, que as reflexões, suscitadas a partir das experiências relatadas ao longo do texto, também tenham condições de justificar a necessidade da institucionalização, bem como consolidação de políticas e práticas voltadas a uma formação integral, inclusiva e efetiva para os estudantes da Educação Básica.

Palavras chave: Ensino Integral. Educação no Campo. Ensino de Sociologia. Educação Democrática.

A REPRESENTAÇÃO DE PROFESSORES E ALUNOS DA FUNÇÃO SOCIAL DA ESCOLA: A CULTURA DE ESCOLA COMO ELEMENTO DE ANÁLISE DE POLÍTICA NO CAMPO EDUCACIONAL

Paulo Roberto Mermejo
Tatiana Noronha de Souza
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

A partir da descrição feita pelos autores que defendem a cultura de escola como percepção idiossincrática da cultura escolar e, ainda, que tal cultura venha a ser instrumental significante para análise de políticas públicas no campo educacional, este trabalho têm o objetivo de apresentar as representações de professores e alunos da função social da escola como recorte da cultura de escola e como elemento de análise de politica (Policy Analysis). O levantamento dos dados se deu a partir da técnica de entrevista semiestruturada, tendo como instrumentos dois roteiros de entrevistas. Foram entrevistados quatro professores e seis alunos em cada uma de duas unidades escolares da rede estadual de ensino do Estado de São Paulo. Após a coleta e transcrição dos dados seguiu-se o método de análise de conteúdo com: a pré-análise, identificação das categorias de análise e análise de cada tema proposto pelo roteiro. Tendo que a representação dos atores e do público a que se destina a política pública é relevante para a análise de política, principalmente quanto ao processo de implementação na “policy cycles”. Os resultados obtidos junto aos alunos mostram: alunos da escola um entendem a função de ensinar da escola, assim como o empenho dos professores e da equipe

escolar para isto, mas apontam a defasagem dos conteúdos, como limitador de tal função. Percebem, ainda, a escola como um espaço de socialização e acolhimento; alunos da escola dois posicionam-se de forma mais crítica em relação a função de ensinar, questionam o desenvolvimento das aulas e comportamento dos alunos. Sobre a função social da escola na perspectiva dos professores observou-se: na escola um que a função social vai além do ensino de um conjunto de informações acumuladas como cultura geral socialmente valorizada, mas se remete às necessidades reais com o qual o aluno vai se deparar na vida em sociedade e na escola dois a percepção dos professores apontam para uma escola real, menos idealizada identificando suas deficiências, assim como seus aspectos ideológicos. Também identificam os aspectos de formação para a cidadania e de transformação para a vida social. Conclui-se que as representações de professores e alunos sobre a função social da escola se distancia de forma significativa do foco dado pelas políticas públicas no campo educacional do Estado de São Paulo.

Palavras chave: função social da escola; análise de política; cultura de escola; Policy Analysis.

A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL

Clarissa de Andrade Fernandes
Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE ITUVERAVA

Apesar da educação infantil ser reconhecida atualmente como primeira etapa da educação básica, por muito tempo esteve excluída do sistema educacional brasileiro, estando ligada a práticas assistencialistas e ou compensatórias. A história da Educação Especial também não foi diferente. As crianças com deficiências por séculos enfrentaram um preconceito historicamente instaurado, onde eram destinadas ao isolamento, quando não à morte. Somente a partir de 1970 é que são iniciadas as lutas em defesa do reconhecimento da educação infantil, sendo intensificadas após 1980, modificando aos poucos esse cenário com a implementação de políticas públicas voltadas para esse público, em especial com a Constituição de 1988, quando a educação infantil é reconhecida como direito das crianças de 0 a 5 anos. O presente artigo tem por objetivo analisar os avanços históricos e as contribuições das políticas públicas no Brasil para a inclusão da

criança com deficiência na educação infantil. O estudo faz parte de um projeto de pesquisa de mestrado em Planejamento e Análise de Políticas Públicas e apresenta resultados parciais do levantamento bibliográfico e da análise documental sobre as políticas de educação infantil e educação inclusiva no país.Nessa direção, os resultados alcançados denotam que o processo histórico de longa duração demonstra transformações diversas na evolução das estruturas sistêmicas da Educação Infantil no Brasil.

Palavras chave: Palavras-chave: Políticas Públicas; Educação Infantil; Educação Especial; Inclusão.

ALGUNS ASPECTOS DA JUVENTUDE BRASILEIRA E SUA RELAÇÃO COM O "MUNDO" ESCOLAR

Leonardo Teixeira Gomes
Marina Novaes de Senne
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Nosso tempo nos exige, cada vez mais, promovermos todos os dias a coexistência de etnias, nacionalidades e culturas diferentes. Esses elementos amoldam diversas sociedades, entre as quais a brasileira. Ao tratarmos do Brasil no início do século XXI, consideraremos nossa sociedade como uma economia de mercado, contexto no qual está entranhado nosso objeto de investigação. Produto de revoluções tecnológicas essa sociedade tende a redesenhar-se, conforme as relações mundiais se configuram. A escola é tida como espaço privilegiado para concretizar essa tarefa. Espaço institucionalizado e regulamentado é também responsável por reproduzir valores sociais, no sentido de que a experiência educativa é uma experiência política, pois os ideais/metas que se estendem por uma sociedade democrática também se apresentam na escola. Nesse sentido, nosso trabalho objetivou compreender os aspectos e as dimensões que engendram a juventude brasileira e sua relação com o mundo escolar. Nosso trabalho foi produzido no referencial da socioantropologia compreensiva e como ferramenta metodológica a revisão bibliográfica. Como resultado dessa problematização verificamos a necessidade de ampliar e fortalecer o campo de investigação sobre a categoria juventude em sua homogeneidade e heterogeneidade. Por meio de pesquisas do Estado da Arte, ficou evidente que, no século XXI, o foco das investigações sobre

juventude e escola centra-se mais na discussão da sociabilização que nos resultados escolares esperados.

Palavras chave: Juventude. Educação escolar. Ambiente escolar. Contemporaneidade.

ANACRONISMO PARA O SUBDESENVOLVIMENTO: OS ITINERÁRIOS FORMATIVOS ENQUANTO PROMOTORES DAS DESIGUALDADES SOCIAIS

Santiago Castigio e Monteiro
Vânia de Fatima Martino
Aline Martinez Delalibera
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O objetivo do presente estudo foi verificar de que maneira a proposta de itinerários formativos, enquanto possibilidade do aluno escolher o currículo e especializar-se em áreas do conhecimento de seu interesse e afinidade, da forma como foi apresentada pela recente reforma do ensino médio (Lei 13.415/2017), guarda coerência com o ordenamento jurídico nacional, com o pensamento contemporâneo de se considerar o conhecimento em seu aspecto complexo e conexo e com as correntes pedagógicas que veem na escola o espaço em potencial para se garantir o acesso amplo e democrático à integralidade da cultura e dos saberes sistematizados pela humanidade. Para tanto, foi realizada a revisão bibliográfica da temática e a interpretação sistemática da legislação pertinente, com aporte na doutrina jurídica nacional. Como resultados, verificaram-se incompatibilidades teóricas e incoerências normativas na nova legislação, podendo-se falar em uma redação legislativa inconstitucional e um verdadeiro choque temporal com as conquistas sociais que vinham sendo historicamente construídas ao que se refere ao direito à educação no Brasil. Em nossa análise, os itinerários formativos apresentaram-se como mecanismo de flexibilizar o acesso material aos conhecimentos, uma vez que o poder público o fornecerá conforme sua disponibilidade, o que acabaria por acarretar uma diferenciação entre a qualidade e a quantidade da oferta no setor público e no privado. Levan-nos, ainda, a questionar a ascensão de uma disputa política pela ressignificação dos espaços educacionais formais atuais, sendo notável o papel do capital financeiro em tentar lançar mãos de potenciais lucros e das elites em resguardar seus privilégios.

Palavras chave: reforma do ensino médio. itinerários formativos. políticas educacionais.

ANOTHER BRICK IN THE WALL: de que educação precisamos?

Mariana Silva Ribeiro
Raquel Rangel Cesario
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

Na atualidade diversos autores têm se dedicado a estudar e defender práticas pedagógicas inovadoras, alinhadas com a teoria desenvolvida por Paulo Freire cerca de 50 anos atrás. Nessa tendência, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Medicina, no Brasil, determinam que a formação médica baseie-se em metodologias ativas de aprendizagem, de forma a formar um médico crítico, reflexivo, humanista e ético. Atendendo às Diretrizes Curriculares, uma das características do curso de Medicina de uma faculdade no interior de São Paulo é colocar o estudante em contato com a comunidade desde o primeiro bimestre do curso, e uma das formas de avaliação utilizadas é o Portfólio reflexivo, instrumento celebrado por diversos autores, mas abstrato e carente de sentido para estudantes e alguns professores. Este trabalho tem o objetivo de relatar a experiência de uma estudante de Medicina quando em contato com o ensino tradicional do Ensino Fundamental II, em uma escola pública da cidade, e discutir a importância do portfólio reflexivo como instrumento de avaliação do aprendizado. A metodologia aplicada é relato de caso, utilizando-se o portfólio da estudante como fonte. O relato descreve a preparação e execução de uma atividade de educação em saúde idealizada e executada por cinco estudantes do primeiro ano de Medicina, desenvolvida junto a estudantes do 7o ano do Ensino Fundamental II, no âmbito do programa Saúde e Prevenção nas Escolas. Apresenta uma visão crítica de uma ex-aluna do ensino público, inserida atualmente em um currículo baseado em metodologias ativas, quando em contato com o ensino tradicional, bem como apresenta soluções para aproveitar o potencial percebido e afastar-se das fragilidades observadas. Ademais, permite divulgar um excerto de um portfólio reflexivo, procurando contribuir para o desenvolvimento de sentido e concretude sobre este instrumento inovador de avaliação do processo ensino-aprendizagem.

Palavras chave: Métodos ativos de Ensino-aprendizagem; Ensino tradicional; Estudante de Medicina; Portfolio.

ANÁLISE DAS NORMAS PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Angélica Aparecida Alves Lourenço
Hilda Maria Gonçalves da Silva
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O tema do artigo é a pesquisa desenvolvida no programa de pós-graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da Unesp- Franca (SP), que visa analisar as normas para Educação Inclusiva na rede pública de ensino do Estado de São Paulo, pois acredita-se que a efetivação da Educação Inclusiva, com a pedagogia centrada nas necessidades únicas de cada estudante, passa pela elaboração, implementação e análise de políticas públicas educacionais. Assim, o objetivo da pesquisa é investigar como as normas estaduais dialogam com a teoria sobre Educação Inclusiva e as normas nacionais. Para tanto, será realizada pesquisa bibliográfica e documental com coleta de dados em documentos oficiais, tais como: leis, decretos e resoluções nacionais e estaduais sobre Educação Inclusiva, livros e teses. O critério para coleta de dados dos documentos oficiais obedecerá ao recorte de 2001 a 2015 (2001 ano de publicação das Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica a 2015 ano de publicação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência), pois são documentos relevantes para a definição de deficiência e inclusão escolar. Já para a coleta de dados em livros e teses, o critério será o estudo de autores referência no tema, reconhecidos pela comunidade cientifica do país, sendo alguns deles: Rosalba Maria C. Garcia, Flávia F. de Souza, Maria Alice R. Perez, Kelly Cristina B. da Silva, Vanderlei B. da Costa, Thaís Cristina R. Tezani, Adriana Gavião B. Oliveira, Nilza R. Medeiros, Patrícia M. Caramori, Ana Paula P. Maturana, Maria T. Eglér Mantoan e Marcos M. Mazzota. Após a coleta de dados, os mesmos serão reduzidos e analisados de acordo com os temas: formação dos professores, público alvo da educação especial, atendimento educacional especializado, orientações para o atendimento do estudante com deficiência na sala regular e cultura inclusiva. Contudo, espera-se conhecer e sistematizar as proximidades e distanciamentos

entre a norma estadual e nacional para Educação Inclusiva. Assim como, a norma estadual e a teoria que versa sobre o tema. Portanto, o artigo apresenta a pesquisa que ajudará a identificar avanços, entraves, e até mesmo ausências que culminam no ambiente escolar, e podem ser repensadas pelo Estado.

Palavras chave: Educação Inclusiva. Deficiência. Políticas Públicas para Inclusão. Estado de São Paulo.

ANÁLISE DE CONTEÚDO HERMENÊUTICA: a aplicação do método na área da Educação

Karina Augusta Limonta Vieira
UNIVERSIDADE LIVRE DE BERLIM

Diante do cenário da pesquisa educacional que considera a análise descritiva de conteúdos educacionais como maneira de evidenciar os resultados de suas pesquisas, é importante indagar sobre: O que a Análise de Conteúdo Hermenêutica contribui para a área da Educação? Como esse método é aplicado na área da Educação? Esse artigo tem como objetivo apresentar o método da Análise de Conteúdo Hermenêutica e a sua aplicação na área da Educação. Esse método consiste na junção da Hermenêutica com a Análise de Conteúdo Qualitativa, por isso também pode ser chamado de um mixed method. Esse artigo é uma revisão bibliográfica dos principais fundamentos da Análise de Conteúdo Hermenêutica Alemã e a amostra da aplicação desse método. Nesse sentido, apresento, primeiramente, os fundamentos científicos da Hermenêutica, explicitando a Hermenêutica como a arte de compreender, seus conceitos básicos e a Hermenêutica Educacional. Em seguida, apresento a Análise de conteúdo qualitativa por meio das suas características e dos seus passos de análise. Por fim, apresento a aplicação desse método na área da Educação. Os resultados da aplicação mostram que são necessárias duas análises, a análise dos elementos estruturais dos artigos científicos e a análise do sentido geral dos artigos e, também, a reflexão do conteúdo analisado. As conclusões mostram que esse método é inovador na análise dos conteúdos educacionais e tem como contribuição para a área da Educação elementos que favoreçam a análise de textos educacionais em profundidade, aliando sistematização, codificação, categorização, interpretação, compreensão e reflexão.

Palavras chave: Análise de Conteúdo Hermenêutica. Hermenêutica. Análise de Conteúdo Qualitativa. Educação.

AS (IM)POSSIBILIDADES DO TEATRO DO OPRIMIDO COMO FERRAMENTA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Fernanda Cristina Barros Marcondes
Anne Caroline Primo Ávila
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O teatro do oprimido (TO) é uma técnica teatral bastante difundida, sendo reconhecida a sua importância em inúmeros lugares no globo, tendo propiciado, inclusive, o título de embaixador mundial do teatro pela UNESCO ao seu criador, Augusto Boal. O TO é fundamentado por Boal como um método, que parte da premissa que toda e qualquer pessoa é capaz de fazer teatro. Através de exercícios, jogos e técnicas teatrais são desenvolvidos e estimulados os aspectos físicos, psicológicos e intelectuais dos participantes. Além do que, com a encenação das diversas opressões vivenciadas pelos atores, é possível superar ou transformar os diversos quadros de sofrimento mentais e sociais. Ademais, o presente trabalho também parte da concepção teórica sobre educação libertadora de Paulo Freire, em contra oposição ao uma educação bancária, cartesiana e positivista. Isto é, pauta-se de uma educação emancipatória visando a autonomia crítica dos alunos através de uma educação que estimule o pensamento crítico e o diálogo, de modo horizontal entre educador e educando, permitindo, assim, que haja a libertação das opressões sofridas. Esses dois importantes conceitos teóricos dão substrato para o trabalho, que tem como objetivo analisar se o TO pode ser uma ferramenta para uma educação em Direitos Humanos, tendo em vista as duas grandes concepções existentes de Direitos Humanos, quais sejam: a perspectiva clássica, do marco da modernidade, tendo como elementos de caracterização a estatização e a universalização; e a concepção crítica, que possui um caráter de extra-estatização, bem como pauta-se na singularidade plural de inúmeros povos, tendo como referencial Joaquín Herrera Flores e David Sanchez Rúbio. A fim de realizar esse trabalho, utiliza-se de pesquisa bibliográfica, já o método de abordagem crítica de análise desses dados bibliográficos é o dialético, utilizando-se, então, do confronto de tese e antítese, a fim de se encontrar uma síntese sobre os dados levantados.

Ademais, a investigação entre as diferentes concepções de direitos humanos em relação ao processo de educação com o TO, caracterizam o método comparativo como tipo de investigação do trabalho. As conclusões parciais do trabalho, apontam que o teatro do oprimido é uma importante ferramenta para uma educação objetivada por Paulo Freire, haja vista que ambos possuem o ideal de libertação. Ademais, essa técnica de teatro torna-se uma ferramenta relevante para uma educação em Direitos Humanos que sejam pautados em uma perspectiva crítica, e não do marco da modernidade. Isso porque, somente a concepção crítica de Direitos Humanos possui as mesmas bases e considerações com o TO sobre pressupostos essenciais, como opressão, marginalização, emancipação. Assim, o TO pode ser ferramenta de educação para a concepção crítica de Direitos Humanos, e não para os Direitos Humanos Clássicos ou Tradicionais, já que este preocupa-se em reafirmar o status quo e as diversas desigualdades e opressões.

Palavras chave: Teatro do oprimido (TO). Educação libertadora. Educação emancipatória. Educação em Direitos Humanos.

AS EXPRESSÕES DA QUESTÃO SOCIAL NO UNIVERSO EDUCACIONAL E O SERVIÇO SOCIAL

Jordania Mara Fernandes Faria
Eliana Canteiro Bolorino
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O artigo pretende discutir a concepção de questão social e suas expressões, problematizando-a no âmbito da escola, bem como esclarecer a profissão Serviço Social e suas contribuições no âmbito da política de educação. O presente ensaio teórico traz parte da fundamentação teórica da pesquisa que está sendo desenvolvida para o TCC que tem como objetivo analisar a percepção dos educadores sobre as demandas sociais presente no âmbito escolar e a inserção do assistente social, tendo como referência a rede municipal de ensino fundamental (1º ano ao 5º ano) do munícipio de Franca/SP. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e tem como referencial teórico-metodológico o materialismo histórico dialético de Marx, este que permite a aproximação e diálogo com a realidade, partindo da aparência visando a apreensão de sua essência, estrutura e dinâmica. O estudo está composto pelas categorias: questão social, educação, serviço social

como profissão, serviço social na educação. Dentre os autores estudados, destacam-se: Iamamoto (2007), Netto (2008), Almeida (2007), Saviani (1991, 1995), Mészáros (2005) entre outros. A concepção de educação que norteia o estudo parte da compreensão da educação como parte constitutiva da dimensão da vida humana, entendida por Almeida (2007) como um processo social que envolve diversos espaços e sujeitos e que, portanto, cumpre um papel central na dinâmica da reprodução social. A educação básica brasileira, no decorrer da trajetória histórica passou por grandes transformações que trouxeram diversas mudanças no sistema educacional. Nota-se que neste processo, ocorreu também a expansão da educação que permitiu o acesso e a universalização do ensino público também para outras camadas da sociedade. Tais transformações provocaram alterações quanto à inserção de um novo perfil de estudantes advindos da classe trabalhadora, que trazem consigo a sua forma de vida e os rebatimentos das múltiplas expressões da questão social as quais incidem diretamente ou indiretamente no processo educativo. O contexto apresentado provoca um acirramento e aprofundamento das desigualdades sociais no contexto escolar, colocando novas exigências e desafios aos profissionais no que diz respeito ao enfrentamento e intervenção das questões emergentes presentes neste espaço. Considerando a complexidade dos processos e relações sociais da realidade atual que incide sobre as escolas e com base no Projeto de Lei nº 3.688 de 2000 que se encontra em tramitação e prevê a implantação do Serviço Social na rede pública de ensino, acredita-se que o assistente social desvelando as expressões da questão social poderá contribuir na construção de intervenções que respondam as demandas apresentadas, com o processo educativo e também para a garantia, efetivação e ampliação da proteção social do estudante e de toda à comunidade escolar.

Palavras chave: Serviço social na educação. Serviço social como profissão. Demandas sociais.

AS IMPORTÂNCIAS E AS DIFICULDADES DE TRABALHAR MAPAS NO ENSINO DA HISTÓRIA NA EXPERIÊNCIA DO BOLSISTA ID

Ana Paula Neves de Oliveira
Genaro Alvarenga Fonseca
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O presente artigo busca apresentar, a partir da experiência como bolsista ID no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID-História), a significância do trabalho com mapas no ensino fundamental na ensinança da disciplina da História, entendendo que a cartografia é de essencial importância no entendimento da matéria, bem como para a localização do aluno no tempo e no espaço. Busca, por conseguinte, expor tanto as importâncias da utilização dos mapas como instrumento de ensino que permite ao professor apontar um conceito em mais de uma dimensão, sendo por sua vez um complemento às falas e aos textos trabalhados e servindo de fonte visual de informações relativamente aperíodos históricos de forma lúdica e interessante ao aluno, como as barreiras enfrentadas pelos docentes, que se estendem desde as dificuldades na exposição desses mapas no que tange à coerência metodológica entre o ensino do mapa e o conteúdo dos dados oferecidos no mesmo até a falta de familiaridade dos próprios alunos com os referidos, na compreensão de que o mapa não é mera ilustração na aula de História, mas que estes devem ser lidos, interpretados e refletidos para serem compreendidos. Nesse sentido, são trazidas as experiências e os resultados de um experimento vivido em uma sala de 7º ano quando do ensino da Situação de Aprendizagem 8 do Caderno do Aluno do Estado de São Paulo que trata da Expansão Marítima nos séculos XV e XVI, onde para além dos mapas oferecidos no material didático, foi trazida pelos bolsistas uma apresentação de slides com mapas complementares sobre o assunto, apresentados e estudados ao longo da aula ministrada pelos mesmos.

Palavras chave: Iniciação à docência, ensino fundamental, mapas no ensino da História, experiência em sala.

AS MODIFICAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 12.318/2010 E SEUS DESDOBRAMENTOS NO ÂMBITO DO DIREITO DE FAMÍLIA COM ÊNFASE NA SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL E NA SOCIOPARENTALIDADE

Regina Maria de Souza
Ana Paula dos Santos Prado
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE SANTA FÉ DO SUL

Este artigo apresenta como proposta central analisar as contribuições da Lei 12.318/2010 no trabalho de minimização da Síndrome da Alienação Parental e em discussões como a da socioparentalidade. Há que se considerar inicialmente que a separação de um casal não elimina o fato de serem pais do mesmo filho tendo em relação ao mesmo uma série de obrigações que perpassam desde o carinho e o cuidado, passando pelas necessidades materiais e de orientação para o desenvolvimento biopsicossocial da criança. A síndrome da alienação parental pode ser definida como um distúrbio da infância que aparece quase exclusivamente no contexto de disputas de custódia de crianças. Cabe considerar que sua manifestação inicial é a campanha denegritória contra um dos genitores, sem que uma justificação esteja presente, como resultado das instruções fornecidas pelo outro genitor. Destacou-se também no trabalho, a parentalidade socioafetiva, que se constituem em conceitos fundados na socioafetividade e no afeto. A nova ordem jurídica consagrou como fundamental o direito à convivência familiar, adotando a doutrina da proteção integral. Dessa forma a criança converteu-se em sujeito de direito. Concede-se prioridade à dignidade humana, abandonando a feição patrimonialista da família, proibindo-se quaisquer designações discriminatórias à filiação e assegurando os mesmos direitos e qualificações aos filhos nascidos ou não da relação de casamento e aos filhos havidos por adoção. No que se refere à metodologia do trabalho, este realizado por meio de revisão de literatura, com consulta a livros, manuais e períodos de referência para o Direito de Família e das Sucessões.

Palavras chave: Direito da Família. Síndrome da Alienação Parental. Socioparentalidade

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE PREVENÇÃO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHER: REFLEXOS E AVANÇOS NA REGIÃO DE FRANCA/SP

Barbara Oliveira de Carvalho
Kelly Cristina Canela
Mariana Silva Gomes
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O presente resumo, tem por base a pesquisa realizada pelas extensionistas do grupo de extensão “Arte de Ser Mulher: prevenção e enfrentamento da violência doméstica na perspectiva interdisciplinar”, vinculado ao Centro Jurídico Social da Universidade Estadual Paulista, campus Franca. Tem por objetivo a análise das políticas públicas de prevenção a violência de gênero, existentes no estado de São Paulo, por meio de um estudo comparado entre a região de Franca, destaque negativo em relação à violação dos direitos da mulher, e os municípios que apresentaram/apresentam maior efetividade na diminuição das taxas de violência contra a mulher, violência esta considerada em forma ampla, apoiada no art. 5° da Lei n° 11.340/06, (Lei Maria da Penha), ou seja, qualquer lesão que resulte em dano físico, sexual, psicológico, moral ou patrimonial, de forma a elucidar no corpo social a persistência hodierna da agressão contra a mulher. Serão utilizados os métodos hipotético-dedutivo e dialético, bem como será realizada a pesquisa bibliográfica, sendo utilizados também estatísticas e demais informações presentes em sites governamentais e outros especializados na temática, que visam as políticas públicas dos serviços da rede de enfrentamento contra a violência doméstica e suas respectivas interfaces com a educação de gênero e consequente prevenção, como também a instalação desses serviços no estado de São Paulo em detrimento do que é encontrado nas cidades da região de Franca, interior do estado.

Palavras chave: Prevenção e enfrentamento da violência doméstica. Políticas públicas de prevenção a violência de gênero. Violência contra a mulher.

COMUNICAÇÃO: métodos de alfabetização

Djanira Soares de Oliveira e Almeida
Fabiana Granado Garcia Sampaio
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Este texto trata das alternativas para desenvolver o conhecimento sistematizado da linguagem escrita em língua portuguesa e apresentar os métodos de alfabetização,

frente às políticas educacionais já adotadas ou ainda em vigor nas escolas públicas brasileiras. Alguns procedimentos aplicados pelo professor em sala de aula têm sido insuficientes para a aquisição da linguagem escrita pela criança, com resultados prejudiciais que levam ao desinteresse ou retardo no processo. Usos da linguagem praticados em família, na comunidade e não assimilados pela escola interferem no aproveitamento escolar. Este texto apresenta revisão de literatura para discutir os paradigmas que subjazem à escolha do método e aos procedimentos adotados nas atividades de linguagem no processo de ensino e aprendizagem da linguagem escrita. A escolha entre métodos de análise e síntese em si mesma não é o único responsável pelas falhas da sociedade brasileira em alfabetizar, dado que a língua é um sistema completo, com letras, sons, fonemas, sílabas, frases e textos. É importante ao professor conhecer a língua com a qual opera e integrar o método adotado aos paradigmas linguísticos.Temos visto ainda que as formas didáticas utilizadas não se estendem às necessidades especificas dos sujeitos escolares, mormente aqueles que demonstram ausência de habilidades que são consideradas necessárias para o desenvolvimento de estratégias cognitivas para o aprendizado da língua materna.

Palavras chave: Métodos de alfabetização. Políticas educacionais. Procedimentos didáticos em alfabetização.

CONSELHO TUTELAR FRENTE A PROTEÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE

Maria Cristina Piana
Lúcia Aparecida Parreira
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O presente trabalho objetiva analisar a atuação do Conselho Tutelar, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), enquanto órgão de proteção em defesa dos direitos da criança e do adolescente e contribuir na busca da efetivação de uma rede intersetorial das políticas públicas sociais para a infância e adolescência nos municípios. A pesquisa é de caráter qualitativa e foi realizada por meio da apreensão de dados teóricos e empíricos entre os anos 2016 – 2017, nos municípios de Franca e Barretos, ambos do Estado de São Paulo. O suporte teórico foi construído a partir de uma perspectiva crítica com as categorias centrais da

pesquisa: Estado democrático de direito, sociedade civil, participação, política de atendimento à criança e ao adolescente e conselho tutelar. E foram entrevistados 10 conselheiros com roteiro semi-estruturado de questões que abordaram tais categorias. Destacamos que conhecer o trabalho dos conselheiros e sua concepção sobre a rede intersetorial, possibilitou que novos questionamentos surgissem ao objeto pesquisado, aproximando-o a uma possível intervenção efetiva no fortalecimento da proteção integral a infância e adolescência. Uma grande conquista na área da criança e do adolescente foi a criação de uma lei específica, que os vê como “sujeitos em condição peculiar de desenvolvimento” (art. 6º do ECA) e cidadãos de direitos independente da classe social. Determina também as diretrizes da política de atendimento exigindo que a criança e o adolescente tornem-se prioridade ao poder executivo. Descentraliza o poder criando os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares, delegando à sociedade o direito e o dever de zelar na proteção dos direitos previstos na Lei. As atribuições do Conselho Tutelar previstas no artigo 136 do ECA, devem contribuir para a materialização dos direitos da cidadania à criança e ao adolescente, exigindo por caminhos legais as políticas públicas necessárias para atender as demandas da realidade. Os conselheiros, enquanto representantes dos usuários, e a sociedade civil têm a função de engajar-se na luta por um projeto ético e político, comprometido com a democracia e a justiça social. Entende-se que a existência da lei não implica a solução de todos os problemas da infância e adolescência, mas em um processo gradual e participativo onde haja a transformação efetiva na vida destes “pequenos”.

Palavras chave: Proteção integral, Conselho Tutelar, Criança e adolescente

CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO PÚBLICA PRIMÁRIA EM UBERABA-MG NO INÍCIO DO SÉCULO XX (1900-1910)

Anelise Martinelli Borges Oliveira
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O presente trabalho tem como objetivo tecer considerações sobre a educação pública primária existente em Uberaba, no estado de Minas Gerais, no início do século XX. Para tanto, utiliza-se como fonte o periódico de maior circulação da cidade no período elencado, o jornal Lavoura e Comércio, por entender que a

imprensa periódica pode contribuir para o conhecimento das perspectivas educativas de determinada sociedade (OLIVEIRA, 2017). O recorte temporal – 1900-1910 – foi escolhido em decorrência de ser um período da Primeira República (1889-1930) caracterizado pelo desenvolvimento de políticas e projetos voltados para a escola pública primária no Brasil (FARIA FILHO & VIDAL, 2000). Tais iniciativas se pautaram na construção de um ideário de nação e na defesa da universalização da escola no processo de civilização do país a partir da concepção burguesa de inspiração liberal. Visto como moderno e inovador, o republicanismo deveria representar a ruptura com o antigo regime político, o monarquismo. No contexto do recorte temporal proposto, reformas educacionais como a de Epitácio Pessoa (1901) e Rivadávia Correia (1911), a nível nacional, e a de João Pinheiro (1906), a nível estadual, constituíram-se de iniciativas que objetivaram reestruturar o ensino. Em Minas Gerais, estado onde se insere Uberaba, a reforma João Pinheiro criou uma nova configuração das práticas educativas, a partir de um "modelo escolar" baseado na organização do ensino em séries, constituição de grupos escolares, implantação do Método Intuitivo e da Inspeção Técnica de Ensino (FARIA FILHO, 2000; ISOBE, 2002). Nesse sentido, a análise do presente trabalho recai sobre temas recorrentes no jornal Lavoura e Comércio (1900-1910) acerca da nova configuração da escola pública primária, como por exemplo, os novos métodos de ensino, a inspeção técnica, a questão da higiene escolar e a criação do primeiro grupo escolar em Uberaba. Os resultados revelam que o panorama educacional da cidade mineira na primeira década do século XX se articula com a situação do país em relação ao desenvolvimento de uma nova forma de se conceber a escola primária. Ainda que estivesse presente, ao menos no discurso, a disseminação da democratização escolar, a maior parte da população permaneceu sem acesso à educação.

Palavras chave: Escola Primária. Políticas Públicas. Uberaba.

CONSTRUINDO SENTIDOS: PROCESSOS DE LEITURA À LUZ DE UMA APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA

Daniele Giacomo Eleuterio Veronez
FACULDADE PESTALOZZI

A leitura é parte fundamental da formação do ser humano, é por meio dela que desenvolvemos nosso conhecimento, formamos nosso vocabulário, enriquecemos

nosso raciocínio e interpretação. Partindo desse princípio, compreendemos que a ausência da aquisição das habilidades de leitura tende a ser um dos fatores que contribui para a dificuldade de aprendizagem de conteúdo, como é observado em sala de aula. O presente trabalho visa apresentar uma reflexão do processo de leitura por meio de uma análise feita por 95 alunos do 5º ano do Ensino Fundamental I. Para este trabalho, observou-se a construção desse processo de leitura e compreensão por meio de um instrumento apostilado que os alunos devem responder sobre as leituras realizadas ao longo do ano letivo. Para esse processo reflexivo, buscamos uma fundamentação nos estudos sobre aprendizagem significativa em Moreira & Masini (2001) preconizados pela teoria cognitiva de Ausubel (2003) nos quais apresentam definições esclarecedoras sobre a aprendizagem significativa. Buscamos também uma sustentação nas teorias que nos cercam sobre a aprendizagem da leitura, suas contribuições para a aprendizagem significativa na formação dos alunos do Ensino Fundamental. Com a análise dos dados, foi possível concluir que os alunos apresentaram potencialidades de leitura e interpretação com ganhos significativos. Porém, esses resultados foram representativos porque houve uma interferência do professor como um mediador em situações significativas da aprendizagem, nos momentos da leitura e nos tipos de atividades expostas no sistema apostilado. Cientes da força formativa da leitura buscamos apresentar resultados que demostrem a validação desse processo de construção de sentidos por meio da leitura. Na medida em que compreendemos que há um mundo a ser descoberto por meio da leitura.

Palavras chave: leitura. aprendizagem significativa. ensino fundamental

CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DE STANLEY MILLER E SUA ABORDAGEM EM LIVROS DIDÁTICOS

Caroline Avelino de Oliveira
João José Caluzi
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Existem vários aspectos da Natureza da Ciência, estes são essenciais para uma compreensão mais real do processo científico. Para que este entendimento seja mais efetivo no âmbito escolar, é frisada a importância da contextualização da ciência, inclusive nos PCN. Para que a mesma ocorra pode ser utilizada a História

da Ciência no Ensino de Ciências. A história da ciência não como um estudo cronológico (Martins, 1993) apenas com nomes e datas, que distorcem a compreensão da Natureza da Ciência, mas sim, envolvendo um contexto científico, abordando os aspectos econômicos, sociais e políticos, o estudo cronológico da história da ciência apenas frisa equívocos no entendimento da natureza da ciência, perpetuando distorções. Tem-se como objetivo geral analisar a trajetória de vida, criando um contexto histórico, sociocultural, político e econômico que influenciou o químico norte americano Stanley Lloyd Miller (1930 – 2007) e seus experimentos. Miller é conhecido pelos experimentos sobre a origem da vida. A metodologia baseia-se na análise histórica e documental, fundamentando-se em textos primários e secundários, utilizando a abordagem qualitativa. O objetivo secundário do trabalho foi à verificação de como a história da ciência, em especial a que menciona Miller e seus experimentos, é abordada em alguns livros didáticos (Uzunian, Castro, Sasson, 2002; Barros, Paulino ,2007; e Lopes, Rosso, 2005). Com base nas análises feitas, os materiais didáticos, em síntese, corroboram com o que Martins (1993) chama de estudo cronológico, uma vez que enfatizam datas e nomes, muitos aspectos da Natureza da Ciência não foram discutidos.

Palavras chave: Livros didáticos.Stanley Miller. Natureza da Ciência.

CONTRIBUIÇÃO DA FORMAÇÃO CONTINUADA NA PERSPECTIVA DE DOCENTES DE EDUCAÇÃO INFANTIL

Lindinara Vieira
Tatiana Noronha de Souza
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

A presente pesquisa tem como foco a formação continuada de professores de educação infantil, realizada em dois municípios do interior de São Paulo. Desse modo tem como objetivo investigar e analisar os aspectos relativos à frequência, formatos e a contribuição desta formação para a atuação profissional, na perspectiva dos docentes. Para isso, optou-se por uma de pesquisa de campo com abordagem qualitativa, por meio do uso de questionários como instrumentos de coleta. O critério de seleção dos sujeitos da pesquisa pautou-se sobre o tempo de serviço das

professoras, assim foram formados dois grupos, de 10 pessoas em cada município, um com mais de 20 anos de serviço e outro com menos de 10 anos, totalizando 20 profissionais em cada município. A análise dos dados está ancorada nos estudos de Francisco Imbernón, Sá Barreto, Bernadete Gatti, António Nóvoa e, Sonia Kramer. Os resultados apontaram que as professoras reconhecem que o município realiza uma formação continuada compreendendo a relevância da mesma. As professoras do município A concordam que existe formação continuada, realizada semestralmente e semanalmente, em formato de palestras, grupos de estudos, oficinas, jornadas, as quais tendem a contribuir para a atuação pedagógica. Para as docentes do município B a formação continuada é realizada semanalmente nos HTPCs e mensalmente, nos formatos de palestras e oficinas. Para dez professoras deste município, as formações não condizem com a realidade, não atendendo suas expectativas, alegando que poderia ser melhor. Desse modo, a pesquisa mostra uma realidade acerca da formação continuada que vem sendo elaborada e sobre a qual torna-se oportuno pensar a partir dos relatos das professoras.

Palavras chave: Educação infantil. Formação continuada. Relato das professoras.

CONTRIBUIÇÕES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA CONSTRUÇÃO DE SABERES SOBRE SEXUALIDADE

Leticia Vieira Basilio*****
Rosemary Rodrigues de Oliveira
Ana Paula Leivar Brancaleoni
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

A sexualidade não pode ser entendida apenas como a potencialidade reprodutiva do indivíduo. Trata-se de uma necessidade fundamental dos seres humanos que se manifesta desde o nascimento até a morte. Segundo Seffner (1998) o ambiente escolar é um local atravessado pela sexualidade. Vianna (2012) aponta que os debates acerca da inserção da sexualidade no currículo escolar são antigos, sendo que “a própria Constituição Federal de 1988 já afirmava a necessidade e a obrigação de o Estado elaborar parâmetros para orientar as ações educativas”. A temática sexualidade causa insegurança nos professores, por englobar assuntos considerados polêmicos e/ou constrangedores, como sexo, homossexualidade, doenças, discriminação, pecado, drogas, gênero, entre outros (SEFFNER, 1998).

Essa insegurança leva os docentes a abordarem os assuntos relacionados ao sexo e à sexualidade de maneira reducionista, pautando-se em uma visão higienista. Ao trabalhar com temas relacionados à sexualidade humana, torna-se necessário que o educador supere essa abordagem simplista, não se restringindo a uma visão meramente biológica. Pensando nisso, o Projeto de Extensão 'Sexualidade, Educação e Juventude' (SEJu) é desenvolvido, em uma universidade pública paulista, desde 2005 e se constitui enquanto um triplo espaço formativo: para os licenciandos em Ciências Biológicas, para os professores em exercício e para os jovens de escolas públicas. O tema sexualidade e gênero não é contemplado de forma aprofundada no processo de formação dos graduandos, o que torna importante a existência de espaços que promovam reflexões acerca do assunto, uma vez que certamente irão se deparar com situações relacionadas à temática enquanto profissionais no cotidiano escolar. Dessa forma, são realizadas anualmente oficinas de formação com os licenciandos que demonstram interesse em participar do grupo, em que são propostas discussões e dinâmicas sobre temas relativos à sexualidade e práticas preventivas. Posteriormente, os graduandos participantes, caso se sintam preparados, desenvolvem oficinas em escolas públicas (aproximadamente) doze encontros. Essas oficinas têm como objetivos específicos: fornecer informações sobre doenças sexualmente transmissíveis; possibilitar a subjetivação de informações acerca de sexualidade e DSTs; promover o respeito à diferença e à diversidade; possibilitar que o adolescente se sinta responsável por suas escolhas. No que tange à formação dos licenciandos as formações realizadas nas escolas contribuem para a formação de futuros educadores capacitados para lidar com o trabalho do tema no ambiente escolar, através da construção de repertórios de saberes que subsidiarão decisões futuras. Os encontros são registrados em diário de campo e discutidos no momento de supervisão, que acontece uma vez por semana, com as docentes coordenadoras e demais alunos membros do projeto. Dessa forma, as discussões levantadas na supervisão auxiliam na compreensão das demandas específicas de cada grupo, viabilizando a realização de intervenções durante todo o processo, além de possibilitarem o acompanhamento da reconstrução de concepções dos universitários e docentes e da desconstrução de preconceitos e estereótipos.

Palavras chave: Extensão universitária. Sexualidade. Gênero.

* Bolsista Núcleo de Ensino

COOPERAÇÃO COMO METODOLOGIA DE ENSINO: protagonismo compartilhado

Pedro Henrique Pereira e Pereira*
Irma Helena Ferreira Benate Bomfim
Thaís Campos Teixeira
Mayara Marques de Souza
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

O tema educação tem sido analisado exaustivamente sob diversas óticas, concepções, abordagens e teorias e, na contemporaneidade, questiona-se os modelos tradicionais de ensino e aprendizagem, que no Brasil historicamente estão relacionados com as concepções colonizadoras e jesuítas. Após tantos séculos, ainda percebemos resquícios destes moldes que ainda compõe os sistemas atuais. Com base nestes paradigmas, não se faz necessário muitos esforços para perceber e inferir as diversas falhasque estão explicitas na realidade escolar concreta, que se apresentam na falta de sentido, na evasão, fracasso escolar, superlotação das salas de aula, entre outros tantos. Isso nos conduz a uma perspectiva critica dessa realidade, podendo refletir sobre caminhos possíveis, que nos direcione a intervir de modo a transformar esta mesma realidade. Portanto o objetivo deste trabalho constitui-se em analisar teoricamente o protagonismo compartilhado por educadores na sala de aula, como alternativa ao sistema tradicional de ensino, abordando sua prática dentro do universo pedagógico, com base no modelo adotado pelo Programa Institucional de Bolça de Iniciação à Docência (PIBID), vinculado ao Centro Universitário Municipal de Franca Uni-FACEF. Como metodologia adotou-se uma análise qualitativa através de revisão da literatura reunindo materiais produzidos por algumas áreas do conhecimento relacionadas a educação. Assim sendo, esta pesquisa buscou evidenciar a relevância da reflexão sobre o sistema tradicional de ensino, no intuito de pensar em rotas de fuga para as metodologias de ensino, também tradicionais, dando margem para um adento a qualidade e melhoria através do protagonismo compartilhado dos atores envolvidos neste contexto.

Palavras chave: Educação.Protagonismo.PIBID

* Bolsista PIBID Uni-FACEF

CORPOREIDADE: UM CONCEITO MEDIADOR PARA A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL QUE ATUA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Carlos Eduardo Stante Gomes
Marina Melo Cintra
MEMBRO DA COMUNIDADE

Neste estudo sobre corporeidade e mediação escolar, partimos do pressuposto de que o ser humano é corpo e por isso está inserido no mundo em movimento, seguindo esta linha de pensamento, nossa pesquisa apresenta como objetivo principal discutir o quão importante é o papel do profissional capacitado para atuar como mediador no processo ensino-aprendizagem na fase escolar inicial educação infantil, e os fatores positivos apresentados pelo conceito corporeidade enquanto motricidade humana favorecendo o desenvolvimento da criança, no que se refere ao desenvolvimento motor, e suas possibilidades. A corporeidade a nível filosófico refere se ao corpo e ao conjunto de manifestações corpóreas, portanto inserir a corporeidade na educação infantil significa inserir vivencias no processo educativo, torna se necessário que a aprendizagem formal esteja presente de corpo inteiro, pois o ser que pensa é também o ser que age e sente. Percebemos de um modo geral que em muitos momentos na escola as crianças são condicionadas a permanecerem estáticas corporalmente acreditando-se que a criança poderá assim aprender melhor. Por isso a importância de apresentar características e benefícios que são atribuídos ao conceito corporeidade quando se proporciona um estímulo bem direcionado, organizado e planejado o qual leva a criança a uma organização na complexidade pela ação dos movimentos, estabelecidos pela sua faixa etária. O trabalho foi realizado com base em pesquisa bibliográfica por meio de análise documental em bibliografia especifica, buscando levar os pesquisadores a entrarem em contato com o que já foi produzido e registrado sobre o tema da pesquisa. Concluímos assim com o presente estudo que os sistemas de formação para Professores de Educação Infantil devem contemplar temas inerentes como a corporeidade. Faz se necessário levar o Professor a tomar conhecimento da importância do trabalho direcionado uma vez que aprendizagem passa pelas relações corporais, a construção da corporeidade se torna possível quando existe estimulo por isso a necessidade do Professor entender a sua responsabilidade como mediador do processo ensino/aprendizagem.

Palavras chave: Corporeidade.Professor.EducaçãoInfatil.Formação

CRIANÇAS E JOVENS EM SITUAÇÃO DE RUA: a importância da educação popular como possibilidade para o seu desenvolvimento

Graziela Donizeti dos Reis
Eliana Canteiro Bolorino
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O objetivo deste resumo é apresentar um breve análise sobre os desafios do Estado para garantir a inclusão de crianças e adolescentes de rua no sistema educacional formal, tendo como ponto inicial a proposta de Paulo Freire que visa à articulação e soma da educação à conscientização de uma situação de opressão experienciada pelas crianças e jovens educandos (as). A perspectiva apontada neste trabalho é a de que a existência de crianças e jovens em situação de rua é um problema de complexidade notória, porém negligenciada pela estrutura atual do Estado e da sociedade civil. Os caminhos que resultam em tamanha vulnerabilidade são diversos, mas as políticas públicas e educacionais que podem intervir em tal realidade demonstram um certo engessamento, por isso não alcançam a efetividade de acordo com as necessidades dessa população infanto-juvenil em situação de rua. A situação de rua é um reflexo paradoxal do enfrentamento cotidiano experienciado por essas crianças, sendo que elas ainda se encontram em fase de construção de suas identidades, personalidades e simbolismos que compõem sua singularidade dentro das particularidades vivenciadas por quem ocupa espaços públicos, mas tem sua existência ignorada, por ser resultado das desigualdades derivadas da exploração capitalista. As reflexões abordadas vinculam-se à ideia de que a sociedade se omite diante do risco ao qual essa parcela da sociedade está exposta, também traz à tona o envolvimento do Estado na educação desse público vulnerável, assim como a educação popular assume papel expressivo na vida do mesmo. A metodologia utilizada neste trabalho recorreu à pesquisa bibliográfica e documental, fundamentando-se teoricamente na concepção Freireana. A análise evidenciou diversas interfaces entre a ação do Estado e a educação popular. Conclui-se que a presença do Estado, mesmo com algumas conquistas da atual Constituição Federal, ainda permanece aquém do necessário para que esse público infanto-juvenil tenha o seu desenvolvimento assegurado, por isso a educação popular consegue maior impacto no cotidiano dos vulneráveis, pois frequentemente é ela que se aproxima dessa população.

Palavras chave: Crianças e jovem em situação de rua. Vulnerabilidade. Educação popular

CRISE ÉTICA NA CONTEMPORANEIDADE E O PENSAR EM HANNAH ARENDT

Cynthia Silva Machado
Helen Barbosa Raiz Engler
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

A contemporaneidade nos põe a refletir acerca do declínio dos valores éticos e da ideia de que quem se opõe a valorizar ética, seria um bobo. A partir da crônica “Das vantagens de Ser Bobo” escrita em 1984 pela ucraniana Clarice Lispector, usada como alegoria somos inspirados a reflexão do campo da ética como princípio. O bobo tem oportunidade de ver coisas que os espertos não veem. Os espertos estão sempre tão atentos às espertezas alheias que se descontraem diante dos bobos, e estes os veem como simples pessoas humanas. O bobo ganha utilidade e sabedoria para viver. O bobo nunca parece ter tido vez. No entanto, muitas vezes, o bobo é um Dostoievski. “Os jeitos brasileiros”‘ de se viver fazem consonância ao que hoje se apresenta como decadência de valores éticos trabalhados neste artigo. Tendo como premissa básica o declínio da Ética ou dos valores éticos na contemporaneidade, discutiremos conceitos como Ética, Juízo Ético fazendo um percurso através do “Pensar”, tendo como subsídio às categorias razão e conhecimento da pensadora política Hannah Arendt. Objetivando a discussão em torno da crise ética vivida nos tempos atuais este trabalho se propõe à discussão desses valores, assim como de categorias quando serão conceituados as categorias: Pensar, Razão e Conhecimento, a partir da pensadora política Hannah Arendt. Serão ainda abordados autores como Marilena Chauí, Leopoldo Franklin Silva, Mário Sérgio Cortella, Clóvis de Barros Filho e Roger-Pol Droit. Este artigo é fruto de uma pesquisa descritiva, bibliográfica, documental e a metodologia é de abordagem qualitativa.

Palavras chave: Crise ética.

CULTURA AFRICANA, AFRO-BRASILEIRA E INDÍGENA: elementos para a formação docente

Rutineia Cristina Martins
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA

O presente trabalho teve início com a pesquisa realizada para elaboração de tese intitulada "Escola e questão racial: a avaliação dos estudantes", defendida em 2013, em que dentre outras conclusões, pode-se depreender que a formação docente para o trabalho com a educação para as relações etnico-raciais era algo fundamental. Ainda que de maneira não vinculada à conquista de títulos acadêmicos, deu-se continuidade à pesquisa. Esta ocorreu no sentido de buscar elementos para esta formação dos professores e alunos da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental, aliada à prática profissional da pesquisadora na coordenação pedagógica de escola municipal. Assim, o objetivo deste trabalho é unir teoria e prática na busca de fundamentos para o trabalho de professores de Educação Básica no que se refere ao ensino das culturas africana, afro-brasileira e indígena, como propõe a Lei 11.645/2008. A metodologia utilizada é a pesquisa-ação, pois os fundamentos teóricos tem, imediatamente resposta no cotidiano escolar. Os resultados serão avaliados ao final do ano letivo, quando houver parâmetros de comparação de conhecimentos de alunos e professores. Finalizado o período, a formação será avaliada e verificadas as necessidades de aprimoramento na formação oferecida.Essas necessidades serão aferidas de acordo com o que for relatado pelos professores a respeito das aprendizagens dos alunos, das facilidades e dificuldades em relação ao desenvolvimento da temática.

Palavras chave: formação;professores;cultura africana; cultura afro-brasileira; cultura indígena

CURSO DE GESTÃO EMPREENDEDORA EM PARCERIA COM A PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCA (SP) VISANDO O DESENVOLVIMENTO EMPREENDEDOR FEMININO DA MULHER DE BAIXA RENDA

Raquel Aparecida dos Santos*****
Melissa Franchini Cavalcanti Bandos
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

Atualmente, o Brasil é considerado um dos países mais empreendedores do mundo, contudo, historicamente, o que se tem na prática é que este movimento também tem

contribuído para o elevado índice de mortalidade de empresas, uma vez que a criação apenas, não leva ao desenvolvimento. Nesse contexto, este artigo tem por objetivo analisar a relação entre a educação empreendedora fomentada pelo Curso de Gestão Empreendedora promovido pela PM Franca (SP) e o desenvolvimento da atitude da mulher empreendedora de baixa renda como incentivo ao empreendedorismo. Espera-se comprovar as seguintes hipóteses: se as mulheres participantes do curso de Gestão Empreendedora conseguem se tornar empreendedoras com seus conhecimentos técnicos adquiridos nos cursos profissionalizantes, se não empreendem e conseguem desenvolver um planejamento para começar o seu negócio do zero ou ainda se mesmo participando do curso, não desenvolvem nenhuma atitude empreendedora em seu ofício. Para tanto, destaca-se como procedimentos metodológicos uma pesquisa exploratória, inicialmente, bibliográfica, fundamentada em dados secundários e, posteriormente, uma pesquisa de campo, fundamentada em dados primários, obtidos por meio de um questionário conduzido com 6 mulheres submetidas ao Curso de Gestão Empreendedora em 2015. O artigo se fundamenta nos seguintes autores: Pedro Demo (1995), Fernando Dolabela (2008), J.C.A. Dornelas (2015), Peter Drucker (2015), Relatório GEM 2015, Relatório O futuro que as mulheres querem - ONU MULHERES (2016) . A educação empreendedora, deveria estar presente na educação formal e na capacitação de empreendedores. Verificou-se, após pesquisa que é necessária uma educação empreendedora para que o desenvolvimento aconteça e seja sustentável, permitindo o desenvolvimento de uma cultura empreendedora no país.

Palavras chave: Palavras-chave: Desenvolvimento. Políticas Públicas. Educação Empreendedora, Empreendedorismo, Curso Gestão Empreendedora.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

DESAFIOS DO GESTOR ESCOLAR NA EFETIVAÇÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA: a relação escola e família

Ana Paula Oliveira Rescia
Maria Esteva Guerreira Donaton Delfino
Thays Ribeiro Guedes
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

A presente produção tem como referência estudos sobre gestão escolar democrática, relação escola e família, além de evidenciar a inserção da pesquisa em concomitância com a realização do estágio curricular, no campo de estágio. Assim, apresentamos os resultados de pesquisa obtidos durante as vivências realizadas no Estágio Supervisionado em Gestão Educacional, inserido no curso de Licenciatura em Pedagogia, em duas escolas públicas de educação básica localizadas em um município do interior do estado de São Paulo. Como objetivo principal de pesquisa pretendeu-se compreender e refletir sobre a participação da família na vida escolar dos alunos e da relação escola e família efetivamente por se tratar de um dos desafios enfrentados pela equipe gestora escolar no contexto da gestão democrática. A pesquisa foi desenvolvida por meio de uma abordagem qualitativa, valendo-se de observações participantes realizadas no decorrer do período de cumprimento do estágio supervisionado, além do estudo de natureza bibliográfica como instrumento de coleta de dados. Constatou-se que a parceria entre escola e família no processo educacional é de vital importância, pois além de ser uma ação contínua desenvolve a socialização, onde o maior objetivo é a construção do conhecimento e desenvolvimento da aprendizagem do aluno. Embora escola e família sejam instituições diferentes, são complementares em se tratando de educação, já que podem condicionar uma criança a passividade ou atuar como mecanismo de construção na vida pessoal desta e também no exercício consciente da cidadania. Além disso, a relação escola e família pode favorecer a participação dos pais e/ou responsáveis pelas crianças no processo de tomada de decisão da escola, não se limitando apenas ao acompanhamento escolar de seus filhos. Desse modo, percebeu-se que essa é uma ação de gestão democrática e também um dos grandes desafios enfrentados pelas equipes gestoras nas instituições de ensino.

Palavras chave: Estágio Supervisionado. Gestão Escolar Democrática. Participação. Escola. Família.

DESAFIOS DO TRABALHO COM DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO DURANTE UM EPISÓDIO DE FORMAÇÃO INICIAL DOCENTE

Rosemary Rodrigues de Oliveira
Ana Paula Leivar Brancaleoni
Caio Samuel Franciscati da Silva
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O presente estudo se enquadra como pesquisa qualitativa e visa, a partir da análise da prática de dois licenciandos no ensino público, ressaltar a importância de uma formação inicial que possibilite desenvolvimento e discussão de práticas educativas, em conformidade com uma ideia de educação em sexualidade que contribua para a construção social de formas de vida melhores e justas. O estudo discute escolhas, estratégias de ensino e dificuldades dos futuros professores, em busca de promover nos alunos uma aprendizagem que favoreça a compreensão de que a sexualidade humana é construída cotidianamente no relacionamento do indivíduo consigo e com seu entorno, pensamento este crucial para uma sociedade menos preconceituosa e mais inclusiva. Embora os futuros professores intencionassem que o trabalho de temas relacionados à sexualidade não se caracterizasse por uma atitude memorística e passiva, elaborando uma estratégia de ensino capaz de gerar um ambiente propício ao desenvolvimento cognitivo e afetivo de seu aluno, intencionando entender a estrutura de pensamento do estudante, a análise dos episódios de ensino permitiu uma percepção de que conteúdos específicos da área de sexualidade, muitas vezes, foram mediados pelos licenciandos através de conceitos e crenças pessoais. O trabalho oportunizou a reflexão sobre o fazer pedagógico reiterando a necessidade de uma formação inicial que possibilite discussões a respeito de sexualidades, gênero, preconceito e educação com coragem política, pois a amplitude do tema sexualidade a exige.

Palavras chave: sexualidade na escola, diversidade sexual e de gênero, preconceito, ensino de ciências, formação inicial de professores, prática pedagógica.

DESENVOLVIMENTOS HUMANO E SOCIAL: ações educativas de intervenção à pediculose na rede e nos serviços municipais de educação infantil de Franca – SP

Angela Cristina Basílio de Freitas*****
Cibele Gomes dos Santos*****
Kelly Jacqueline Barbosa
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

Ao contrário do que muitos pensam, a pediculose não é restrita somente às comunidades carentes, trata-se de uma doença que pode ser facilmente transmitida e a mesma constitui um problema de Saúde Pública. Este estudo tem como objetivo pontuar estratégias de intervenção para o controle da pediculose, por meio de um projeto de políticas públicas interdisciplinar na rede municipal de educação infantil da cidade de Franca-SP. A justificativa e a relevância desse tema estão relacionadas à interdisciplinaridade nas áreas da Educação, Medicina, Comunicação Social, Psicologia e Serviço Social, que se articulam para contribuir, por meio de ações educativas com a prevenção e promoção da saúde. Para isso, a pesquisa se propõe a responder quais as possíveis formas de um projeto de políticas públicas interdisciplinar contribuem com os desenvolvimentos humano e social de crianças em situações de vulnerabilidades? Diante dessa problemática, os objetivos específicos são: a) conscientizar, de maneira pedagógica a comunidade escolar, através de cartilha ou folder; b) disponibilizar, por meio de parcerias com Instituições de Ensino Superior do curso de Medicina e ou Instituições de Ensino Técnico em Enfermagem, palestra ou oficina realizada por estudantes acompanhados de um docente; c) atividades lúdicas realizadas por profissionais ou alunos do curso de Psicologia; d) intervenção familiar a ser realizada por profissionais da área de Serviço Social, e solicitação de medicamentos em parceria com a Secretaria da Saúde. A proposta metodológica de redação do projeto está centrada em estudo teórico, com levantamento bibliográfico, através de artigos científicos e livros. Trata-se de uma pesquisa exploratória, de abordagem qualitativa dos dados. Para conceituar pediculose e identificar as formas de tratamento serão abordados GOMES (2000), NEVES (2016), TORLONI (1983) e outros. Quanto ao contexto educativo, acolhem-se BERTANI et al (2008), CAMPOS (1997), CORTELA (2015), CUNHA (1980), DEMO (1999) e PINHO (1970).Esse estudo visa à implementação de um projeto através de parcerias com Instituições de Ensino, Prefeitura Municipal de Franca e Centro de Saúde, poderá abranger as comunidades escolares municipais por meio da prevenção e promoção à Saúde com o objetivo de atuar nos desenvolvimentos humano e social por meio da qualidade de vida, do rendimento escolar das crianças, do conhecimento adquirido pela comunidade escolar e proporcionar um melhor convívio social através da cidadania.

Palavras chave: Desenvolvimentos Humano e Social. Políticas Públicas. Educação e Saúde. Pediculose.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

DIREITO E RESPONSABILIDADE SOCIAL DO ENSINO: a educação do séc. XXI

Sofia Muniz Alves Gracioli
Livia Pelli Palumbo
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

O ensino superior no Brasil, cada vez mais, vem sendo discutido, em razão da busca pela finalidade, qual seja, o desenvolvimento profissional e pessoal dos discentes, para que, com seu crescimento, auxilie a evolução na sociedade, seja qual for sua área de conhecimento.Em especial, o ensino jurídico, em razão de que o curso de Direito é um meio para a pacificação social e, para atingir tal finalidade, a graduação deve buscar essa meta, de modo a adaptar o ensino teórico à prática, com a prática de ações de responsabilidade social.A prática de ações de Responsabilidade Social têm como foco modificar, transformar e promover o desenvolvimento, que se dá por meio da interação com a extensão universitária, em que a universidade se familiariza com a demanda da comunidade em que está inserida e começa agir ativamente sobre ela. Por isso, pode-se dizer que extensão universitária e responsabilidade social estão totalmente interligadas.Nesse contexto, o presente estudo tem como objetivo analisar a responsabilidade social de Instituições de Ensino Superior, em especial dos cursos de graduação em Direito, sob o prisma do seu papel social. Ainda, tem como objetivo discorrer acerca da revisão sobre o incorporar da responsabilidade social no ensino jurídico.O artigo se justifica em razão da Responsabilidade dos cursos superiores, em destaque, a graduação em Direito, e seu papel social.

Palavras chave: responsabilidade social, ensino jurídico, educação

DIREITOS E CIDADANIA: uma análise acerca da importância da perspectiva educativa na construção da participação social

Laís Caroline Neves
Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O presente trabalho objetiva refletir sobre a importância da extensão universitária no processo educacional a partir do Projeto de Extensão Participação Social, direitos e cidadania. O projeto trabalha a questão da participação social, princípio instituído a partir da Constituição Federal de 1988. Reflete também sobre os direitos sociais e o sistema de seguridade social brasileiro, por meio do direito à saúde através do Sistema Único de Saúde (SUS) política pública assegurada como direito de todos e dever do Estado, o direito à assistencial social através do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para aqueles que dela necessitar e a previdência social, política pública contributiva. A partir da Constituição Federal de 1988 emerge a possibilidade da participação da população nos mandos e no controle da esfera pública. Estas questões estimulam o estudo e a discussão sobre os princípios da democracia, uma vez que o controle social é condição fundamental para a existência da democracia participativa, deste modo para que tal princípio seja efetivo é necessário que seja tratado e discutido com o conjunto da comunidade para que a participação social nos mandos públicos aconteça de modo a ampliar a cidadania e para que as políticas públicas estejam em consonância com as demandas da população. Apesar do indiscutível avanço, após a Constituição Federal de 1988 dos movimentos e também da participação institucionalizada através dos conselhos, estes ainda apresentam muitos limites para consolidar-se nesta atual sociabilidade. Neste sentido, ações propositivas são necessárias para envolver a construção da cidadania desde a formação do cidadão na vida escolar, na vida familiar, até seu engajamento enquanto cidadão que se vê e se sente como sujeito, não só de direitos, mas também, sujeito de deveres e responsabilidades. Assim, a partir do Projeto de extensão universitária “Participação social, direitos e cidadania” que tem por objetivo realizar trabalho social por meio de oficinas e reuniões temáticas de reflexão sobre direitos sociais (em especial das políticas da seguridade social – saúde e assistência social), participação social e cidadania com alunos do 1º ano do ensino médio de Instituição Pública da cidade de Franca/SP busca-se evidenciar a

necessidade e a importância de estender tal projeto para o conjunto da comunidade, em uma perspectiva educativa, pedagógica e informativa; a relevância desta discussão vai de encontro a um dos limites que impossibilita a efetiva participação social que é a falta de informação da população sobre a necessidade da participação da comunidade na construção das políticas públicas. A construção do presente trabalho se debruça sobre revisões bibliográficas acerca da temática participação social e controle social e de autores que refletem sobre a temática em questão, foi realizado pesquisa documental através das legislações Lei Orgânica da Saúde (LOS) 8.080/90 e a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) 8.742/93 e pesquisa qualitativa a partir da análise das experiências obtidas nas oficinas realizadas pelo Projeto de extensão universitária “Participação social, direitos e cidadania” buscando analisar a importância da perspectiva educativa e do empoderamento para a efetivação do controle social.

Palavras chave: Direitos. Cidadania. Participação Social.

DISCRIMINAÇÃO SEXUAL: a necessidade de políticas públicas e práticas pedagógicas que combatam ou minimizem os efeitos da lgbtfobia no ambiente escolar

Larissa Marim da Costa
Marco Aurélio Gumieri Valério
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

A discussão acerca da discriminação sexual nas escolas é um tema relevante, pois a violência de gênero e o preconceito causam evasão escolar, violações de direitos, agressões físicas, verbais e discriminações de todo tipo. Os diversos modos de violência praticados em face das pessoas LGBT’s (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais), recebe o nome de LGBTfobia. A LGBTfobia encontra-se presente nos ambientes escolares, uma vez que aqueles que não se submetem aos padrões sexuais encarados como normais, a partir da ótica dos padrões sociais dominantes, são reiteradamente expostos a represálias e violências. O silenciamento das escolas por meio de práticas pedagógicas efetivas e a insuficiência de políticas públicas emanadas do Estado que combatam ou minimizem os efeitos da LGBTfobia no âmbito escolar, contribuem para institucionalizar uma violência que, por mais que se queira esconder, tem sido cada vez mais visível, sobretudo por parte de quem é o alvo principal. Assim sendo, o presente estudo objetiva apresentar uma reflexão

crítica acerca da necessidade de instituição de práticas pedagógicas e políticas públicas voltadas ao combate da LGBTfobia no ambiente escolar. Como a escola tem o papel de promover uma educação para a igualdade de gênero, é necessário que haja em seu ambiente o desenvolvimento de uma consciência crítica, bem como a instituição de práticas pedagógicas pautadas pelo respeito à diversidade e aos direitos humanos, tendo em vista que ao se falar em uma educação promotora da igualdade de gênero, não significa anular a diferença percebida entre as pessoas, mas garantir um espaço democrático, onde tais diferenças não se desdobram em desigualdades, hierarquias ou marginalizações. Nesse contexto, a instituição de Políticas Públicas também se mostra importante, não só para combater as desigualdades de gênero no ambiente escolar, mas também para garantir o exercício da cidadania nesse meio.

Palavras chave: Discriminação sexual.Escolas. LGBTfobia. Práticas pedagógicas. Políticas Públicas.

DISSONÂNCIAS ENTRE LEGISLAÇÕES E NORMAS ENVOLVENDO A RELAÇÃO ESCOLA-FAMÍLIA E A PRÁTICA EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL

Larissa Schutte Vidotti*****
Antonio dos Santos Andrade
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

O presente trabalho se propôs a investigar como o conteúdo proposto pelas legislações e normas que abordam a relação entre a escola e as famílias dos alunos é aplicado na realidade das instituições escolares de Ensino Fundamental de uma rede pública municipal. Nos últimos anos, a escola vem demonstrando cada vez mais interesse em envolver a família no processo educacional por entender sua influência no desempenho escolar dos alunos. Entretanto, a consolidação desta parceria é uma das barreiras a serem superadas pela gestão pedagógica das escolas. Participaram deste estudo 30 professores e três gestores atuantes nas três escolas de Ensino Fundamental de uma cidade do interior paulista. Foram realizadas duas sessões de entrevista semiestruturada com cada professor, uma com cada gestor, observações participantes dos eventos promovidos pela escola com a presença da família e a análise documental do Projeto Político-Pedagógico destas instituições. Os dados foram analisados de acordo com a Análise Temática de

Conteúdo. Os resultados revelaram a necessidade de criar uma gestão participativa e mais amistosa, o que viabilizaria o estabelecimento de estratégias positivas de aproximação entre família e escola. A colaboração da família na elaboração do Projeto Político-Pedagógico seria um passo inicial à democratização, pois possibilitaria o acesso da comunidade à instituição. Embora os documentos oficiais proponham ações conjuntas entre a escola e a família e o estabelecimento da gestão democrática, esta cooperação se mostrou inexistente, além de revelar a ausência dos familiares nos momentos de tomada de decisão no contexto escolar. Tal posicionamento demonstra que a escola ainda exerce o papel de estrutura detentora do saber, que determina como e quando a família é bem-vinda na instituição, renegando-a ao segundo plano, onde atuam como espectadoras, sem voz ativa.

Palavras chave: Relação família-escola. Escola pública. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Gestão democrática. Projeto Político-Pedagógico.

* Bolsista CAPES

DIVULGAÇÃO DOS TRABALHOS DO CIENTISTA BRASILEIRO VITAL BRAZIL

Caroline Avelino de Oliveira
João José Caluzi
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

A produção científica deve ser divulgada ao público geral, de forma a contemplar alguns aspectos como a parte política, econômica e social que envolve o trabalho científico, proporcionando ao leitor uma visão condizente com o processo científico, uma das formas de divulgação da ciência é através das biografias, muitas biografias são anedóticas e seguem um padrão positivista. A divulgação científica é utilizada nos materiais didáticos, e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) também frisam a importância da contextualização da ciência. Este trabalho tem como objetivo verificar como esta sendo a divulgação científica do médico brasileiro Vital Brazil Mineiro da Campanha (1865 – 1950), reconhecido mundialmente pelos seus trabalhos com os soros antiofídicos, pela construção e direção do Instituto Butantan em 1901, localizado na cidade de São Paulo. Para esta análise foram verificadas três biografias relacionadas ao cientista, são elas: “Vital Brazil Vida e Obra 1865 – 1950” de Leal Vital Brazil (2001), o livro “Vital Brazil O vencedor das serpentes” de

Hernani Donato (1967) e " A luta de cada um Vital Brazil" de Carla Caruso (2011)". Como referencial teórico foi adotado o livro Análise do conteúdo de Bardin (2006), a análise dos resultados foi dividida em duas partes, a primeira foi utilizado o livro O herói de mil faces de Joseph Campbell, onde são mencionadas etapas de um enredo para a construção de um personagem herói, tais etapas é a chamada "Jornada do Herói", foi realizada uma comparação das etapas propostas com o enredo das biografias. A segunda foi utilizado autores como Gil-Pérez (2001) e Delizoicov (2011), estes discutem aspectos essenciais para a compreensão da Ciência. Foi possível notar que as biografias seguem as etapas da Jornada do herói, mostrando Vital Brazil como um herói e que não tem aspectos relevantes para o entendimento da ciência, se tornando biografias anedóticas.

Palavras chave: Vital Brazil. Livros didáticos. Divulgação científica.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: uma análise das publicações e políticas públicas paulista

Guilherme Christiani
Tatiana Noronha de Souza
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O presente trabalho compõe uma pesquisa de mestrado em andamento, que busca analisar, por meio de um estudo de caso, a maneira como as escolas e a unidade de conservação de um município do interior paulista se articulam para promover ações de Educação Ambiental (EA). Os dados aqui apresentados se referem a uma pesquisa documental, que objetivou levantar e analisar a legislação e os materiais publicados pelo governo do estado de São Paulo, que comentam e orientam as ações de Educação Ambiental. O levantamento dos materiais foi realizado nas páginas oficiais da Secretaria de Educação e da Coordenadoria de Educação Ambiental (CEA), vinculada à Secretaria do Meio Ambiente (SMA) do Sistema Ambiental Paulista (SAP). Foram analisados relatórios de gestão, projetos desenvolvidos, programas implementados, publicações acadêmicas disponibilizadas e leis. Ao analisar os materiais, foi observado que nenhuma ação de Educação Ambiental no estado é desenvolvida diretamente pela Secretaria de Educação. Todos os documentos encontrados que abordam EA foram disponibilizados pela

Secretaria de Meio Ambiente. Apesar de publicações como a Política Estadual de Educação Ambiental (Lei nº 12.780 de 2007) apresentar traços característicos de uma EA crítica, ao propor mudanças individuais e coletivas por meio de reflexões e construção de valores, as ações desenvolvidas em projetos e programas evidenciam uma filosofia condizente a uma EA tradicional e conservadora. De acordo com os materiais analisados, a CEA atribui a educação apenas a responsabilidade de transmitir conhecimentos, sendo os principais temas abordados: resíduos sólidos, recursos hídricos, sustentabilidade, conservação da fauna e mudanças climáticas. Além disso, a relação entre homem e ambiente é vista como um processo de identificação dos problemas ambientais e a busca por soluções. Com base nos documentos analisados, os resultados indicam uma desarticulação entre a filosofia orientada pela legislação e os projetos desenvolvidos pela CEA.

Palavras chave: Articulação de ações de Educação Ambiental. Projetos para o MA. Educação Ambiental tradicional e conservadora.

EDUCAÇÃO INFANTIL INCLUSIVA NO BRASIL: o que dizem as legislações e políticas públicas, a partir da Constituição de 1988

Gabriela Silva Ferreira
Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE ITUVERAVA

Para entender o que hoje a educação infantil representa, é necessária a compreensão do cuidar e educar da criança que sofreu rigorosas reinterpretações até alcançar o que hoje é previsto e garantido pelas políticas públicas para a educação infantil, visando atender aos anseios da coletividade desassistida, na tentativa de garantir os direitos previstos pela Carta Magna. As políticas públicas viabilizam as ações e direcionam os recursos que possam atestar o direto da criança e, consequentemente, seu desenvolvimento. As discussões sobre a Educação Inclusiva partem das lutas que as pessoas com deficiência vêm assumindo para terem seus direitos reconhecidos. A proposta da educação inclusiva foi fundamentada a partir de eventos que marcaram as discussões a respeito da necessidade de melhorar a educação das pessoas com deficiência. O Brasil participou da “Conferência Mundial de Educação para Todos”, em 1990, e da “Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: Acesso e

Qualidade", em 1994 — encontros que consolidaram e deram visibilidade aos direitos das pessoas com deficiência. Com a promulgação da Constituição de 1988, os direitos das pessoas com deficiência ficaram fortalecidos, e muitas ações foram iniciadas para implementação de políticas públicas inclusivas. Leis, políticas públicas, decretos e muitos documentos legais passaram a dar diretrizes para o atendimento das necessidades básicas das pessoas com deficiência, com o propósito de garantir a igualdade de oportunidades em todos os níveis de ensino. Desta forma, tendo como propósito destacar o histórico das propostas legais, no que diz respeito à questão da inclusão de crianças com deficiência na educação infantil, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e documental por meio de apreciações de leis e documentos legais elaborados pelo Ministério da Educação que visam garantir o direito desse público na educação.

Palavras chave: educação infantil; inclusão; políticas públicas de inclusão

EDUCAÇÃO LIBERTADORA: em busca de práticas e vivências que despertem a vontade e o prazer de aprender

Flavia Haddad França*****
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

O século XX foi marcado por inúmeras propostas pedagógicas que não se firmaram, em consequência dos baixos resultados apresentados pelos estudantes. Este artigo pretende apresentar uma síntese das correntes pedagógicas que marcaram as principais fases da educação no Brasil, e, assim, suscitar uma reflexão sobre o ensino-aprendizagem, especialmente na educação matemática, onde os índices de aproveitamento e aprendizado são extremamente baixos. Na Pedagogia Tradicional, a Escola é centrada no professor e a aprendizagem baseada na memorização; o objetivo é aprender. No Escolanovismo (Escola Nova), a abordagem é mais pragmática; o aluno aprende fazendo, e o objetivo principal é aprender a aprender. A Pedagogia Tecnicista enfatiza a técnica sem se preocupar com fundamentos teóricos, cujo objetivo é aprender a fazer. Já, a Pedagogia Construtivista prioriza mais o processo que o produto; o erro não é visto como algo negativo, e seu objetivo principal é interagir. Por fim, tem-se na Pedagogia Socioetnocultural um professor com um olhar voltado ao contexto social dos estudantes, e o objetivo é aprender a

ser. O estudo sugere que o conhecimento matemático não mais visto como pronto, acabado e isolado do mundo, assume a característica de um saber prático, relativo, não universal e dinâmico, produzido nas diferentes práticas sociais, sistematizado ou não. Que o processo ensino-aprendizagem deveria partir dos problemas da realidade; e identificados e estudados conjuntamente pelo professor e pelos alunos. Apresenta a Etnomatemática, assim como a interdisciplinaridade, como ferramentas que podem ser eficazes em novas práticas pedagógicas que revertam o estado caótico em que se encontra a educação brasileira. O saber é fragmentado, as ideias são estanques, as disciplinas não se comungam na construção do conhecimento. O que se propõe é uma Educação libertadora, desenvolvida a partir da curiosidade e do contexto social dos estudantes. Uma Educação com propostas pedagógicas voltadas às práticas do cotidiano, com o objetivo de construir o conhecimento formal e, assim, despertar o interesse pelo estudo e a pesquisa.

Palavras chave: Correntes pedagógicas.Educação libertadora.Construção do conhecimento.Etnomatemática. Interdisciplinaridade.

* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

EDUCAÇÃO SOCIOEMOCIONAL EM REFLEXÃO: a mediação do professor universitário em conflitos gerados nos processos ensino-aprendizagem

Flavia Haddad França*****
Ana Lucia Bassi
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

O presente trabalho consiste em investigar a intervenção das políticas públicas no contexto de aspectos legais para a formação de professores universitários no Brasil, o que implica, às instituições e/ou aos próprios professores, a busca pela competência pedagógico-científica. Antigamente, os nobres estudavam usando um método individualizado. Com o passar dos anos, os países avançados decidiram massificar a educação, por conta dos processos de industrialização e migração da zona rural para a urbana, o que obrigou a construir escolas com salas de aula para muitos e a adotar um processo de ensino-aprendizagem em que todos aprendem o mesmo conteúdo. Isso trouxe a vantagem de ampliar a escolaridade, mas se perdeu

a percepção de que cada criança e cada adolescente têm seu ritmo e suas dificuldades para aprender. Com o avanço da tecnologia e com o professor formado para ser um assegurador de aprendizagem, e não um mero fornecedor de aulas, vislumbra-se uma retomada do processo de personalização da aprendizagem que possa garantir oportunidades a todos. É importante ressaltar que a tecnologia deve ser usada para apoiar o professor, não para substituí-lo. O estudo a ser relatado tem como objetivo descrever os problemas enfrentados pelos educadores nas Universidades, muito provavelmente, problemas oriundos dessa massificação da educação nos ensinos Fundamental e Médio e, a partir daí, sugerir uma proposta pedagógica voltada ao desenvolvimento de competências socioemocionais, que ofereça aulas mais dialógicas, com foco no contexto de cada aluno, e que possa interconectar o conteúdo com a realidade. Assim, abrir a discussão sobre como se comportar em diferentes situações de interação social. O que se pretende é abrir discussões que apontem para uma forma de constituir a subjetividade emocional dos estudantes, transformando-os em cidadãos independentes, confiantes, menos estressados, mais éticos e livres para escolherem o que querem ser no futuro. Para atingir tais objetivos, apresenta-se a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, como recursos pedagógicos do ensino-aprendizagem, que se valem da integração de várias ciências para a construção do conhecimento e, também, são ferramentas de interpretação da criatividade, da sensibilidade, da arte, ou seja, daquele algo mais que cada estudante carrega em sua subjetividade. Este trabalho está fundamentado em leituras bibliográficas, análise de textos de autores como Piaget (2003), Vygotsky (2003), Rego (1999), Wallon (2010), Freire (2004), Abed (2014), Kuramoto - Ferrari (2015) e Fazenda (2008), dentre outros. Também investiga, em base de dados, periódicos e artigos científicos. Espera-se, com este estudo, um despertar para uma educação socioemocional que respeite as diferenças dos educandos, além de promover as relações interpessoais do professor como elemento intrínseco do ensino, envolvendo, assim, a sensibilidade deste como pessoa e como profissional através de atitudes e valores.

Palavras chave: Educação socioemocional. Personalização da aprendizagem. Transdisciplinaridade. Interdisciplinaridade.

* Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

EDUCAÇÃO E SUAS FORMAS DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: a interface com o serviço social

Lilian Rodrigues
Érica de Souza Santos
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O objetivo deste artigo é contribuir para a análise crítica do processo de transformação social dos indivíduos, tendo como parâmetro o Serviço Social e a interface com a Educação. Sendo assim, no sentido de embasar o estudo em questão e subsidiar a compreensão acerca das propostas de intervenção vigentes, foi necessária a realização de pesquisas e revisão bibliográfica de obras já existentes e que tratam da temática. É sabido que a colonização brasileira foi consequência do interesse de expansão de Portugal, que buscou mecanismos para superar as limitações advindas das relações feudais (ROCHA, 2003). Desde então, surgiram os primeiros manifestos da imposição do poder, levando a criação de um governo geral, que seria o primeiro representante público no Brasil. Logo, no decorrer dos anos, a conjuntura societária passou a configurar um novo modelo, e, muito embora persistam alguns resquícios do período de colonização, estes vêm sendo superados de acordo com os interesses da política vigente e dos manifestos da população. Todavia, a sociedade contemporânea passou por um longo processo de transformação relacionado às revoluções tecnológicas, principalmente, e que afetam até os dias atuais os indivíduos no seu modo de sociabilidade e aprendizado. Uma das características dessas transformações é o conhecimento como um dos principais valores do indivíduo, o qual deve ter a capacidade de inovar e empreender sempre. Nesta sociedade baseada no conhecimento de acesso rápido, a escola necessariamente passa por transformações fundamentais, uma vez que, o seu papel social vem mudando continuamente. No entanto, uma vez que a sociedade do séc. XXI vem sendo caracterizada pelo uso do conhecimento em todo ambiente em que o ser humano convive, as novas tecnologias devem ser de qualidade e de acesso a todos. Nesse contexto, é importante ter mais pessoas estudando, não só para obter um diploma, mas para adquirir características afetivas e cognitivas, e saber trabalhar em grupo para ter condições de resolver problemas (SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2012). Logo, problematizaremos a educação através de um breve recorte histórico no Brasil, demonstrando a importância do período para

a construção desta no país, retratando a sua interlocução com o Serviço Social, e por fim, apresentaremos a sistematização do processo de transformação, pela qual os sujeitos percorrerão ao longo da história

Palavras chave: Educação. Serviço Social. Processo de transformação.

ENSINO DE HISTÓRIA: o Egito em história em quadrinhos

Aline Virgínia Scorsato Sousa*****
Larissa Fernanda Barbosa Benevides
Silvana da Silva Avanci
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE ITUVERAVA

O artigo apresenta um projeto pedagógico na área do ensino de História para alunos do Ensino Fundamental, realizado a partir do desenvolvimento de histórias em quadrinhos (HQ) juntamente com o estudo do Egito. Sua aplicação ocorreu em uma Escola Municipal do município de Ituverava, interior do Estado de São Paulo, tendo como público alvo alunos do 6° ano G e 6° ano F do Ensino Fundamental. O objetivo foi despertar no aluno o interesse pela leitura da História e exercitar capacidades de interpretação de fatos históricos, permitindo que estes transportassem seu aprendizado para as histórias em quadrinhos. A pesquisa teve caráter prático, pois proporcionou situações da leitura; de conhecimento sobre o Egito Antigo, possibilitando posterior desenvolvimento de histórias em quadrinhos, assim como criações textuais a partir das leituras realizadas. Foi analisada a abordagem dada nas HQ e em diferentes situações de aprendizagem sobre a história do Egito Antigo vivenciadas pelos estudantes. O projeto está fundamentado nos Parâmetros Curriculares Nacionais, assim como nas Diretrizes Curriculares do Estado de São Paulo, cuja leitura é um dos eixos fundamentais. Foram utilizados também outros trabalhos de autores como BAKHTIN (1999) e BITTENCOURT (2004), que estudaram o desenvolvimento da oralidade e escrita. O Projeto de intervenção pedagógica foi aplicado em parceria com a Secretaria de Educação Municipal de Ituverava – SP e desenvolvido pela equipe de alunos licenciandos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava – SP, sob a supervisão de professora efetiva da escola municipal e coordenação de professores da instituição de ensino superior citada, todos bolsistas do PIBID - Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. Conclui-se que o ensino de História com apoio de atividades

de confecção de história em quadrinhos permite que a imagem e a palavra associem-se para a produção de sentido nos diversos contextos comunicativos. Essa experiência apresentou bons resultados no tocante ao interesse, participação e aprendizagem dos alunos.

Palavras chave: Leitura. Ensino de História. História do Egito. História em quadrinhos.

* Bolsista PIBID (outras IES)

ENTRE O PASSADO E O PRESENTE: os recursos didáticos disponíveis para a docência em História

Marcos Alves de Souza
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Durante muito tempo, coube ao livro didático de História e ao professor “sabe tudo” concentrarem todo o conhecimento histórico não apenas disponível aos alunos, mas também dignos de serem “absorvidos” pelos mesmos. Desta forma, por intermédio de uma cultura tradicional em sala de aula, entendia-se que cabia aos alunos apenas aprender o que o professor, detentor do conhecimento, tinha a ensinar. Ao ministrar sua aula, aquele professor se comportava como o lenitivo capaz de curar a ignorância natural do aluno. E, como principal instrumento, o livro didático estava ali disponível para ser a sistematização do verdadeiro conhecimento histórico. Daquela época para hoje, como se sabe, muita coisa mudou. Além da própria relação com o livro didático, novas abordagens pedagógicas e inovações tecnológicas permitem ao professor de História o emprego de diferentes métodos, no intuito de instigar o debate ao redor da História, que por sua vez passou a ser considerada de forma mais dinâmica, em constante processo de construção. Filmes, documentários, games, internet e os quadrinhos estão à disposição de todos os professores de História que querem não apenas dinamizar as suas aulas, mas especialmente voltar o seu olhar ao passado a partir de diferentes pontos de partida e por intermédio de variados instrumentos de observação. Todos estes recursos fazem parte do cotidiano dos estudantes fora da escola. Identificar o perfil de cada turma e trazer para a sala de aula os recursos com os quais ela mais se identifica significa, é claro, tanto o emprego de uma abordagem construtivista, como o reconhecimento de que a atividade docente exige constante atualização e aprendizagem pedagógica. Este

trabalho irá abordar as potencialidades de alguns desses recursos didáticos hoje disponíveis ao professor de História, especialmente a internet, o cinema de ficção, os documentários e os quadrinhos, sem esquecer, é claro, o potencial que ainda reside na biblioteca escolar. Contudo, mesmo adotando tal postura e utilizando recursos didáticos mais inovadores, o professor de História não se livra completamente da possibilidade de cometer erros ou mesmo de equívocos quanto ao reconhecimento do perfil de uma turma. Para diminuir a incidência destas situações, e para uma adequada introdução de novos recursos didáticos em sala aula para o ensino de histórica, defende-se aqui a experimentação e a reflexão constante sobre a própria prática docente, em consonância com o que discutem autores como Zabalza (2004), Pérez Gómez (1999), García (1999) e Schön (1992). Em consonância com tais autores, cabe ao professor refletir sobre sua própria prática docente, e não apenas em seu planejamento para a docência ou em suas considerações pós-aulas, mas também durante a própria ação docente. Com isso, ele poderá ajustar a metodologia de ensino empregada, se assim for necessário, para desenvolver constantemente seu profissionalismo. Para tanto, diferentes recursos didáticos estão à disposição do professor de História nos dias de hoje.

Palavras chave: Recursos Didáticos. Docência. História.

ESCOLA E TRANSFOBIA: vivências de pessoas transexuais

Sylvia Maria Godoy Amorim
Ana Paula Leivar Brancaleoni
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO

Vive-se em uma sociedade heteronormativa que legitima como parâmetro de normalidade as relações entre sexos opostos. A escola, que deveria acompanhar os questionamentos em relação à diferença, frequentemente atua de forma a colocar barreiras à expressão de identidades que se deslocam da concepção binária de gênero reforçando uma educação pautada na polaridade masculino/feminino. A falta de informação e sensibilização que também se reproduzem no contexto escolar favorecem o tratamento discriminatório daqueles que rompem com os ditames heterossexistas. Assim, os alunos transgêneros esbarram na invisibilidade, na negação dos direitos básicos de cidadania e no descaso de políticas públicas. Esta pesquisa teve como objetivo principal investigar as percepções de estudantes

transgêneros acerca da possível vivência da transfobia no ambiente escolar e como a mesma impactou em sua formação educacional e trajetória de vida. A fundamentação teórica pautou-se na teoria QUERR como proposta de desconstruir esta percepção binária e conservadora também no espaço educacional. Adotou-se uma abordagem qualitativa, tendo como instrumentos de coleta de dados entrevistas abertas, tendo como disparador a trajetória escolar e consequências para sua vida, realizada com cinco pessoas trans. Para a análise de dados utilizou-se o método de Análise de Conteúdo. Observou-se que a heteronormatividade estava arraigada no contexto escolar vivenciado pelos sujeitos dificultando o desenvolvimento intelectual destes estudantes, colocando-os em uma situação inferior aos demais alunos que são contemplados pela percepção binarista e reducionista de gênero. Em suas percepções necessitavam se esforçar para tentar se destacar frente aos outros, buscando algum reconhecimento e visibilidade. Identificam que a escola acaba por promover processos que visam a expulsão dos alunos trans. Reportam a escola como local de silenciamento da sexualidade e diversidades sexual e de gênero. Propôs-se a quebra deste silêncio sobre a sexualidade e uma desconstrução dessa visão estagnada da educação formal introduzindo uma pedagogia, que seja mais relevante e igualitária para esses alunos, tirando-os do assujeitamento às normas heterossexuais.

Palavras chave: transexualidade; transfobia; políticas educacionais

ESTAGIÁRIO DE PSICOLOGIA: vivências e reflexões sobre a transição teoria-prática na graduação em psicologia através de grupos psicodramáticos

Sandra Magali Junqueira
Daniela de Figueiredo Ribeiro
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

Este trabalho apresenta um trabalho de conclusão de curso para graduação em psicologia com atenção às expectativas e eventuais sofrimentos psíquicos vividos por estagiários de psicologia em contato com o campo em um Centro Universitário do Interior do estado de São Paulo. O trabalho teve como objetivo propor um espaço grupal de reflexão, com foco no processo relacional entre alunos, instituição acadêmica e campo de estágio. Com metodologia qualitativa, caracterizada como uma pesquisa-intervenção, o grupo de estagiários experienciou discussão e vivência

na abordagem psicodramática, com encontros grupais semanais, com uma hora e meia de duração, abordando os seguintes temas: primeiro contato com a prática da psicologia, articulação entre teoria e prática, a escolha dos estágios e suas dificuldades e o papel da psicologia na sociedade. A análise dos grupos foi realizada em três etapas: processamento, análise do processo grupal e análise de conteúdo. Os resultados revelaram os encontros como um grupo de apoio aos estagiários de psicologia onde emergiram questões que beneficiam o processo de estágio, desvelando demandas de extrema importância referentes a esta experiência. Como conclusão, as técnicas psicodramáticas utilizadas nos encontros proporcionaram às alunas a assunção do papel de estagiárias na formação acadêmica, despontando a real necessidade da criação de um espaço no ambiente acadêmico para reflexão, discussão e elaboração das demandas da prática do papel profissional em desenvolvimento.

Palavras chave: Estagiário de Psicologia. Psicodrama. Grupo. Teoria e prática. Desenvolvimento Humano

EXPERIMENTAÇÕES ARTÍSTICAS NA PRIMEIRA INFÂNCIA NO BERÇO DA ARTE: relato de experiência

Jacqueline Figueiredo
Elaine Cristina Narcizo
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Este trabalho articula a arte como exercício da criatividade e das experimentações estéticas, compreendendo que são componentes fundamentais para desenvolvimento infantil e para a construção de uma infância criativa e, portanto, saudável. Para fundamentar essa experiência foi utilizada a leitura de desenvolvimento humano de Winnicott e seus conceitos chaves de brincar e self (WINNICOTT, 1975) as vivências do brincar de Marina Marcondes Machado lançando mão de sua concepção de um brincar poético (MACHADO, 1998) e a poesia de Manoel de Barros com suas inventações e seu olhar para a infância (BARROS, 2015). Busca-se, através de uma incursão cartográfica (PASSOS, KASTRUP, ESCÓSSIA, 2009), analisar uma experiência desenvolvida em uma Instituição de abrigamento e cuidado de crianças com idade entre zero à 4 anos e 11 meses. Através de oficinas artísticas pretendia-se: ampliar o repertório artístico-

cultural das crianças; potencializar a construção de significados que enriquecessem o cotidiano e despertar a criatividade através das experimentações e das vivências artísticas. A experiência foi vivenciada na Instituição, localizada em uma cidade do interior de São Paulo. Participaram deste trabalho 40 crianças todas com idade de 0 (zero) à 4 anos e 11 meses de idade. As atividades foram organizadas segundo a divisão etária já estabelecida pela própria Instituição e tiveram o apoio de seus respectivos cuidadores. Foram realizadas no total 35 oficinas de arte com uma duração média de 2 horas cada. Todas as oficinas foram executadas entre os meses de fevereiro à novembro ao longo do ano de 2016. Para as oficinas foram utilizadas manifestações artísticas como o teatro, a dança, as artes plásticas, a fotografia e a música. Foram escolhidas atividades artísticas que proporcionassem a criação de um espaço de sonhar a arte enquanto uma manifestação poética do brincar e da infância. Para as inventações coletivas utilizaram-se atividades que proporcionassem a abertura de novos canais sensíveis, atravessando o corpo e os olhares dos bebês e dos cuidadores. Com relação aos materiais utilizados, preconizou a utilização de apetrechos que não fossem prejudiciais à saúde dos bebês e das crianças. O desenvolvimento deste projeto priorizou a experimentação da arte em seus mais diversos formatos, considerando ainda que o contato com as cores, com as texturas, com objetos, sons, brilhos e gostos diversos são fundamentais para potencializar o desenvolvimento infantil e para forjar possibilidades afetivas e artísticas, frondosas e libertadoras.

Palavras chave: Desenvolvimento Infantil.Educação Infantil e Arte

FAMÍLIAS E OS DESAFIOS NAS RELAÇÕES SOCIAIS: trabalhando com projetos sociais

Irenilde Dias Guimarães
Maria José Ferreira
Ivone Aparecida Vieira da Silva
Priscila Maitara Avelino Ribeiro
LAR DA CARIDADE

O objetivo deste artigo é abordar temas acerca do respeito para com as famílias e as relações sociais e evidenciar o projeto “Trabalhando Com Famílias Tecendo Cidadania” o qual desenvolve um trabalho de fortalecimento de vínculos familiar e comunitário, valorizando as relações sociais. Nesse aspecto, os desafios e as

dificuldades que estas relações enfrentam para oferecer proteção social aos seus membros e se organizar para que desenvolvam condições de cuidar dos seus filhos. A metodologia utilizada foi ensaio teórico e relato de experiência acerca do projeto "Trabalhando Com Famílias Tecendo Cidadania" e seu desenvolvimento em uma instituição não governamental sem fins lucrativos na cidade de Uberaba-MG, se caracterizando serviço prestado pelo terceiro setor da sociedade civil organizada na execução de políticas sociais e de Assistência Social. Primeiro, enfatiza-se as relações entre os processos de reestruturação econômica e suas consequências para as famílias. Segundo, chama-se a atenção para o fato de que pressupostos de enfraquecimento de vínculos interferem na participação social de seus membros, buscando formas para que a família busque uma participação nos programas sociais e nas políticas públicas, muito embora as profundas mudanças nestas dimensões sugiram a necessidade de se repensar o desenho das políticas sociais voltadas para as famílias atendidas.

Palavras chave: Família.Relações Sociais.Vulnerabilidade.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

GESTÃO PÚBLICA ESCOLAR SOB AS LENTES DA CULTURA ORGANIZACIONAL

Marinês Santana Justo Smith
Joelcy Rita dos Passos
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

As organizações públicas são conhecidas como sistemas complexos com alto índice de burocracia devido ao histórico tipo de regulamento desenvolvido na burocracia estatal que tende a ser aplicado a todos os setores públicos, ainda que, algumas especificidades deste setor façam com que a organização do trabalho tende a uniformizar-se, ou seja, os trabalhadores das organizações públicas tendem a construir um sistema de significados com idênticas situações laborais e de organização do trabalho no ambiente organizacional público. Isso tendo em vista que os seus dirigentes são responsáveis perante uma autoridade externa à organização pública, gerando, assim, uma tendência à centralização das decisões, muitas vezes, fora do controle dos dirigentes internos. Todavia, pode-se dizer que as

organizações públicas mantêm as mesmas características básicas das demais organizações, acrescidas, entretanto, de algumas especificidades como: apego às regras e rotinas, supervalorização da hierarquia, paternalismo nas relações, apego ao poder, e ainda a questão da estabilidade que geram valores, crenças e atitudes que interferem no resultado de qualquer processo de gestão. O foco do serviço público deve ser o cidadão e a qualidade dos serviços prestados, no caso da educação, a qualidade do ensino e não o servidor. Desta forma a gestão pública escolar deve ser privilegiada como política pública. Todavia, uma gestão voltada para resultados requer concorrência, mérito e o devido reconhecimento das melhores práticas de gestão. Caso contrário compromete-se a qualidade da política pública, resultando em um estado caro e ineficiente. Assim, no contexto das organizações públicas, a luta de forças se manifesta entre o “novo e o velho”, ou seja, as transformações e inovações das organizações no mundo atual ante a uma dinâmica e uma burocracia antiga e enraizada. Diante do exposto, o objetivo desse artigo é discutir a estrutura de significados, que representa a cultura organizacional, tecida pelo histórico do setor público educacional, com recorte na administração das escolas da rede estadual, em contraponto com as características, valores, atitudes e procedimentos necessários para adequada e efetiva aplicação do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola). Isso, tendo em vista que o PDE-Escola se estabelece como um processo inovador de gestão escolar baseado no planejamento participativo e destinado a auxiliar as escolas públicas a melhorar sua gestão. É um programa que dita a necessidade de levar o conhecimento e firmar o compromisso de diretores, professores e outros funcionários com resultados educacionais e ainda estimular a gestão participativa e o acompanhamento dos pais. Dessa, forma percebe-se esse programa com fortes características demandadas na implementação de um planejamento estratégico empresarial. Nesse sentido, a questão de pesquisa paira na complexidade e nas mazelas do modelo de administração pública no país que certamente impõem alguns limitadores na inovação do processo da gestão pública. Em busca do alcance do objetivo estabelecido, este trabalho se configura em uma discussão teórica, em torno dos temas: administração de escolas da rede pública; Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE-Escola) e cultura organizacional como alavanca e ou limitador para a inovação do processo de gestão das escolas da rede pública.

Palavras chave: Escolas da Rede Pública. Gestão Pública. PDE-Escola. Cultura Organizacional.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

GESTÃO DO TEMPO COMO FATOR PARA O DESEMPENHO DE DISCENTES EM NOVOS PARADIGMAS DE ENSINO E APRENDIZAGEM

Silvio Carvalho Neto
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

Com o surgimento da internet comercial e o massivo uso de dispositivos portáteis móveis, os paradigmas educacionais que se baseiam no uso de tecnologia no processo de ensino ganharam força, aumentando seu espaço no debate sobre a eficiência educacional, neste modelo de interação de aprendizagem. Um dos pilares que sustentam este paradigma é o esforço do discente no ambiente físico fora da sala de aula para adquirir dados e informações com vistas a criar posterior conhecimento presencialmente junto aos docentes e colegas. Acredita-se que um dos fatores fundamental para o desempenho deste modelo educacional é a gestão de tempo pessoal. Deste modo, este trabalho tem o propósito de explorar os conceitos de gestão do tempo e sua relação com os novos paradigmas de aprendizagem que pressupõem o uso de tecnologias da informação e comunicação no processo educacional. O método de pesquisa realizado é o exploratório, por meio de pesquisa bibliográfica, realizada em artigos científicos e outros textos e materiais acadêmicos que exploram o tema, no espaço temporal dos últimos vinte anos. A fundamentação teórica deste artigo se baseia em pesquisadores que tratam sobre o uso de tecnologia em sala de aula, ensino híbrido e gestão do tempo, como Abreu (2000), Moran (2003), Mota (2009), Santos et al (2013), Behrens (2014), Karnal (2016), dentre outros. Espera-se que este artigo contribua para o aumento da consciência de que a gestão do tempo é crucial para o desempenho acadêmico dos estudantes, especialmente em tempos de excessivo uso de tecnologias com informações supérfluas e ineficazes para o processo de ensino aprendizagem.

Palavras chave: gestão do tempo.paradigmas educacionais.tecnologia da informação.ensino híbrido.processo educacional

GPS (GLOBAL POSITIONING SYSTEM): UMA APLICAÇÃO DOS CONTEÚDOS DE GEOMETRIA ANALÍTICA UTILIZANDO O SOFTWARE GEOGEBRA

Aleff Jouni Ribeiro
Lucas Borges Oliveira
Lucinda Maria de Fátima Rodrigues Coelho
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

A Geometria Analítica foi concebida pelo filósofo e matemático francês René Descartes, ao demonstrar que a partir da álgebra pode-se chegar a uma representação geométrica no plano e vice-versa. Esse plano coordenado, é hoje conhecido como plano cartesiano. Em 1637, Descartes publicou "Discurso do Método", onde entre várias coisas, enfatizou as aplicações da Geometria Analítica. Essa, além de servir de base para vários estudos matemáticos, é também utilizada em outros campos das ciências, engenharias e no cotidiano das pessoas. Dentre as inúmeras aplicações, pode-se destacar o sistema de coordenadas para localizar pessoas, veículos e imóveis, tomando-se por referência um ponto de partida (ou origem) e um ponto de chegada (ou extremidade), isto é, o Sistema de Posicionamento Global mais conhecido como GPS (do inglês, Global Positioning System). O objetivo desse artigo é apresentar o GPS como aplicação prática dos conteúdos estudados e explorar recursos tecnológicos nas aulas de Geometria Analítica utilizando o software Geogebra, o qual permite realizar construções geométricas com a utilização de pontos, retas, segmentos de reta, polígonos, além de inserir funções e alterar todos esses objetos de forma dinâmica ao reunir visualmente as ferramentas tradicionais de geometria com as de álgebra. Este trabalho aborda uma forma alternativa de ensino, na busca de despertar, motivar e incentivar o aluno do ensino básico a estudar matemática.

Palavras chave: Geometria Analítica. Sistema de Posicionamento Global. GPS. Geogebra

GRÊMIO ESTUDANTIL: democracia, movimento estudantil e a escola

Mariangela Santos de Oliveira
Eliana Bolorino Canteiro Martins
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O presente trabalho é parte da primeira etapa do Trabalho de Conclusão de Curso – TCC – da principal autora, que se encontra em andamento. A monografia pretende

analisar a participação dos estudantes na gestão educacional das escolas estaduais de ensino regular fundamental (ciclo II) e ensino médio, em um município de médio porte do Estado de São Paulo, a partir dos Grêmios Estudantis. Utilizando-se para isto, em ultima etapa, da pesquisa de campo por meio de entrevistas semi-estruturadas com coordenadores e estudantes. Os Grêmios Estudantis foram instituídos legalmente nas escolas do Brasil em 1985, pós-ditadura militar, pela Lei Federal nº 7. 398 – chamada Lei do Grêmio Livre – , a partir do processo de democratização; do qual também resultou a Constituição Federal de 1988 – a "Constituição Cidadã" – e desta, a gestão democrática da educação. Contudo, os Grêmios Estudantis possuem um histórico anterior juntamente ao Movimento Estudantil brasileiro que possui suas raízes em 1930 e que teve forte protagonismo na luta contra a ditadura nas décadas de 1960-1980. Desta forma, pretende-se desenvolver neste artigo um ensaio teórico - baseado na pesquisa bibliográfica e documental já realizada para a monografia - sobre a construção histórica do Grêmio Estudantil, suas funções e finalidades, bem como de sua relevância para a educação.

Palavras chave: Gremio Estudantil. Movimento Estudantil.

INCENTIVO AO DEBATE AMBIENTAL EM TURMAS DO ENSINO MÉDIO EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE FRANCA – SP

Raffael Ronaldo Orlandin
Genaro Alvarenga Fonseca
Italo Rodrigues Bortoloto
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O seguinte trabalho tem como objeto de estudo a forma que se desenrola a educação ambiental no ensino médio, pesquisando-se formas de se facilitar a fluidez e banalidade da discussão dessa temática no grupo discente de uma escola específica no município de Franca. Esta perspectiva analítica teve como pressuposto a falta de interesse dos alunos à discussão ambiental no espaço escolar, dificultando a conscientização dessa questão de tamanha importância. A investigação utilizou como base o diálogo com os discentes da instituição escolar, com os gestores e com membros de um grupo de extensão da Universidade estadual paulista no campus de Franca denominado GEIA que tem como objeto de trabalho a educação ambiental. Tendo em vista que a pesquisa ainda não encontra-se concluída, somente algumas

conclusões parciais podem ser denotadas: percebe-se, seguindo uma linha teórica aonde coloca-se o aluno como protagonista do processo de educação, que necessita-se utilizar-se dos professores e do grupo de extensão citado anteriormente como mecanismos de auxílio – e não como meios solucionadores – para o desenvolvimento do debate temática de forma autônoma e espontânea, deixando-se ao grupo discente a responsabilidade da criação de conclusões a partir do conhecimento teórico trocado internamente entre o grupo e, também, com os docentes. Espera-se que, com o desenvolvimento desta perspectiva analítica, facilite-se a inserção do debate e da conscientização ambiental neste ambiente escolar em particular e, com isso, a autonomia para tomar-se decisões quanto à questões que envolvam o tema ambiental seja plantada no imaginário dos jovens desta instituição escolar.

Palavras chave: Educação Ambiental; Autonomia; Espontaneidade; Extensão universitária;

INFÂNCIA: tempo brincar e ser criança

Wagner Augusto da Silva Martins
Genaro Alvarenga Fonseca
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O presente artigo possui como objetivo principal ressaltar a importância da criança viver o tempo de sua infância. Em um primeiro momento os termos criança e infância parecem ser sinônimos, ou no mínimo, fases (processos) que caminham juntos, porém, quer seja em tempos remotos ou atuais e por motivos diferentes, as crianças têm a sua infância roubada, sendo precocemente lançadas a uma série de responsabilidades, as quais deveriam possuir somente na fase da juventude ou até mesmo quando adultas. É visível cotidianamente a necessidade que muitos pais enxergam em acelerar o processo de crescimento de seus filhos, atribuindo-lhes sonhos e expectativas que não são suas, a atribuição de tarefas que não são compatíveis com a idade das crianças, divididas todas em horários específicos e com objetivos bem determinados, retira da criança o tempo para que ela viva a sua infância de maneira livre e emancipadora. Desta forma, torna-se de extrema importância abordar a necessidade da preservação do tempo de ser criança, ou

seja, buscar ressaltar que as crianças precisam ter uma infância saudável, com brincadeiras e liberdades que a fase citada deve propiciar de forma natural, tornando-os não somente crianças, mas futuros jovens e adultos mais completos em relação ao seu desenvolvimento psicológico, cognitivo, educacional e social.

Palavras chave: Importância; criança; viver; infância.

INTERVENÇÃO GRUPAL COM CRIANÇAS NO CONTEXTO ESCOLAR PÚBLICO

Natasha Pereira Barbosa*****
Daniela de Figueiredo Ribeiro
Eliene de Andrade Pimentel
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

Este artigo trata-se do relato de uma pesquisa realizada em uma escola pública municipal, por meio de um processo de intervenção grupal sociodramática com crianças entre 5 e 10 anos. Seu objetivo foi compreender o processo grupal vivido e verificar possíveis modificações no universo das crianças. A literatura aponta que a pesquisa-intervenção por intermédio de oficinais grupais e lúdicas com crianças com queixas escolares é um recurso metodológico que possibilita resultados relevantes, como por exemplo, melhoria nos níveis relacionais, afetivos e cognitivos das crianças. E o psicodrama aplicado à educação favorece a ação sem despertar a competitividade, desenvolve senso de responsabilidade, cooperação, criatividade e favorece a tomada de decisões. Foram realizadas dez sessões grupais e lúdicas baseadas na teoria psicodramática com 29 crianças, divididas por faixa etária em cinco grupos. Cada sessão foi realizada em três etapas: o aquecimento, feito com jogos e brincadeiras, o desenvolvimento com dramatizações e jogos lúdicos. Em seguida, no compartilhar foram realizadas trocas de ideias, opiniões sobre os sentimentos e conteúdos vivenciados. Foram pré-estabelecidos temas que permitiram conhecer as crianças em suas relações no mundo, no contexto escolar e familiar. As sessões foram conduzidas por estagiários do quarto ano do curso de psicologia do Centro Universitário Municipal de Franca e descritas em diários de campo que foram analisados por meio de análise de conteúdo e do processo grupal. Os resultados indicaram modificações relacionais e afetivas das crianças, como maior socialização e aumento das expressões verbais; surgimento de lideranças positivas no grupo. Verificou-se também que as atividades com as crianças em

oficinas grupais e lúdicas propiciaram a expressão da criatividade, favorecendo a superação de desafios, a reflexão sobre experiências cotidianas e sobre as dificuldades escolares das crianças. Ainda, possibilitou que as crianças questionassem e construíssem outro modo de convivência, pautado no respeito e cooperação com os colegas.

Palavras chave: Pesquisa-intervenção. Crianças. Psicodrama. Psicologia escolar. Desenvolvimento humano e social.

* Bolsista PIBIC/CNPq

INVESTIGAÇÃO DE PRÁTICAS DE EDUCAÇÃO NUTRICIONAL EM UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DO ESTADO DE SÃO PAULO

Tais Maria Otsuko
Tatiana Noronha de Souza
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Com o advento da industrialização observamos mudanças nos hábitos alimentares e nos padrões de atividades físicas da população, que levaram ao aumento no número de casos de obesidade. Esta patologia não acomete somente os adultos, sendo a obesidade infantil uma triste realidade, reflexo da sociedade contemporânea, movida pelo consumo desenfreado, inclusive de alimentos. As pesquisas na área de saúde pública revelam um aumento expressivo dos casos de sobrepeso e da obesidade em todas as faixas etárias em nosso país, e atualmente metade da população adulta encontra-se acima do peso. A obesidade traz consigo sérios prejuízos à saúde como, diabetes mellitus, hipertensão arterial, câncer, dentre outras doenças crônicas degenerativas. Deparando-se com esta realidade alarmante, realizamos as seguintes indagações: Qual o papel da escola no processo de saúde das crianças pequenas? A escola tem o papel de promover hábitos alimentares saudáveis? Desta forma, o presente estudo objetivou realizar uma análise das práticas de educação nutricional em uma instituição pública de educação infantil de uma cidade do interior do Estado de São Paulo. Os dados foram coletados por meio de observação, em 19 dias. Após a análise dos dados observacionais verificamos que os cardápios do café da manhã e do almoço encontravam-se bastante monótonos, o sistema de distribuição dos alimentos é centralizado nos adultos, o que não é o recomendado

pela literatura e documentos oficiais. Em relação ao comportamento dos adultos, o diálogo sobre alimentação no momento das refeições era um acontecimento raro. Assim, acreditamos que as propostas de educação e de cuidado colocadas em práticas pela escola não enxergam as refeições como um momento de ensino-aprendizagem. Desta forma, podemos concluir que as práticas educativas não condizem com as políticas públicas, documentos oficiais e literatura da área.

Palavras chave: educação infantil, políticas públicas, educação nutricional.

JORNALISMO E A (IM)PARCIALIDADE

Lorenna Mayara Fornel*****
Ana Lúcia Furquim Campos-Toscano
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

Permeia em nossa sociedade a ideia de que a esfera jornalística, ao veicular notícias, é imparcial e livre de posicionamentos marcados, ideologias e valores sociais, além de tentar mostrar ao leitor em seus textos, por meio de uma diversidade de suportes, o comprometimento com a verdade. A revista Brasileiros, publicada desde 2008, traz uma proposta de não só transmitir uma notícia, mas levar a uma reflexão como o próprio slogan sugere: “Mais que informação. Reflexão”. Dessa forma, são discutidos temas que envolvem política, literatura, economia, esporte e cultura de maneira com que o leitor tenha acesso a um variado conteúdo abordado por diversos especialistas e estudiosos com diferentes posicionamentos e opiniões sobre os temas abordados. Diante disso, este trabalho, que é parte dos nossos estudos realizados na pesquisa de iniciação científica do programa PIBIC/CNPq – Capes/Uni-FACEF, tem por objetivo analisar a revista Brasileiros, para compreendermos quais os discursos, ideologias e valores sociais são veiculados a partir de seus conteúdos temáticos, estilo e estrutura composicional que a compõem. Ademais, buscamos conhecer a concepção de jornalismo por estudantes do ensino médio, se o consideram parcial ou imparcial. Sendo assim, nosso referencial teórico-metodológico são os estudos do Círculo de Mikhail Bakhtin sobre dialogismo, gêneros do discurso e ideologia, e de seus comentadores, entre eles, Brait (2005), Faraco (2003) e (2013), Fiorin (2006), Machado (2005), e Miotello (2007). Quanto à esfera jornalística, utilizamos os estudos de Fonseca (2011), Lage

(2008) e Medina (2001). Também utilizamos uma pesquisa de campo por meio de um questionário realizado com alunos do ensino médio de uma escola da cidade de Franca a fim de identificarmos quais são seus posicionamentos em relação ao jornalismo e ao comprometimento com a verdade.

Palavras chave: Gêneros do discurso. Dialogismo. Esfera jornalística. Ideologia. Revista Brasileiros.

* Bolsista PIBIC/CNPq

LAR DA CARIDADE: SUBSIDIOS PARA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS VIA POLITICAS SOCIAIS ATRAVES DA ASSISTENCIA SOCIAL

Maria José Ferreira
Irenilde Dias Guimarães
Ivone Aparecida Vieira da Silva*****
Priscila Maitara Avelino Ribeiro
LAR DA CARIDADE

O presente artigo objetiva a socialização do trabalho desenvolvido em uma instituição não governamental intitulada “Lar da Caridade” que desenvolve a política de assistência social por meio do trabalho de assistentes sociais e psicólogos, buscando efetivar direitos sociais via politica social. O Lar da Caridade seguindo o propósito de sua fundadora “Aparecida Conceição Ferreira”, sempre se preocupou em acolher e ajudar o próximo, como pode ser constatado, no trabalho de assistência social desenvolvido pelo Lar, atendendo em especial aqueles que sofrem com as mazelas da questão social(pobreza, a desigualdade, a violência ou indigência) e são privados do acesso aos seus direitos fundamentais. A metodologia utilizada foi o relato de experiência do trabalho do Assistente Social desenvolvido pela instituição Lar da Caridade por meio dos vários projetos sociais desenvolvidos pela mesma no atendimentos ás famílias em vulnerabilidade e risco social, por meio da politica de assistência social. A preocupação e o compromisso com o social, a busca pela efetividade das políticas sociais, por ser uma constante na vida dessa instituição, resultaram na sistematização e efetivação dos projetos Casa Lar, Fora da Caridade não Há Salvação (FOCAR) e Iluminar: Uma ação de cidadania, os quais oportunizam a população o acesso a um atendimento de qualidade que priorize sua

particularidade e a respeite como cidadão não só com deveres a ser cumpridos, mas homens de direitos a serem usufruídos.

Palavras chave: Políticas sociais Públicas, Direitos Sociais, Serviço Social

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

LEITURA E BIBLIOTECA ESCOLAR: PERCEPÇÕES DE ALUNOS DO COLÉGIO TIRADENTES DA POLÍTICA MILITAR DE UBERABA-MG

Anelise Martinelli Borges Oliveira
Raquel Lazzari Leite Barbosa
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O referido trabalho objetiva analisar as percepções dos alunos do 3º ano do Ensino Médio do Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Uberaba-MG (CTPM-Uberaba) acerca da leitura, bem como da biblioteca escolar, no ano de 2015. Como metodologia, foi realizada uma pesquisa qualitativa a partir do uso de questionário semiaberto e de entrevistas. Entende-se que esses instrumentos podem contribuir para a entendimento de determinada realidade educacional. A aplicação do questionário ocorreu nas três turmas do 3º ano do Ensino Médio, totalizando 101 educandos, e as perguntas abordaram assuntos relativos à frequência com que o aluno utiliza a biblioteca da escola; os pontos positivos e negativos daquele espaço; o gênero textual/ tipo de texto que costuma ler (revista, jornal, livro, etc); se recorda de algum livro/texto que o tenha marcado. A entrevista foi realizada com dois alunos do 3º ano do Ensino Médio, na qual foram abordados temas referentes à forma como a leitura é desenvolvida na escola, e, especificamente, pelos professores na sala de aula. De modo geral, em relação ao uso da biblioteca pelos alunos, os resultados revelam que tal frequência ocorre em situações esporádicas, principalmente em decorrência de se adquirir os livros didáticos. No que diz respeito ao modo como a questão da leitura é trabalhada em sala de aula, verificou-se que projetos pedagógicos e atividades de leitura são, pelo menos para alguns alunos, destituídos de significado, uma vez que consistem em um procedimento mecânico, onde não há troca de saberes no intuito de auxiliar o educando a estabelecer relações entre a leitura, sua produção escrita e outros conhecimentos. Neste trabalho, salienta-se a importância de se desenvolver a leitura na escola como uma

prática autônoma e interativa, a partir da relação dialógica entre os sujeitos – autor e leitor – e da tomada de posição deste último sobre a leitura feita (BAKHTIN, 2003).

Palavras chave: Colégio Tiradentes da Polícia Militar de Uberaba-MG (CTPM-Uberaba). Leitura. Biblioteca Escolar.

LITERATURA E SUA RELAÇÃO COM A VIDA:leitura de literatura no PIBIB – Letras/Uni-FACEF

Ana Lúcia Furquim Campos-Toscano*****
Monica de Oliveira Faleiros
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

O trabalho com literatura no PIBID – Letras/Uni-FACEF tem privilegiado a associação entre as práticas de ensino de leitura de literatura à realidade e às preferências das crianças atendidas no projeto, a partir da seleção de um repertório que leve em conta temas que sensibilizem os alunos a fim de criar um envolvimento com a linguagem e o texto literário. Dentro dessa perspectiva, tendo como princípio levar essas crianças à produção de uma biografia sobre um autor de literatura, no primeiro semestre de 2017, escolhemos Rubem Alves, cujas crônicas de linguagem poética remetem àsvivências da infância, em uma composição autobiográfica, memorialística, por meio de que é possível conhecer e se aproximar do autor: o espaço, o tempo e o cotidiano em que vivia, os personagens que integravam sua família, dentre eles, os cães, principalmente Zig, personagem de vários de seus textos. Assim, passamos a tratar do tema animais domésticos, para posteriormente trabalharmos com a crônica “Histórias de Zig” visando proporcionar um envolvimento com o assunto. Para isso, apresentamos imagens de obras artísticas que retratam, ao longo do tempo, a convivência do homem com o cão, desde as relações de trabalho até as afetivas, por meio de que os animais com que convivemos se humanizam. Em seguida, trabalhamos com a fábula de Monteiro Lobato “O cão e o lobo”, a fim de discutir e aproximar as crianças do que representa dizer que um animal é doméstico. As atividades envolveram, ainda, a análise e releitura da obra “Retrato de Maurice” (1976), de Andy Warhol, releitura esta produzida por meio da técnica artesanal de serigrafia (com estêncil de cartolina e tinta guache). Desse modo, o objetivo deste trabalho é apresentar a sequência didática das atividades anteriormente descritas que levem à reflexão da transposição de teorias linguísticas e literárias para a prática docente de leitura de literatura. Como referencial teórico-

metodológico, utilizamos as reflexões do Círculo de Mikhail Bakhtin (2000) sobre gêneros do discurso e de Medviédev (2012) a respeito dos gêneros literários, a obra de Sá (2008) sobre a crônica, as considerações de Jouve (2002) sobre a prática da leitura literária e os estudos sobre as cores de Kandinsky (1991). Verificamos que, ao propor a leitura da crônica, as crianças puderam perceber o grande envolvimento do autor com seu animal de estimação, considerado como um membro da família. Essa familiaridade com o tema gerou simpatia pelo autor e, a partir disso, pudemos explorar os recursos estéticos e a poeticidade da crônica de Braga, aspectos esses de caráter literário acessíveis a partir de análise e reflexão sobre o texto. A aproximação com o autor gerou também algumas possibilidades de produção de texto propostas para as crianças: a narrativa de experiências memorialísticas e a elaboração de uma biografia do escritor, objetivo primeiro desta atividade.

Palavras chave: Leitura de literatura. Produção de textos. Gêneros do discurso. Rubem Braga. Crônica.

* Bolsista PIBID Uni-FACEF

LIÇÕES DE VIDA: o direito à alfabetização

Rita Marta Mozetti Silva
Melissa Franchini Cavalcanti Bandos
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

A Unesco (2008) atribuir para a igualdade de oportunidades na educação uma das importantes condições para superar a injustiça social, reduzir as disparidades sociais e fortalecer o crescimento econômico. No passado, o acesso limitado às oportunidades educacionais deixou sem competências básicas de alfabetização 774 milhões de adultos, dos quais aproximadamente dois em cada três são mulheres. Segundo relatório da Unesco (2010) sobre a aprendizagem e a educação de adultos, o Brasil é um dos 100 de 139 países que não cumpriram a meta de erradicar o analfabetismo em 50%. Em 2015, 15%, que corresponde a 115 milhões de analfabetos jovens de 15 a 24 anos e maiores de 24 anos correspondem a 643 milhões de pessoas sem capacidade. Diante disso, o presente artigo tem como objetivo analisar políticas públicas voltadas para o segmento educacional da Alfabetização de Jovens e Adultos e refletir de maneira comparativa a partir de uma experiência relatada no longa-metragem: “Lição de Vida” (Chadwick, Brasil, 2014) e

um caso prático de um educando brasileiro que frequenta um Projeto de Alfabetização de Jovens e Adultos, na cidade de Franca (SP). Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratória, bibliográfica, baseada em dados primários e secundários. O referencial teórico se apoia nos estudos de Pillet (2010) e Rossato (2010) para identificar políticas educacionais para Alfabetização de Jovens e Adultos, a analise reflexiva usa como fonte o filme: “Lição de Vida” do autor Justin Chadwick, lançado em 2011 e com estreia no Brasil em 2014, que narra a história verídica do queniano que com oitenta e seis anos lutava pelo direito à educação formal, queria aprender a ler. Buscou-se ainda, apoio teórico na obra “Desenvolvimento da Liberdade”, Sen (2010) que traz exemplos de privação da liberdade e o analfabetismo é um dos apontamentos do autor devido à falta de oportunidades. A pesquisa justifica-se, pois reforça a premissa de que a educação é um direito de todos, independentemente da idade.

Palavras chave: Alfabetização de Jovens e Adultos. Políticas Públicas. Alfabetização; Analfabetismo.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF Centro Universitário de Franca.

METODOLOGIAS ATIVAS COMO FERRAMENTA DA QUEBRA DE PARADIGMAS: o olhar do estudante

Cibele Gomes dos Santos *****
Debora Nassif Alves Rodrigues*****
Raquel Rangel Cesario
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

Este estudo tem como foco uma avaliação comparativa da percepção dos alunos com relação à sedimentação de conhecimentos e preparo para as atividades profissionais, utilizando metodologia tradicional e metodologias ativas de ensino. A justificativa e relevância do tema estão relacionadas com as novas Diretrizes Curriculares Nacionais - DCN do Ministério da Educação - MEC para a graduação em medicina (2014). As DCN, modificadas em 2014 e que devem ser adotadas até 2018, por todas as instituições de ensino superior (IES), que oferecem graduação em medicina, visa prioritariamente à formação humanística, por meio de metodologias ativas de ensino. O objeto de estudo serão estudantes matriculados

nos três anos do curso de medicina, em uma instituição municipal de Franca/SP, que já possuam uma graduação prévia (independente do curso frequentado previamente), desde que tenha sido utilizado o método tradicional de ensino, para validar os parâmetros de comparação. A pesquisa vem no intuito de responder a uma inquietação das pesquisadoras: qual a visão dos alunos em relação a metodologias ativas e como eles avaliam sua evolução no processo de ensino aprendizagem neste método? Diante desse quadro, buscamos ainda, como objetivos específicos: a) Estabelecer, por meio dos exemplos dos estudantes, as práticas percebidas como disparadoras do seu desempenho; b) Observar se os alunos compreendem o intuito holístico, humanizado e ao mesmo tempo individual proposto nesta metodologia e em suas ferramentas; c) Discutir a efetividade/aceitação da metodologia e suas ferramentas em todas as unidades curriculares do curso; d) Encontrar deficiências pedagógicas e interpessoais e estabelecer pontos de melhoria. No que se refere ao método de estudo, trata-se de uma pesquisa exploratória de abordagem qualitativa, em que a visão dos alunos será exposta mediante um grupo focal e os resultados triangulados com trabalhos acadêmicos atuais que deem fundamentação teórica ao trabalho. O estudo se torna relevante, pois revela a visão do aluno frente ao método de aprendizagem agora pactuado, podendo ser utilizado para intervenções neste caso e em casos similares.

Palavras chave: Metodologias ativas. Conhecimento. Medicina. Diretrizes Curriculares. Educação.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

METODOLOGIAS ATIVAS NOS PROCESSOS DE APRENDIZAGEM CONTEMPORÂNEOS: apontamentos relevantes

Sandra Aparecida Ferreira Guerra*****
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira
Raquel Rangel Cesario
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

Os cenários atuais de educação superior e currículos universitários complexos exigiram métodos de ensino diferenciados, diante dos desafios constantes e das necessidades de uma educação libertadora. As transformações mundiais levaram a transformações individuais e/ou vice-versa, demandas sociais exigem outras formas

de trabalhar o conhecimento formal, uma vez que a transmissão de informações e conhecimentos não são acolhidas pelos indivíduos contemporâneos, que se identificam por ser dinâmicos, participativos e ativos. Assim, o objetivo geral desta investigação é conhecer e realizar um comparativo entre os três métodos ativos de ensino-aprendizagem, que podem ser utilizados no âmbito acadêmico, se preparado para acolhê-los: Problematização, PBL/ABP (Aprendizagem baseada em problemas) e Espiral Construtivista, como subsídios para reflexão de prática pedagógica contemporânea e, possivelmente, interativa com os estudantes. A fundamentação teórica está subsidiada nas teorias de Freire (2005) e seus comentadores e seguidores, que apresentaram a problematização na construção de saberes, na perspectiva de uma realidade concreta, numa tentativa de ruptura com as metodologias da abordagem tradicional. Nesse sentido, a abordagem tradicional constitui-se como modelo individualista que deixou marcas: como falta de diálogo, de troca de experiências, convivências e legitimou a timidez. A solidificação de tais práticas corroboram com a "surpresa" e/ou difícil aceitação de grupos de alunos, que, por outra prática pedagógica, são expostos à reflexão e à discussão para chegar a um consenso crítico para a ação, ou seja, em consonância com a tese de Sen (2002), na concepção e defesa de um sujeito melhor preparado para a vida, para a cidadania, um ser agente e não recipiente. Focos em didáticas e pedagógicas propiciaram a possibilidade de uma transformação que oportunizou a implantação de metodologias "inovadoras", no aspecto institucional para o docente e para o discente. Nesse sentido, são trazidas à luz as discussões de Lima (2001;2017), Perrenoud (2002), Gordan (2004), dentre outros. Após a realização da pesquisa bibliográfica, de abordagem qualitativa que correlacionam teoria e vivências em sala de aula do ensino superior, nível de pós-graduação stricto sensu, com olhares para o conhecimento e o entendimento acerca do método utilizado na disciplina de Promoção da Saúde e Desenvolvimento Regional, de um programa de mestrado em Desenvolvimento Regional e Políticas Públicas. Foi esclarecedor constatar e desvelar as potenciais contribuições das metodologias ativas, aplicadas na construção de saberes, no ensino superior.

Palavras chave: Métodos ativos de ensino-aprendizagem; ensino tradicional; problematização e emancipação; PBL/ABP; Espiral Construtivista.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

MULHERES E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS E ADULTAS: contribuições da aprendizagem dialógica

Thais Aparecida Bento Reis
Renata de Fátima Gonçalves
Vanessa Cristina Girotto
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

Este trabalho é parte de estudos de um grupo de pesquisa que dentre os eixos vem discutindo trabalhos em torno da alfabetização emancipadora. Aqui trazemos resultados de duas pesquisas de mestrado em educação que discutem a necessidade de identificar as contribuições e limites das propostas presentes nos documentos oficiais para a Educação de Pessoas Jovens e Adultas em âmbito nacional e, para isso, traz como eixo central as contribuições do referencial dialógico para a alfabetização crítica de mulheres, bem como a discussão em torno dos materiais disponíveis para a alfabetização com foco nos clássicos literários como instrumentos de emancipação e acesso a obras literárias universais (CALVINO, CÂNDIDO, MACHADO). A concepção dialógica parte de estudos de autores centrais como Freire, Habermas e Flecha, que nos ajudam a pensar propostas de acesso e permanência nos processos educativos, além de nos ajudar a ampliar a compreensão da educação como elemento capaz de transformar e emancipar as pessoas para ler o mundo e escrever a sua própria história. Tendo como embasamento teórico os princípios da aprendizagem dialógica (FLECHA, 1997): diálogo igualitário, inteligência cultural, transformação, dimensão instrumental, criação de sentido, solidariedade, igualdade de diferenças, que articulados entre si visam uma educação igualitária deste trabalho de natureza teórica, retratando alguns resultados encontrados a partir das pesquisas realizadas no grupo. As informações foram tratadas mediante procedimentos de pesquisa bibliográfica e técnicas de análise com base em Salvador (1981) e em Marconi e Lakatos (2017), a partir de um levantamento de pesquisas na ANPEd e no BDTD. Objetiva-se elencar as principais reflexão em torno de políticas públicas que possibilitam uma discussão em torno dos direitos das mulheres adultas no contexto da EPJA e quais as contribuições do referencial dialógico para a alfabetização crítica e emancipadora dessas mulheres, tendo como foco os clássicos universais. Até o momento, podemos concluir que as pesquisas indicam um avanço em torno dos direitos dessa

modalidade de ensino principalmente a partir da constituição Federal de 1988 que trará a educação como um direito público e subjetivo, incluindo as pessoas jovens e adultas. Encontramos nas diretrizes e bases da Educação Nacional (Lei nº9394/96) o direito à escolaridade oficializando a Educação de Adultos como modalidade da educação básica, além de prever a validação do aprendizado fora da escola, articulando a formação profissional com o ensino básico (FÁVERO, 2011, p. 32). Além da necessária discussão em torno das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (Parecer CNE/CEB 11/2000) e das discussões trazidas pela Confitea e a Unesco Porém, até o momento identificamos uma lacuna no que se refere à uma educação que seja mais dialógica e que contribua para o rompimento de determinadas barreiras, muitas vezes, colocadas pelo sistema em torno da Educação de Pessoas Jovens e Adultas, bem como encontramos lacunas no que se refere ao acesso aos matérias considerados universais, como ponto de partida para a alfabetização. É nesse ponto que desejamos trazer as nossas contribuições.

Palavras chave: Educação de Pessoas Jovens e Adultas, mulheres, políticas públicas, aprendizagem dialógica.

MÃOS À OBRA: a realização de uma experiência de ensino sobre meio ambiente a partir de um enfoque interdisciplinar

Cairo Viela
William Parreira Alves
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O presente artigo toma por objeto de análise uma prática de ensino sobre meio ambiente, realizada em 2016 por iniciativa pessoal de dois estudantes de licenciatura em História, no intuito de contribuir para o debate em torno da temática ambiental nas escolas, abordando a questão por uma visão histórica que problematize, não apenas os aspectos biológicos e físicos da questão, mas atrelando-os ao estudo das práticas sociais e políticas presentes nas relações entre sociedade e natureza, sob o prisma do método interdisciplinar. Acolhida pela Escola Estadual Iolanda Ribeiro Novais, situada no município de Franca, São Paulo, nossa intervenção pedagógica buscou, a partir do viés da investigação-ação promover

maior aproximação entre as comunidades acadêmica e escolar, na medida em que desenvolveu um trabalho de estudo sobre meio ambiente e teorias do aprendizado adquirido no âmbito universitário, visando sua aplicação no espaço escolar, via projeto de extensão. Nesse sentido, a referida intervenção pedagógica vem a constituir, igualmente, um processo de formação continuada e de iniciação á docência, na medida em que colaborou para a criação de espaços de debate entre professores de ensino básico e estudantes de licenciatura, de modo a transformar a escola num ambiente de troca de experiências. Por fim, ao tratar dos resultados da prática de ensino, apresenta-se um quadro de possibilidades e desafios acerca da realização de projetos interdisciplinares em Educação Ambiental, constituindo material para futuras pesquisas sobre o assunto e para a sugestão de políticas públicas a serem desenvolvidas com o conhecimento disponível.

Palavras chave: Educação Ambiental. Prática de Ensino.Interdisciplinaridade.

MÉTODOS CONSENSUAIS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA SOLUCIONAR LITÍGIOS NO ÂMBITO ESCOLAR

Mariana Lima Menegaz
Alexandre Walmott Borges
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O presente trabalho possui o escopo de analisar a utilização dos métodos consensuais de resolução de conflitos para solucionar litígios no âmbito escolar. Dentre os métodos alternativos de resolução de conflitos é possível vislumbrar a mediação, a conciliação e também a arbitragem, porém, ao abordar conflitos escolares, a mediação escolar é a alternativa mais adequada para tais situações. A mediação escolar consiste em um instrumento de facilitação de diálogo entre os envolvidos, aumentando, consequentemente, o caráter voluntário e colaborativo entre as crianças e adolescentes, além dos professores e diretores. Os conflitos vivenciados no núcleo familiar normalmente são levados para o contexto escolar também, refletindo nas relações entre os indivíduos que ali estão. Desse modo, a mediação escolar também possui a finalidade de dirimir e auxiliar na forma de lidar com os litígios existentes em ambos os meios, familiar e escolar, e que se comunicam a todo o tempo. A pesquisa terá como base doutrinas, artigos e produções científicas relacionadas diretamente com o tema, além de livros de áreas

como a psicologia, por se tratar de tema que não pode ser abordado apenas no âmbito da ciência jurídica. Desse modo, o objetivo do artigo é verificar como a mediação escolar pode ser utilizada para dirimir conflitos escolares que envolvem violência e falta de diálogo no convívio diário. Ademais, almeja-se observar esse instituto como facilitador da comunicação e da prevenção de conflitos escolares e até mesmo como função de restaurar as relações existentes nesse meio. As conclusões deste trabalho indicam a importância da mediação escolar tanto na infância das crianças e dos adolescentes que aprendem a serem mais tolerantes, a dialogarem e a respeitarem as outras pessoas, não importando sua classe social, sua opinião e sua individualidade, tanto entre os professores e diretores, que também fazem parte dos indivíduos da escola e necessitam aprender novas formas de lidar com os conflitos existentes em sala de aula e com os outros profissionais, mitigando assim, a cultura do litígio tão existente na sociedade brasileira atual.

Palavras chave: Resolução. Conflitos. Métodos consensuais.

NOVAS PRÁTICAS EM PSICOLOGIA ESCOLAR: relato de uma intervenção psicodramática

Priscilla Maria Pereira
Aniely Cristina Romualdino
Maria Clara Defendi Feliciano
Daniela de Figueiredo Ribeiro
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

A prática em Psicologia Escolar consistiu em análise institucional e atendimentos grupais, visando à prevenção e promoção em Saúde Mental. Objetivos: Apresentar a experiência de estágio em Psicologia Escolar, que ocorreu na Oficina de Artes Lua Nova, permitindo aos alunos de uma escola pública, um espaço livre de expressão e criação. Metodologia: foram realizadas supervisões semanais. Os Encontros com as crianças ocorreram semanalmente com duração de uma hora e trinta minutos, nos quais foram trabalhadas as temáticas "exploração dos 5 sentidos: a construção de um corpo sensível" e " a construção da autoria". Para a realização das intervenções psicodramáticas utilizou-se da arte, da natureza e do lúdico como recursos terapêuticos, tendo as técnicas de sociometria e jogo dramático, como fundamento das intervenções. Resultados: com as intervenções foi possível notar o

desenvolvimento da autonomia das crianças, bem como os estabelecimentos de relações vinculares que proporcionaram espaços de liberdade para a criação e serviram de ferramenta para o trabalho das questões afetivas e grupais, como: respeito, amizade e solidariedade. Conclusões: o trabalho em rede que visa atender a tríade pais-alunos-escola demonstra-se como um método eficaz para a prática da psicologia escolar, tendo em vista, os resultados obtidos pela intervenção realizada que verificou a importância da interação entre estes componentes do sistema, para a qualidade da atuação efetivada na dinâmica do estágio.

Palavras chave: Psicologia Escolar. Psicodrama. Psicologia. Desenvolvimento Humano e Social.

O ACESSO DA JUVENTUDE RURAL DO ASSENTAMENTO SEPÉ TIARAJÚ - SP ÀS POLITICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO NO CAMPO E OS IMPACTOS EM SUA PERSPECTIVA DE VIDA

Milton Marcondes Teixeira Júnior
Regina Aparecida Leite de Camargo
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O assentamento Sepé Tiarajú é resultante de uma ocupação organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), em dezessete de abril do ano de 2000, na fazenda Santa Clara, terras antigas da Usina Nova União. Está localizado na zona rural dos municípios de Serra Azul e Serrana, no interior do estado de São Paulo. O assentamento foi criado com 80 famílias, totalizando 400 assentados. A atividade econômica do assentamento baseia-se no cultivo e comércio de verduras, legumes e frutas; sendo esta atividade econômica formatada em duas bases de trabalho: primeiro, a agricultura familiar responsável pelas atividades desenvolvidas nos lotes individuais, onde os assentados trabalham em seu próprio plantio; segundo, as atividades conjuntas desenvolvidas nas áreas coletivas do assentamento. O assentamento, pode ser considerado um exemplo da multifuncionalidade da agricultura, onde é feito um trabalho produtivo e ambiental, através do plantio e colheita de produtos orgânicos e o uso de insumos naturais neste plantio. Diante deste modelo produtivo familiar e coletivo, a grande preocupação dos fundadores do assentamento é o acesso dos jovens a Educação, perspectivas de vida e sucessão rural. As famílias assentadas, em sua maioria,

possuem filhos jovens entre 15 e 24 anos, somando-se em oitenta jovens atualmente. Essa preocupação advinda dos fundadores do assentamento, levou a formação de um grupo denominado por eles CAJUS – Coletivo Agroecológico da Juventude do Sepé, sendo este formado por 12 jovens. Observando o grupo, percebe-se a ansiedade desses jovens nas questões relacionadas ao futuro, principalmente a continuidade de seus estudos e formação para o trabalho. A prefeitura municipal do município de Serra azul através das Políticas Públicas voltadas a educação, garante a educação básica até o nono ano em uma escola construída no próprio assentamento. O contexto dos jovens assentados, objetiva o presente trabalho a apresentar através de uma pesquisa participante, diários de campo e revisão bibliográfica como ocorre o acesso da juventude rural assentada às Políticas Públicas que garantam a continuação de seus estudos através do ensino médio, técnico, universitário e profissionalizante. Este trabalho também proporcionará uma reflexão sobre o impacto do acesso a tais Políticas Públicas na permanência deste jovem no assentamento e consequentemente a sucessão rural.

Palavras chave: Jovens. Assentamento. Políticas Públicas. Educação no Campo.

O ALUNO SURDO NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: ACESSO, PERMANÊNCIA E ÊXITO NO ENSINO (?)

Elisa Helena Meleti Reis
Célia Maria David
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA JULIO DE MESQUITA

O presente artigo tem por objetivo trazer à discussão a inclusão escolar do surdo. Trata-se de pesquisa em andamento cujo foco é a análise da política de educação inclusiva de surdos, em três escolas da rede oficial de ensino, em um município do interior paulista.O critério de seleção das escolas; duas periféricas e uma central, se deu pelo fato de serem escolas que possuem alunos surdos incluídos em classes comuns, nos anos iniciais do ensino fundamental. O conflito que permeia toda a pesquisa é o processo de implementação das políticas públicas da educação especial na perspectiva inclusiva. Trata-se de uma pesquisa qualitativa apoiada em Minayo e Bogdan & Biklen, que tem como sujeitos participantes gestores, coordenadores, professores, pais e agentes escolares. Importa responder às seguintes questões: em que medida as formulações e reformulações políticas

inclusivas tem influenciado na educação dos surdos? O que de fato pretendem as práticas inclusivas e os discursos políticos mediante a formação subjetiva dos surdos? Espera-se como resultado conhecer a implementação das políticas de inclusão dos alunos surdos, e evidenciar se a relação entre o currículo prescrito e praticado responde por um processo inclusivo ou integracionista.Nesse sentido, as políticas educacionais direcionadas às pessoas com necessidades especiais de atendimento têm procurado incluir na educação regular.

Palavras chave: Políticas públicas inclusivas. Alunos surdos. Ensino fundamental. relações de poder.

O ALUNO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E SUAS PERSPECTIVAS EM RELAÇÃO AO MERCADO TRABALHO

Thais Machado
MEMBRO DA COMUNIDADE

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma importante modalidade da educação em nosso país e precisa de um olhar específico as suas necessidades. Destina-se a jovens e adultos que não conseguiram efetuar seus estudos na idade adequada, sendo alunos que de alguma forma tiveram o direito e acesso a educação interrompido na idade apropriada. Esta modalidade de ensino tem público alvo que possue características bem específicas, e este perfil está vinculado a uma trajetória de fracasso escolar, reprovação e situações de desigualdades no âmbito educacional e social. Consequentemente esta falta de acesso ou continuidade nos estudos pode acarretar dificuldades ou barreiras em relação ao mercado de trabalho. Estes alunos muitas vezes apresentam uma percepção negativa em relação aos seus estudos, juntamente aos constrangimentos sociais decorrentes da baixa escolaridade, e falta de oportunidades no mercado de trabalho, o que pode causar desmotivação por não acreditarem que podem progredir ou mudar a situação atual a que vivem. Devido a importância do tema o trabalho tem como objetivo analisar o perfil dos alunos da EJA e identificar quais são as perspectivas desses alunos em relação ao mercado de trabalho. Assim o trabalho pretende a partir das revisões da literatura e estudos teóricos abrir espaço para reflexões e discussões sobre esta

modalidade de ensino, além de contribuir para o conhecimento na área, oferecendo um conjunto de informações a cerca do tema abordado.

Palavras chave: Educação de Jovens e Adultos1. Mercado de Trabalho2. Perfil dos alunos3. Desigualdade4.

O ASSISTENTE SOCIAL NA PRODUÇÃO E NO REDIMENSIONAMENTO TEÓRICO PRÁTICO DA POLÍTICA DE EDUCAÇÃO (RELATO DE EXPERIÊNCIA)

Lilian Rodrigues
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O objetivo deste estudo é dar visibilidade, por meio de um relato de experiência, acerca da atuação profissional do assistente social na produção e no redimensionamento teórico prático da Política de Educação. Segundo Almeira (2013), a luta em defesa e ampliação dos direitos sociais e humanos tem sido o norte da mobilização e organização dos assistentes sociais nas últimas décadas, e que se materializa em um projeto profissional construído coletivamente, sintonizado com os movimentos, e com as demais categorias profissionais no enfrentamento às desigualdades sociais. Não obstante, tais lutas são uma constante no ambiente de trabalho, haja vista que, os desdobramentos da questão social eclodem cada vez mais perante os profissionais, que mesmo diante de algumas limitações institucionais buscam dar conta das mazelas, que nada mais são do que os reflexos de uma sociedade mal gerida politicamente. É sabido que, o Assistente Social na Educação atua em quatro focos principais, sendo eles: acesso; permanência; qualidade dos serviços prestados e participação popular. Todavia, traremos como exemplo o retrato da educação superior, mais precisamente a experiência em uma Instituição Federal de Ensino Superior (IFES). Dentre as principais atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais destacamos a avaliação socioeconômica junto à Equipe Multidisciplinar-Comissão de Renda (SISU - Sistema de Seleção Unificado), ocasião em que são identificados os cotistas que se inscreveram por corte de renda per capita familiar (a qual deverá ser menor ou igual a 1,5 salários mínimos); o estudo social para concessão de bolsas estudantis; o atendimento à Política de Ações Afirmativas (indígenas e quilombolas); atendimentos/orientações e entrevistas sociais; relatórios e pareceres sociais; encaminhamentos; elaboração de editais de seleção, resultados e análise de recursos; visitas domiciliares;

atendimento psicossocial; e o acompanhamento social. Nas IFES o atendimento à demanda da assistência estudantil se dá mediante os recursos provenientes do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), sendo cada instituição responsável por gerir o recurso e direcioná-lo ao público alvo, que são estudantes considerados de “baixa renda” e/ou em “vulnerabilidade socioeconômica”, com renda per capita familiar menor ou igual a 1,5 salários mínimos. O custeio do PNAES se destina ao pagamento de bolsas com vistas ao complemento das despesas dos estudantes com: alimentação, moradia, transporte, xerox e etc. Os desafios da categoria profissional de assistentes sociais no âmbito da educação são muitos, no entanto, esses profissionais estão sendo convocados a assumirem estes espaços mediante a ampliação de concursos públicos específicos nas ações desenvolvidas pela referida política. Logo, cabe a nós a manutenção do compromisso ético-político assumido outrora com a nossa formação, na busca constante pela garantia de direitos.

Palavras chave: Política de Educação. Assistência Social. Teoria-prática.

O CAMINHO DIDÁTICO-PEDAGÓGICO QUE SURGE: performance matemática digital

Gabriel Souza Gregorutti*****
Ricardo Scucuglia Rodrigues da Silva
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Neste artigo, discutiremos aspectos ligados à performance matemática digital como um caminho didático-pedagógico que surge em um ambiente artístico e tecnológico. Nosso trabalho se apoia, do ponto de vista teórico, por duas temáticas principais: (a) PMD e imagem pública da Matemática (IPM); (b) Tecnologias Digitais e Formação de professores. Essas temáticas surgem em uma pesquisa que investigou, em nível de mestrado, a IPM em um ambiente no qual estudantes de Licenciatura em Matemática estiveram engajados na produção de performances matemáticas digitais (PMDs). A metodologia do estudo tem natureza qualitativa, com uso de Arts-Based Research (tanto para produção, quanto para comunicação dos dados produzidos). Os dados que se constituíram de notas de campo e vídeos foram produzidos a partir de nossa colaboração na realização de cursos de extensão universitária sobre PMD que ocorreram entre janeiro e fevereiro de 2015 na Universidade Estadual Paulista

"Júlio de Mesquita Filho" (UNESP), campus de São José de Rio Preto. As entrevistas foram realizadas com participantes do curso de modo semiestruturado ao final das sessões de produção. Encontramos evidências de que o ambiente performático (aquele em que ocorre a produção de PMD) trilha um caminho didático-pedagógico, uma vez que os participantes demonstraram ter entendido os conceitos estudados durante a participação ativa no processo de produção das PMD.

Palavras chave: Educação matemática; Artes; Tecnologias Digitais

* Bolsista CNPq Mestrado

O CRESCIMENTO DA METODOLOGIA HÍBRIDA NO ENSINO SUPERIOR E O PAPEL DO PROFESSOR NESSE MODELO DE ENSINO

Danilo Candido Bulgo
Elizangela Leite Aziz
Lidiane Moutinho Neves
Elaine Barreto Batista
UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL

O objetivo do presente artigo visa apontar a evolução tecnológica na qual desencadeou novas possibilidades de ensinar e aprender, concentrando-se em destacar como objeto específico de estudo a educação híbrida, cujas ramificações demonstram que não existe uma única maneira de aprender algo e, sendo assim, não existe uma única maneira de ensinar. A metodologia utilizada foi revisão bibliográfica fundamentada em artigos que discorre sobre a modalidade de ensino híbrido, ensino a distância e blended learning, considerando que boa parte dos conteúdos são transmitidos à distância normalmente por meio da internet, mas, sobretudo, incluindo essencialmente encontros presenciais; dando origem da designação blended, algo misto, combinado. O acesso às tecnologias e a importância do professor são tópicos importantes para a implantação do ensino híbrido no ensino superior. O contato social que os estudantes têm entre si e com o professor durante os encontros faz com que o processo na formação de ensino superior seja ampla, mais proveitosa e diversificada. A sala de aula é um ambiente dinâmico e que está sempre em constantes mudanças, precisando se adequar aos avanços tecnológicos e novos paradigmas educacionais. Como resultados, o ensino

híbrido traz contribuições significativas para o processo de aprendizagem, pois a participação do aluno nos momentos presenciais enriquece esta modalidade. Desta forma, o estudo demonstrou que a prática da metodologia híbrida no sistema de ensino superior se mostrou positiva, contribuindo com a expansão de práticas pedagógicas diferenciada e mostrando a importância da presencialidade e o contato social com outros alunos fora do ambiente virtual.

Palavras chave: Evolução tecnológica. Ensino híbrido no ensino superior. Novos paradigmas educacionais.

O CURRÍCULO E A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA: considerações sobre o contexto escolar

Ellen Braune Reis Silva
Kelly Barbosa Reis Ferreira
Priscila Maitara Avelino Ribeiro
Paula Ravagnani Silva
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O presente trabalho é fruto de investigações acerca do contexto escolar considerando as especificidades do âmbito educacional tais como: priorização do homogêneo nas práticas pedagógicas, currículo rígido, disciplinas fragmentadas, o professor como detentor do saber, verticalização das avaliações. As práticas arraigadas no cotidiano da educação formal explicitam a cultura político-escolar hegemônica e desconfiguram, portanto, as diferenças multiculturais, silenciando vozes e inviabilizando o processo de construção do saber. As escolas, em sua prática, conferem legitimidade cultural a determinados grupos, tornando esse o conhecimento ideal para todos, excluindo tudo o que for fora do considerado ‘padrão’; expõe indiferença diante das dificuldades na aprendizagem do discente, descontextualizando o estilo de vida e os conhecimentos prévios dos estudantes através do ensino de maneira verticalizada, coincidindo, sobretudo, com os interesses das classes dominantes. Nosso objetivo é o de desvelar o currículo e a violência simbólica nas relações pedagógicas e evidenciar a reprodução cultural e econômica como manutenção e controle de formas particulares de ideologia. A pesquisa orienta-se por procedimento de natureza exploratória realizada de forma qualitativa a partir de abordagens teórico-metodológicas nas áreas da educação, do direito e do serviço social, correlacionando elementos ético-político educacional com

fenômenos da estrutura social em que vivemos. Obtemos, como resultado da pesquisa, a dimensão analítica do contexto escolar e do sucateamento das políticas públicas para este segmento, reforçando um Estado mínimo para as questões educacionais e notadamente um fortalecimento da mercantilização do ensino público, além de formas repressivas e verticalizadas de educação.

Palavras chave: Violência simbólica. Currículo escolar. Educação verticalizada.

O DESENVOLVIMENTO COMO LIBERDADE DE SEN E A EDUCAÇÃO LIBERTADORA DE FREIRE

Rita Marta Mozetti Silva*****
Daniela de Figueiredo Ribeiro
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

O presente artigo tem como objetivo refletir e realizar um diálogo entre o Desenvolvimento como Liberdade de Amartya Sen e a Educação Libertadora de Paulo Freire; promover um diálogo entre os autores. Os autores afirmam que, para have desenvolvimento é necessário envolver vários tipos de liberdades e que todas as formas de liberdade levam ao desenvolvimento humano. Olhares se voltam para um desenvolvimento emancipatório como dar vez e voz as pessoas, levar as pessoas ao exercício pleno da cidadania através da participação social, transformando-as em agentes de desenvolvimento. Foi realizado um estudo bibliográfico, Sen um economista indiano e Freire, um educador brasileiro, dialogam quando afirmam que a pobreza, o analfabetismo, as necessidades essenciais não satisfeitas resultam em privações que impedem as pessoas de participar ativamente do processo de desenvolvimento. Para Sen (2010) um país é tanto mais desenvolvido quanto mais se promove a expansão do horizonte de liberdade dos seus cidadãos. O autor volta-se para o que devem ser os verdadeiros fins do desenvolvimento: as próprias pessoas e o bem-estar das pessoas, é associado à liberdade, a potência pessoal de conseguir a vida que se deseja. Para Freire (1997) há sempre uma busca de humanismo nas relações entre as pessoas, a educação, tem como objetivo promover a ampliação da visão de mundo do educando para melhor qualificar sua intervenção nele, e isso é facilitado quando essa relação é mediada pelo diálogo. Para o autor a atitude dialógica é, antes de tudo, uma atitude

de amor, humildade e de fé nos homens, no seu poder de fazer e de refazer, de criar, recriar e reinventar. Para tanto, foi realizada uma pesquisa exploratória, bibliográfica. A pesquisa justifica-se, pois reforça a premissa de que a educação libertadora e emancipatória é um direito de todos e deve transformar a vida das pessoas, tornando-as agentes de desenvolvimento a partir da expansão das suas liberdades.

Palavras chave: Amatya Sen. Paulo Freire. Desenvolvimento como liberdade. Educação Libertadora.

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

O DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA: novas perspectivas para as políticas educacionais a partir da lei 13.146/2015

Fabio Marques Gonçalves
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O presente trabalho tem por objetivo o debate sobre o direito à educação inclusiva, tomando por referência as transformações ocorridas na legislação nacional, no tocante aos direitos das pessoas com deficiência. A investigação busca uma análise sobre aquilo que pode ser chamado de “direito à diferença”, em uma perspectiva que se inaugura com o Estado Democrático de Direito no país (com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988), e vai se delineando, com contornos mais nítidos, a partir do aprofundamento das instituições democráticas. Nessa esteira, têm fundamental importância as grandes inovações trazidas pela Convenção Internacional Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto n. 6.949/2009) e pela nova Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n. 13.146/2015 – Estatuto da Pessoa com Deficiência). Os referidos instrumentos normativos revolucionaram o ordenamento jurídico brasileiro, de modo a possibilitar uma significativa transformação nos mecanismos de inclusão social e de concretização dos direitos de cidadania das pessoas com deficiência. Como não poderia ser diferente, ao se tratar da efetividade dos direitos de cidadania, deve-se ter, em lugar de destaque, o direito à inclusão educacional. A educação é um dos instrumentos mais potentes para a inclusão da pessoa com deficiência, pois, em grande medida, é através dela que essas pessoas têm acesso a uma vida plena com

a comunidade; do mesmo modo, é apenas com a convivência com a diferença que a comunidade pode se preparar e sensibilizar diante da diversidade de existências e possibilidades que estão presentes em uma sociedade multicultural. Através da educação, a pessoa não apenas tem assegurado o direito de participar do ensino, em pé de igualdade com os outros cidadãos, mas todos os membros da comunidade política aprendem com a pluralidade, abrindo-se e capacitando-se para a vida em uma sociedade realmente inclusiva. É aí onde se situa o grande giro realizado pelas novas normas protetivas dos direitos das pessoas com deficiência, que determinam que as escolas, além de não poderem negar a matrícula às pessoas desse grupo, também devem promover todas as adaptações necessárias para o recebimento desses alunos na rede regular de educação. As mudanças consistem em possibilitar a acessibilidade do ensino, e vão desde reformas estruturais, tais como rampas de acesso e elevadores, até adequações pedagógicas, tais como a contratação de profissionais capacitados para o atendimento das necessidades dos novos alunos, adoção do Sistema Braille, ensino de LIBRAS, adequação de materiais, etc. Além disso, no tocante às instituições privadas de ensino, a nova legislação prescreve que os valores gastos com adaptações não poderão ser repassados, em nenhuma hipótese, aos alunos. Para aprofundar tais temáticas e seus desdobramentos, o trabalho se vale do método de abordagem fenomenológico-hermenêutico, desenvolvendo seu conteúdo a partir do quadro referencial teórico da Crítica Hermenêutica do Direito, tendo como técnica de pesquisa a revisão bibliográfica e documental.

Palavras chave: Direito à educação inclusiva. Direito ao exercício da diferença. Convivência com a diferença.

O ENSINO MÉDIO NO BRASIL: uma revisão de documentos oficiais e publicações em artigos científicos

Nayara Lança de Andrade
Tatiana Noronha de Souza
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O trabalho em questão compõe uma revisão de literatura para uma pesquisa de mestrado em andamento, que tem como objetivo levantar as percepções de professores e alunos sobre o Ensino Médio em nosso país, assim como o

conhecimento da legislação vigente, incluindo atuais mudanças e desejos de alterações no sistema atual. Apresenta-se assim, uma relação de publicações científicas e documentais dos últimos anos, que abrangem a temática do Ensino Médio. A legislação e os documentos oficiais analisados foram os publicados pelo Governo Federal (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei nº 9.394 de 1996, Medida provisória nº746 de 2016, e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 2000 e PCN+, 2002). A obtenção de artigos científicos e documentos oficiais foi feita a partir de buscas em bases de dados, assim como em sites oficiais do Governo, como o do Planalto Federal. Foram selecionados artigos de relevância para o objeto de estudo, a partir das palavras: ensino médio, currículo e reformas educacionais. Após a leitura e análise dos artigos e documentos, os resultados obtidos foram de que o Ensino Médio tem se modificado ao longo dos anos, porém, segundo Krawczyk, essas alterações ocorrem de forma descontextualizadas com as demandas de adolescentes e jovens das parcelas mais pobres da população, não atendendo aos princípios básicos da democratização do ensino. Os documentos oficiais demonstram uma tendência a um ensino tecnicista. Essa excessiva "tecnificação" do Ensino Médio expressa uma tendência a asseguração de, no máximo, a educação básica à grande maioria da população, que é focada apenas na formação de trabalhadores. Sendo assim, Kuenzer aponta que a oferta de uma educação científico-tecnológico ficaria restrita a um pequeno número de educandos, de maneira hierarquizada. Para que a educação atenda a todas as parcelas da população, o Ensino Médio deveria conceber a formação integral do ser humano, enlaçando as diferentes dimensões da vida, o trabalho, a ciência e a cultura. No entanto, focar no trabalho como princípio básico formativo de uma escola não é o suficiente, visto que o papel das instituições de ensino seria, segundo Ciavatta e Ramos, o de preparar os jovens também em termos de maturidade, capacitação, criação intelectual e prática, assim como autonomia e iniciativa. Sendo assim, conclui-se que mudanças nessa modalidade de Ensino são extremamente necessárias, porém devem vir de acordo com as percepções e demandas de quem realmente está inserido no contexto escolar: alunos e professores.

Palavras chave: Ensino. Documentos oficiais. Publicações.

O ENSINO DE HISTÓRIA E A FORMAÇÃO DA AUTONOMIA: a construção coletiva do saber histórico na sala de aula

Filipe Pimenta Carota
COLÉGIO IDEAL

Estar diante de uma sala de aula, nos mais diversos contextos que se apresenta a educação nos dias atuais, frente aos desafios do ensino de História é refletir por que é importante aprender História? Para que serve a História? A ideia de senso comum não tem história relatada. Até mesmo, podemos definir que, o que chamaríamos de senso em nossos dias, poderia não ser, se quer comum, em outros tempos. Assim, dar um sentido a historiografia é uma necessidade que se percebe nas práticas pedagógicas do ensino de História. Partindo do ofício do historiador na atuação docente como professor especialista, considerando o trabalho com fontes, documentos históricos e a narrativa do processo historiográfico, o presente texto apresenta formas em que o ensino de História vem sendo apresentado, visando, sobretudo, a construção da autonomia discente. O saber histórico na sala de aula, em meio a emergência de uma economia globalizada, vinculou as práticas docentes utilizando o conhecimento histórico (em seu sentido epistemológico), tecnológico e cientifico. Diferente dos processos de ensino baseados na repetição de conceitos, cópias de texto, ou fixação de datas, o século XXI, tornou o professor especialista em um facilitador, e não mais, detentor do conhecimento. A metodologia de trabalho, buscou levantar um referencial teórico que fundamenta o presente texto fornecendo instrumentos que permitem utilizar uma análise de literatura como referencial das práticas apresentadas no ensino de história.Além do mais, um estudo de caso permite apresentar ferramentas utilizadas na prática escolar, aproximando os alunos do sentido da História e construindo o conhecimento histórico baseado em dois pilares: alunos autônomos e construção coletiva do saber.

Palavras chave: Ensino de História.Autonomia.Saber Histórico.

O ENSINO DE HISTÓRIA E O USO DE TECNOLOGIA NA SALA DE AULA

Felippe Araújo Barbosa da Silva
Alessandra Freitas Lopes Ferreira
Márcia Pereira da Silva
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O seguinte artigo tem como objetivo demonstrar o uso das tecnologias em sala de aula como forma de aprofundar o aprendizado e melhorar a relação do conteúdo com os discentes, inteirando as ferramentas que eles já convivem no cotidiano em prol do ensino de História. A disponibilidade de TVs e notebooks por parte da escola ou do docente têm grandes resultados, principalmente na inclusão de imagens, documentos, vídeos e filmes, o que resulta em uma apreensão do conteúdo muito maior do que em uma simples aula expositiva. Com esse uso nas aulas ministradas durante o projeto PIBID, em turmas de 6ºs anos na Escola Estadual Mário D'Elia, o rendimento foi satisfatório e os alunos possuíam maior interesse, refletindo-se no ambiente da sala e em suas avaliações, já que o uso de várias mídias aprofunda a aquisição de conhecimento histórico e torna a aula mais dinâmica. Esse arcabouço de imagens e filmes permite aos alunos ampliarem seu conhecimento e utilizar disso em outras atividades da matéria, o que garantia maior domínio sobre os assuntos e permitia uma nova gama de perspectivas sobre ela. Por fim, esse artigo sustenta o uso das novas tecnologias, principalmente o uso da TV Pendrive, sempre que possível pelos docentes para estimular seus alunos durante as aulas de História, entrando nas novas formas em um mundo cada vez mais virtual, usando dessas mudanças para o bom desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos e de suas respectivas funções executivas.

Palavras chave: Tecnologias em sala de aula.Ensino de História. Aquisição de conhecimento histórico.

O ENSINO DE MATEMÁTICA PARA CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

Letícia Ferreira Querino
Gabriela Helena dos Santos Marcelino
Silvia Regina Viel
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

Este trabalho tem como objetivo discutir as dificuldades de aprendizagem e o ensino de matemática, com foco nos alunos com necessidades educacionais especiais, mais especificadamente, os alunos com Transtorno do Espectro Autista – TEA. Para desenvolver o mencionado trabalho, iniciamos um estudo voltado para compreensão do referido transtorno, e também buscamos as leis que defendem a permanência do aluno com TEA no ensino regular. Posteriormente procuramos saber se os profissionais da área da educação estão preparados, e como se sentem em relação a esse público no desenvolvimento de sua atividade profissional. Em seguida coletamos informações sobre o processo de ensino-aprendizagem de matemática de maneira geral e também com foco nos alunos com TEA. Realizamos um estudo de caso, coletando dados através de entrevistas, para ter contato com a realidade escolar dessas crianças e informações de todos os envolvidos neste processo. Desta forma, construímos uma sequência didática utilizando jogos, isto é, uma metodologia alternativa, sobre o tema operações básicas de matemática com foco na operação de soma e subtração, baseada em métodos de ensino desenvolvidos especialmente para estes alunos. O mencionado trabalho foi desenvolvido com o intuito de contribuir com os professores de matemática e todos os envolvidos, que trabalham com alunos autistas.

Palavras chave: Autismo. Ensino-aprendizagem de Matemática. Educação. Metodologia. Transtorno do Espectro Autista.

O ENSINO DE POLÍTICA NAS ESCOLAS: a emancipação do jovem por meio da educação

Fernando Melo Gama Peres
Marcela Helena Petroni Pinca
Rita Aparecida de Cássia Biason
Lara Papesso
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

A persistência da negligência e da crítica à política nacional representa a contínua insipiência dos titulares da cidadania plena frente à estruturação do poder político no Brasil. A verificação da deficitária formação educacional básica no país implica diretamente o engendrar de eleitores e cidadãos inaptos a demandarem mudanças, visto que não são inseridos, de fato, no cenário político nacional. O intuito do presente trabalho é demonstrar como a inclusão do ensino da estrutura e sistema do poder político brasileiro no ensino médio pode apresentar como consequência a maior autonomia do jovem no exercício da cidadania. O cerne do projeto é incentivar o desenvolvimento de senso crítico dos alunos do ensino médio de escolas públicas. O projeto tem como foco a desvinculação dos conceitos de política e corrupção, regularmente aproximados devido à banalização da corrupção no cotidiano. Busca-se, ainda, que, ao instigar os jovens acerca do sistema no qual se inserem, os mesmos se tornam autônomos e aptos para protagonizarem o debate quanto à vida pública no país. O presente artigo será escrito, pautado em textos referentes à educação como ferramenta da emancipação e nos afazeres do grupo de extensão CEPC (Centro de Estudos e Pesquisas sobre Corrupção), o qual promove o estudo da sistemática da política e da corrupção no Brasil. Tal grupo de extensão, busca incitar o desenvolvimento do senso crítico de alunos de escolas públicas por meio da discussão de assuntos relacionados à política, sendo que o artigo terá como escopo a leitura de autores como Paulo Freire (2014), que buscam a construção do conhecimento como meio de se atingir a autonomia. Através da dialética entre os alunos voluntários do CEPC e alunos de ensino médio, busca-se estabelecer o conhecimento e interesse acerca da temática proposta pelo trabalho. O projeto não apresenta conclusões finais por ainda estar em andamento. Porém, no curso das aulas e discussões é possível notar a melhor assimilação e envolvimento dos jovens com assuntos relacionados à política, bem como tópicos intra-escolares, como os grêmios estudantis e conselhos de classe. Destarte, é nítido que a conscientização e

diálogo com os alunos acarretam a atenção e busca por soluções de problemas cotidianos aos quais estão submetidos. Logo, o comportamento engajado dos estudantes, após o contato com os membros do projeto, prenuncia um maior contato dos jovens com o cenário político nacional. A partir do elaborado acima, torna-se evidente que o alcance de conclusões concretas ainda não pode ser obtido, pois o projeto ainda encontra-se em andamento. No entanto, após o contato dos alunos de ensino médio com o conteúdo proposto, evidencia-se um maior engajamento dos jovens com assuntos ligados à temática. A criação do contato entre os alunos de graduação e de ensino médio abre precedente para que estes se sintam motivados a participarem ativamente das discussões concernentes à política nacional e temas centrais na administração pública de sua cidade, estado e país.

Palavras chave: Crítica à política nacional. Ensino da estrutura e sistema do poder político. Educação como ferramenta da emancipação.

O ENSINO-APRENDIZAGEM COM INTERFACE DO USO DA TECNOLOGIA ATRAVÉS DO ENSINO HÍBRIDO

Katiucia e Silva
Carmen Lúcia Tozzi Mendonça Conti
Danilo Candido Bulgo
Márcia Pereira Cabral
UNIVERSIDADE DE FRANCA

O presente trabalho objetiva analisar o contexto atual do processo de ensino-aprendizagem, através do uso da tecnologia na educação, como recurso facilitador. A metodologia utilizada é revisão bibliográfica, com fundamentação teórica em tecnologia na educação e ensino híbrido, conforme estudos de autores como Moran (2012) e Bacich (2015). A educação formal, está passando por profundas mudanças, diante das transformações sociais, que exigem um modelo curricular, baseado em competências cognitivas, pessoais e sociais, esta é observada através de uma evolução histórica de um ensino centrado no professor, para um ensino que tem como objetivo, possibilitar o aluno tornar- se agente responsável pela construção do saber, com uma formação integral, possível de desenvolvimento de competências e habilidades. Atualmente, o grande desafio da educação, é romper com método tradicional de ensino, e acompanhar de forma inovadora, as demandas sociais,

utilizando- se dos novos modelos e metodologias que contribuem para o processo ensino - aprendizagem. Dentre esses, pode-se citar o uso da tecnologia digital, que exerce um papel importante na prática pedagógica, pois possibilita uma aprendizagem colaborativa, com interações e comunicação sem limitações geográficas e novas formas de ensinar e aprender. E dentre as práticas, que contribuem para a uma educação inovadora, a tecnologia ganha destaque, pois contribui de forma efetiva nas novas formas de aprender e construir o conhecimento. Assim, deve-se levar em consideração, as necessidades das novas gerações, os chamados nativos digitais, em que tecnologia já faz parte do seu dia a dia, através de celulares, tablet, redes sociais, Smartphone, dentre outros. E é também desta forma, que a tecnologia está ganhando cada vez mais espaço, em ambientes educacionais, pois, já se sabe, que há diversas formas de aprendizagem, e diferente do que se pensava décadas atrás, a aquisição de conhecimento, pode sim, ocorrer de diversas formas. E diante do cenário atual, onde a tecnologia colabora para o processo de ensino aprendizagem, ainda é necessário avançar no que se refere a capacitação dos agentes envolvidos no processo, visando melhorias na qualidade do trabalho. E ao pensar em modelos que auxiliam no avanço da qualidade da tecnologia na educação, podemos considerar o ensino híbrido, que tem como proposta que aprendizagem ocorre em tempos e locais diversificados, através da associação de interações presenciais com o uso da tecnologia. Dessa forma, se faz essencial uma análise voltada a tais questões, refletindo sobre o ensino e sua interface com a tecnologia.

Palavras chave: Aprendizagem.Tecnologia.Ensino Híbrido

O ESTAGIÁRIO EM PSICOLOGIA ESCOLAR INSTITUCIONAL DO Uni-FACEF: grupo com alunos, assessoria ao professor e à equipe técnica administrativa como espaços de transformação da instituição escolar.

Sandra Magali Junqueira
Ana Gabriela Rosa de Andrade Asevedo*****
Daniela de Figueiredo Ribeiro
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

Serão apresentados os resultados de um estágio em Psicologia Escolar, cujo objetivo foi desenvolver uma ação profissional em prol do processo educativo, envolvendo os diversos atores da dinâmica institucional, estabelecendo relações

com professores, equipe técnica-administrativa e alunos. Os objetivos específicos deram destaque à importância de analisar a realidade escolar em seu complexo de relações cotidianas, além de sua inserção em um contexto macrossocial. Buscou-se promover o debate junto aos integrantes da instituição e facilitar que estes se assumissem como sujeitos do processo educacional, intervindo na realidade escolar a partir de reflexões coletivas acerca das dificuldades vividas nos processos de ensino-aprendizagem. Foram observados aspectos afetivos, cognitivos, sociais e relacionais, além da flexibilização dos discursos cristalizados, que muitas vezes obstaculizam a busca por soluções criativas de problemas. Ainda buscou-se promover um espaço diferenciado de auto-conhecimento e aprendizagem a alunos que apresentassem algum tipo de dificuldade escolar e abrir um espaço de diálogo com a comunidade, a fim de conhecer as especificidades da população atendida pela escola, promovendo reflexões acerca da realidade vivida. As intervenções foram definidas com a equipe técnica da escola em uma reunião para este objetivo, cuja prioridade culminou em dar continuidade a grupos de alunos acompanhados por alunas-estagiárias de outros anos. Além disso, emergiu a necessidade de uma assessoria escolar aos professores que manifestassem interesse em experienciar uma escuta em relação às suas dificuldades cotidianas. O trabalho com os professores se deu através de uma entrevista inicial, observação em sala de aula e reunião posterior com o professor assessorado. Finalmente, ocorreu um trabalho direcionado à equipe técnico-administrativo-pedagógica em forma de plantão institucional que visou identificar os focos de transformação em andamento. Foram propostas reuniões com as técnicas escolares, buscando entender como se dá o pensamento dos líderes escolares ali presentes e acreditando na oportunidade de se pensar estratégias, em conjunto e formação de alianças. O estágio concluiu-se em meio a várias descobertas que resultaram em reflexões sobre os avanços no trabalho da psicologia escolar realizado na escola. A psicologia escolar institucional age nas possíveis transformações das relações existentes na escola, porém faz-se necessário um movimento de descristalização das ideias e modos de pensar existentes no sistema de educação vigente.

Palavras chave: estágio. psicologia escolar institucional. grupo com alunos. assessoria ao professor. equipe técnica-administrativa

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

O LEÃO E A FEITICEIRA DENTRO DO GUARDA-ROUPA: ADOLESCENTES E SUAS CONCEPÇÕES SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO

José Francisco Bertolo
Ana Paula Leivar Brancaleoni
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Com a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), determinaram-se diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. As metas foram distribuídas em quatro eixos a serem atingidas no intervalo de 2014 a 2024. No entanto, chama a atenção o fato de a discussão sobre diversidade sexual e de gênero ser deixada de fora do grupo de metas referente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade. Falas contrárias à diversidade foram propagadas à exaustão e ganharam impulso graças a uma ala conservadora do Congresso Nacional que difundiu informações equivocadas, velhos e novos preconceitos, desconhecimento cultural. A diversidade sexual e de gênero foi empurrada para dentro do guarda-roupa. Todavia, o debate em torno dessa pluralidade acabou chegando às escolas, um ambiente propício à presença da diversidade e, historicamente, um espaço de reprodução de preconceitos e discriminação. Ainda que não garantida pelo PNE, faz-se necessário abordar o assunto com os alunos, sem soar dogmático, moralista ou excessivamente pedagógico. Contudo, antes de qualquer proposta, é preciso investigar quais são as concepções prévias dos alunos acerca da diversidade sexual e de gênero. O presente trabalho busca analisar as concepções de um grupo de adolescentes do 9º ano sobre diversidade sexual e de gênero, assim como sobre o preconceito em relação ao diverso. Adotou-se uma abordagem qualitativa, de cunho cartográfico, tendo como instrumentos de coleta de dados a observação participante, sistematicamente registrada em diário de bordo, assim como a análise de uma crônica produzida pelos alunos, que deveria versar sobre suas compreensões acerca da diversidade sexual e de gênero. A partir do problema motivador, que são as concepções prévias sobre a diversidade sexual e de gênero, e com base no diário de bordo, nas produções textuais e nos processos de aplicação da trajetória metodológica, é que a análise cartográfica dos dados ocorreu. Nessa análise dos processos, buscou-se compreender como os pensamentos dos alunos contribuem para um entendimento maior acerca das identidades sexuais e de gênero, para

então pensar em promover o respeito a elas. Constata-se que a discussão e reflexão sobre diversidade sexual e de gênero não são presentes em seus cotidianos, o que inclui a escola. Nas situações promovidas por este estudo, em que foram convidados a refletir sobre essas questões, têm-se um grupo de alunos que, em suas produções e colocações, traz afirmações de que não sabem sobre os temas; outro grupo que apresenta concepções marcadas por preconceitos em relação aos que rompem com a heteronormatividade e pautadas no binarismo de gênero; e, por fim, o menor grupo que problematiza as concepções binárias, heteronormativas e ressalta a importância do respeito ao diverso. Assim, destaca-se a importância das promoções de espaços no cotidiano escolar de discussão e problematização da sexualidade e do gênero, com vista ao rompimento com concepções intimamente ligadas a preconceitos e estereótipos.

Palavras chave: Diversidade sexual e de gênero. Produção textual. Escola.

O MATERIAL DIDÁTICO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO NA EXPERIÊNCIA DO BOLSISTA ID

Fernando Falasco Martho*****
Genaro Alvarenga Fonseca
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Tendo como base a realidade das práticas do Bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID-História) na sala de aula sob a supervisão de uma professora da escola, o trabalho busca expor como se dá a presença e o peso do Material Didático Oficial do Estado de São Paulo (o Caderno do Aluno) nas experiências do cotidiano de ensino. Acredita-se que as atividades de iniciação à docência devem não só aprimorar a bagagem do formando em licenciatura, mas também agregar positivamente à experiência do educando, levando às escolas práticas diferenciadas pensadas de forma modernizante para o público. Investiga-se assim a efetividade do Material na execução das aulas e atividades programadas pelos bolsistas e a correspondência das mesmas na organização sugerida pelo Material. Por ter a finalidade de aprofundar-se e minuciar todos os processos que envolvem o estudante em Iniciação à Docência na disciplina História e o Caderno do Aluno, o Trabalho também influi em outros tópicos de circunstâncias preliminares: o

preparo e programação das exposições e dos trabalhos, superando os limites da sala de aula para demarcar como o Material Didático Oficial é explorado nessas atividades e o processo dialético de adequação da aula entre o programado pelo material e o idealizado pelo docente. As fontes utilizadas para a pesquisa são compostas pelos relatórios de atividade do PIBID executados pelos bolsistas, que demarcam os recursos utilizados para a elaboração das ideias praticadas em sala de aula – bem como a metodologia empregada - e também pelo relatado por membros envolvidos no Programa, seja na condição de bolsista, voluntário ou professor supervisor. Tais fontes demonstram a opção que fazem os bolsistas por promover aulas criativas, instigando a curiosidade e estimulando o debate aberto em sala, fazendo-a progredir no curso de História em arranjos que lidam com as peculiaridades de cada turma e estudante, com critérios diferentes da separação ano/série escolar. Verifica-se, portanto, que as contribuições dos estudantes no PIBID levam o Caderno do Aluno como condutor no planejamento da aula, sendo este manifestação do Currículo do Estado de São Paulo, embora seja possível observar que a ampla maioria das aulas ministradas pelos bolsistas não faz uso ou menção direta aos conteúdos do Material.

Palavras chave: Iniciação à docência, prática pedagógica, livros didáticos, Caderno do Aluno.

* Bolsista PIBID (outras IES)

O OLHAR DA GESTÃO ESCOLAR NO ÂMBITO DA SEXUALIDADE DOS ALUNOS

Aurélia Garcia Gomes
Ana Luiza Cruz Abramovicius
Barbara de Freitas do Amaral
Maria José de Oliveira Lima
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

A gestão escolar tem o conceito de superar a limitação a descontextualização e construir de forma conjunta o desenvolvimento de ações articuladas e mais consistentes. De forma participativa ela se associa as responsabilidades na tomada de decisões entre diversos segmentos de autoridades no sistema escolar. A sexualidade permite fazer referência ao conjunto das condições anatômicas, fisiológicas e psicológicas que caracterizam cada sexo, para tanto é necessário um

olhar atencioso e crítico para lidar com assunto na escola. Fazendo parte da gestão escolar uma pauta que deve criar espaços para desenvolver ações educativas na escola, por se perceber uma ausência da temática da sexualidade na escola é que se faz indispensável mais formação aos profissionais que estão lidando com um público tão ansioso de informação quando o assunto é sexualidade. Os sujeitos envolvidos no processo educacional desperta curiosidades nos temas de orientação sexual, transversais propostos pelos parâmetros curriculares nacionais, lançados em 1998. Assim é necessário que este profissional seja capacitado para assumir tal cargo, por isso o profissional escolar configura uma peça indispensável para a exposição do assunto na escola. Assim é necessário que este profissional seja capacitado para assumir tal cargo, por isso o profissional escolar configura uma peça indispensável para a exposição do assunto na escola.

Palavras chave: Gestão escolar. Orientação sexual. Escola Pública.

O PAPEL DAS INSTITUIÇÕES DE ACOLHIMENTO E DE RECLUSÃO NO DESENVOLVIMENTO REGIONAL NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: o exemplo do Hospital Allan Kardec

Márcia Pereira da Silva*****
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O trabalho insere-se no contexto do crescimento das instituições de acolhimento e de reclusão dos menos favorecidos, incluindo os tidos como loucos e não acomodados aos papéis sociais vigentes, incentivadas pelo Estado brasileiro do início do século XX, tendo em vista as concepções de desenvolvimento ligadas às ideias de higienismo e civilização. A investigação toma como objeto o atual Hospital Allan Kardec, situado na cidade de Franca (SP), nas suas primeiras décadas de funcionamento, para analisar, em que medida, ele serviu às pretensões oficias de limpeza social. Por meio da análise de documentos da instituição, de jornais locais e de entrevistas já publicadas, discutimos a hipótese de que essa instituição afastou-se dos modelos até então dominantes do tratamento aos loucos e demais indesejados, em nome da ideologia e/ou religião em torno da qual ela foi criada. Ao mesmo tempo, a elite local esperava que a então Casa de Saúde Allan Kardec cumprisse o papel de retirar do convívio social andarilhos, imigrantes pobres e desempregados, mendigos, bêbados, prostitutas e inúmeras minorias que compunham a diversidade da tessitura social do município que crescia. Assim, o

texto apresenta as inúmeras vozes que informam a história desse Hospital na primeira metade do século XX

Palavras chave: Acolhimento; Reclusão; Atendimento Hospitalar

* Bolsista PIBID (outras IES)

O PAPEL DO GESTOR NA CONSTRUÇÃO DA MORALIDADE NA ESCOLA: PESQUISA DE TIPO ETNOGRÁFICO

Marina Novaes de Senne
Leonardo Teixeira Gomes
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

A presente pesquisa tem como objetivo pensar em que medida os gestores contribuem para a construção de valores morais na escola. É importante pontuar que nossas análises não são conclusivas, todavia desejam repensar o campo da educação moral. Para tanto, utilizamos a pesquisa de tipo etnográfico como estratégia metodológica para trazer para mais perto nosso objeto de estudo. Nos apoiamos na observação participante e nas entrevistas como maneira de nos aproximarmos e interpretarmos melhor o papel dos gestores. Utilizamos caminhos traçados por Woods (1989) para a análise e categorização dos dados. A partir das estratégias do autor, buscamos esboçar um modelo como possibilidade de pensar o trabalho dos gestores na construção dos valores morais. Percebemos um papel decisivo dos gestores no desenvolvimento de personalidades morais autônomas, no contexto escolar. Aferimos, em nossa revisão bibliográfica e em nossa pesquisa de campo, a relevância da figura dos gestores na valorização da moralidade no cotidiano da escola. Os gestores têm um papel primordial em colocar a formação moral como um pilar da educação contemporânea. Nossa observação e entrevistas nos levaram a perceber que para aquela instituição o papel dos gestores foi primordial para a construção e tentativa de construção de valores morais. Isso nos despertou o quanto é significativa a atuação dos gestores para construir os valores desejados. A educação moral ocorre em meio a reflexões éticas, estéticas, didáticas e políticas e, nesse sentido, o papel do gestor é tão pontual. A educação moral depende de um desenho tão particular de instituição que é difícil imaginar que uma escola que se estruture em uma administração democrática, mas não ética, consiga mergulhar na construção de valores, por exemplo. Uma escola preocupada em

desenvolver uma educação moral deve, necessariamente, refletir sobre o seu papel nas distintas esferas. Buscamos focar na contribuição dos gestores em cada um desses aspectos para assim esboçar a criação de um modelo possível.

Palavras chave: Gestão escolar -Moralidade- Autonomia- Etnografia

O PIBID EM QUESTÃO: análise conjuntural do programa na UNESP/Campus Franca e seus desdobramentos no processo de formação profissional do professor

Bruno Batista Gomes
Andréia Aparecida Branquinho Carvalho
Genaro Alvarenga Fonseca
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Criado em 2007 pelo Ministério da Educação e de iniciativa da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior), o PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência) tem como objetivos a promoção do magistério, valorização e elevação da qualidade da formação inicial dos professores no Brasil. Entretanto, ao observar o desenvolvimento das atividades do programa na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/UNESP – Campus Franca, observa-se que o projeto possui uma função muito mais ampla do que as citadas anteriormente. Sendo assim, o presente trabalho tem como proposta levantar a discussão sobre o papel do PIBID na carreira do professor, abarcando pontos que vão da formação inicial ao processo de formação contínua. Leva-se em consideração nesse trabalho que a vida do magistério possui diversas fases e, desse modo, o programa atua de diferentes formas em cada uma dessas etapas ao desenvolver um ambiente contínuo de trocas de experiências, aprendizagem e conhecimento da vida docente, seja a partir de eventos ou da relação entre bolsista e professor supervisor. Dessa forma, entende-se que o papel do programa transcende os objetivos para o qual foi criado e transforma-se em um dos principais programas de formação profissional do professor, considerando sua amplitude e capacidade de unir pontos como formação inicial e continuada, ambiente escolar e universitário.

Palavras chave: PIBID e sua função social. Carreira do Professor. Ambiente de trabalho do professor.

O PRECONCEITO DE GÊNERO E A HISTÓRIA DAS MULHERES NA MATEMÁTICA

Camila Gonçalves Garcia
João Carlos Vieira Sampaio
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

A presente pesquisa tem como objetivo estudar a história do preconceito de gênero na educação para a matemática. Analisou-se a trajetória de algumas das mulheres que se destacaram ao longo da história da matemática. Trata-se de um trabalho sobre algumas das mais brilhantes estudiosas da ciência matemática e de sua superação da discriminação e do preconceito. Para alcançar esses objetivos foi feita uma rápida retomada da conjuntura dos estudos sobre a história da matemática, por meio da revisão da literatura que trata da temática. Em seguida foi analisada a trajetória de algumas das mais brilhantes figuras femininas da ciência matemática que enfrentaram e venceram situações de preconceito de gênero, com especial atenção para: a francesa Sophie Germain cujos trabalhos destacam-se na área da Teoria dos números e teoria da elasticidade dos materiais, a britânica Ada Lovelace, primeira programadora da história, Emmy Noether classificada por Albert Einstein como um gênio matemático mais criativo que já existiu e as ‘’computadores humanos’’ da NASA Katherine Johnson, Mary Jackson e Dorothy Vaughan . Essa pesquisa permitiu observar que apesar dos avanços promovidos em relação à formação das mulheres, bem como a sua inserção na ciência matemática, esse ainda é um campo de muita disputa e disparidades entre os sexos.

Palavras chave: Preconceito de gênero.Educação para a matemática. Formação das mulheres

O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL NA ATUALIDADE

Renata Maria Pontes Cabral de Medeiros
Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE ITUVERAVA

O presente trabalho tem como objetivo discutir o perfil esperado do docente de educação infantil na atualidade, compreendido como um conjunto de habilidades, atitudes, valores e comportamentos, inerentes ao ser professor para atuar no mundo globalizado. De maneira específica pretende-se discorrer sobre a trajetória do

profissional de educação infantil, fazer uma síntese histórica da evolução da profissão docente, perpassando pelo ensino na colônia, o ensino Normal (a feminização e desvalorização do Magistério), o docente da educação infantil, até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996. Em seguida, foi feito enfocando a profissionalização e profissionalidade docente, com a finalidade de entender o processo de formação docente; ancoradas na teoria de Perrenoud (2011), Nóvoa (1992), Sacristán (1991), Barbosa e Trois (2002), Oliveira-Formosinho (2002), entre outros autores que em seus estudos expressam a preocupação com a formação específica para o profissional docente. Por fim, será abordado o contexto da Educação Infantil em tempos de globalização, bem como a postura do profissional docente em tempos atuais, dando destaque à necessidade de reconhecimento do caráter educativo das creches e pré-escolas. Isso significa que, as creches e as escolas de educação infantil, enquanto espaços de educação de qualidade devem estar compromissadas com os direitos fundamentais das crianças garantindo a promoção da cidadania. O método escolhido para o desenvolvimento deste trabalho foi o dedutivo-bibliográfico sendo a pesquisa bibliográfica de caráter teórico-descritiva, desenvolvida por meio do levantamento, da seleção e da análise do material publicado a respeito do tema.

Palavras chave: Educação Infantil. Profissionalização. Profissionalidade. Globalização.

O PROFESSOR E A POLITICA EDUCACIONAL BRASILEIRA

Jorge Luis Silvério de Lima*****
Ana Maria Ribeiro Tanajura Jabur
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE ITUVERAVA

A situação do professor no ensino público no Brasil está em níveis críticos. Os baixos salários, jornadas duplas e até mesmo triplas, falta de infraestrutura nas escolas e desvalorização por parte da sociedade, torna cada vez mais desafiadora a execução das atribuições desse profissional: contribuir em conjunto com o Estado e a família para a formação do cidadão. Considerando a fundamental importância dessa profissão, demonstra-se que uma maior valorização monetária e social é essencial para a melhora do ensino público. A sociedade tem uma visão errada da profissão professor. Ele não tem por dever e muito menos condições de educar uma

criança sozinha. Com o objetivo de mostrar que o professor pode mudar a qualidade do ensino, se utiliza como exemplo a experiência de campo dos autores com o programa PIBID, Programa institucional de bolsa de iniciação à docência, bem como dados estatísticos sobre a educação brasileira e autores que discutem o tema em suas publicações.Tem-se também como foco, mostrar que a sociedade tem uma visão errada das responsabilidades dessa profissão. Para atingir essa meta, buscaram-se dados estatísticos sobre a educação brasileira e autores que discutiram o tema em suas publicações. Exemplificam-se também programas voltados à educação, como o PIBID

Palavras chave: Educação. professor. valorização. Pibid

* Bolsista PIBID (outras IES)

O PROGRAMA JOVEM APRENDIZ COMO FORMA DE INSERÇÃO DA JUVENTUDE NO MUNDO DO TRABALHO

Isabela Cintra Moherdaui
Viviane Tôgo Nakao
Berenice Bolzani
UNIVERSIDADE DE FRANCA

O presente artigo tem como objetivo apresentar o Programa de Aprendizagem da Escola de Aprendizagem e Cidadania (ESAC) como uma política pública para a inclusão de jovens no mercado de trabalho e demonstrar como os prepara para o futuro profissional. O trabalho pode ser entendido como forma do ser humano se inserir na sociedade e contribuir para a transformação do mesmo. Pela importância do assunto na vida dos cidadãos, o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo exigindo que o trabalhador esteja mais preparado para a contratação. O requisito de experiência ressalta a dificuldade dos jovens em se inserir nesta competição, para garantir o seu primeiro emprego. Outros agravantes são as particularidades dos adolescentes que precisam ser atendidas através de um contrato especial, assegurados através da criação da política pública de inserção dos jovens no mundo do trabalho. Uma destas políticas é a Lei da Aprendizagem, nº 10.097/2000, que possibilita a contratação de jovens aprendizes a partir das cotas determinadas e executadas pelas entidades formadoras através do Programa de Aprendizagem. A ESAC representa uma Associação Social que atende este programa, possuindo público alvo os jovens em situação de vulnerabilidade. A

pesquisa foi realizada com cinco jovens egressos do Programa de Aprendizagem da Escola de Aprendizagem e Cidadania (ESAC). Foram realizadas entrevistas semiestruturada com cinco questões acerca da experiência do Programa de Aprendizagem. A análise dos resultados foi realizada pela Análise de Conteúdo de Bardin. Os resultados encontrados foram que o Programa de Aprendizagem oferecido pela instituição inclui e prepara de modo efetivo os jovens egressos, conforme indicado pelos entrevistados, superando o propósito esperado da Lei da Aprendizagem, que é a inserção no primeiro emprego, pois os mesmos buscaram complementos de aprendizado, experiências, perspectiva de futuro e melhores habilidades interpessoais e intrapessoais. Finalmente, conclui-se que a entidade do presente estudo auxilia na cidadania.

Palavras chave: ESAC.Jovens.Lei da Aprendizagem.Mundo do trabalho.Políticas Públicas.

O PROGRAMA NACIONAL BIBLIOTECA NA ESCOLA PARA PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO MÉDIO

Marina Melo Cintra*****
Carlos Eduardo Stante Gomes
MEMBRO DA COMUNIDADE

O presente estudo objetiva investigar a obtenção de livros pedagógicos pelo Programa Nacional Biblioteca na Escola (PNBE) para professores de Educação Física do ensino médio. O PNBE foi criado em 1997 pelo governo federal, com o intuito de distribuir livros para todos os discentes matriculados nas escolas públicas cadastradas no senso escolar. Somente no ano de 2011, que o referido programa, passou a distribuir obras também para os docentes da rede pública de ensino. Para estes, a extensão do programa foi profícua pois ensinar exige pesquisa, criticidade e rigorosidade metódica. Estando os livros disponíveis no interior das escolas que lecionam, essas exigências se tornam mais plausíveis de serem realizadas. Como política pública educacional, o PNBE é hoje, o maior programa governamental de distribuição de livros nas bibliotecas de todo país. A pesquisa possui caráter qualitativo, sendo realizada por meio de análise documental no site do Ministério da Educação, que disponibiliza de modo online, todos os dados e planilhas dos livros comprados para os professores. Os dados foram distribuídos em uma planilha no

Microsoft Excel 2010, como forma de leitura e acompanhamento. Obtivemos em nossos resultados, oito títulos de livros pedagógicos comprados pelo programa para professores de Educação Física. Analisando cada um deles, constatamos que somente dois são específicos para o ensino médio, os outros destinavam a educação básica geral. Notamos assim, a necessidade de maiores investimentos em livros pedagógicos específicos para o ensino médio, para que os docentes tenham um respaldo maior ao mediarem conhecimentos para discentes desse ciclo de ensino.

Palavras chave: PNBE. Professores. Políticas Públicas.

* Bolsista PIBIC/CNPq

O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO E A LEI AFIRMATIVA 10.639/03

Manoel Ayusso Martins*****
Vânia de Fatima Martino
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Este trabalho tem como enfoque a Lei 10.639/03 e sua relação direta com um conjunto de ações afirmativas voltadas à população negra, entre elas o incremento do debate na educação básica acerca das relações étnico-raciais, através da valorização da história e cultura afro-brasileira e africana e do combate à discriminação racial. Na sequência da aprovação da Lei houve a necessidade de um “aparelhamento” oficial que consolidasse as diferentes ações de reparação, traduzidas principalmente em documentos oficiais, que materilizassem os principais compromissos estabelecidos por ela, tornando-os exequíveis. Um destes é a revisão de curriculos e dos conteúdos dos livros didáticos de História utilizados em salas de aulas do ensino básico público. Busca-se analisar qual o papel do Programa Nacional do Livro Didático enquanto política pública regulamentadora, responsável pela produção e distribuição deste material no ensino básico público, frente parte dos compromissos propostos pela Lei 10.639/03. Este é o questionamento que permeia o artigo em questão. Neste sentido, seu objetivo é estabelecer um diálogo entre a necessidade de revisão de conteúdos curriculares presentes nos livros didáticos de História e o papel do Programa Nacional do Livro Didático neste processo. Para tal, serão utilizados autores como Circe Bittencourt, Maria Encarnação Beltrão Sposito e Kabengele Munanga.

Palavras chave: PNLD, Lei 10.639/03, Ensino de História

* Bolsista PIBID (outras IES)

O PROJETO PIBID NA ESCOLA PÚBLICA DE FRANCA

Vanessa Moscardini de Oliveira Junqueira Villela**
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO

Este trabalho apresenta o projeto PIBID no cotidiano escolar da escola pública do Estado de São Paulo Carmem Munhoz Coelho, cujo perfil difere-se um pouco de outras escolas públicas estaduais. Isso ocorre porque esta escola insere-se em diferentes projetos propostos pela Secretaria da Educação de São Paulo. Destacamos a presença de uma classe especial, ou seja, espaço especialmente constituído para alunos da educação especial (Deficiente Intelectual, Dediciente Auditivo, Deficiente Visual e Deficiente Físico); uma sala de recuperação intensiva (6º ano C do Ensino Fundamental), uma sala de leitura; pólo de Franca de alunos da zona rural e quatro turmas inseridos no PIBID (6 ano A e C; 8 ano A e 9 ano A). As experiências dos alunos da escola, juntamente com os estagiários do PIBID, estão sendo enriquecedoras para ambas as partes. São realizadas diferentes atividades em conjunto, cujo produto final é a criação de uma história em quadrinhos e um Jornal pelos alunos da escola. Para a produção das histórias em quadrinhos durante o ano letivo de 2017 foi necessária a escolha de um tema presente no currículo escolar do Estado de São Paulo juntamente com orientações da Nova História de Jacques Le Goff. Podemos considerar a importância da troca de experiência entre professor, estagiários e alunos na construção do conhecimento histórico.

Palavras chave: PIBID. ESCOLA. PÚBLICA. FRANCA. DEFICIENTE. ESTAGIÁRIOS.

* Bolsista PIBID (outras IES)

O SUJEITO EM PAULO FREIRE: concepção e análise das obras pedagogia do oprimido, pedagogia da esperança e pedagogia da autonomia

Larissa Marcela Marini**
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Vivemos um período bastante crítico no atual contexto educacional brasileiro, em que o modelo de ensino até pouco tempo vigente, que afirmava a escola enquanto

única fonte responsável pela difusão do conhecimento sistematizado, sofreu a denúncia de sua inoperância, por meio dos altos índices de não aprendizagem das crianças, jovens e adultos. Diante disso, torna-se necessário reconhecermos que esse novo contexto globalizado da Sociedade da Informação exige que a escola se transforme, na busca da superação do modelo hierarquizante vigente até então (BRAGA; GABASSA; MELLO, 2012). As referidas condições, desfavorecem o estabelecimento de relações democráticas nas escolas e também dificultam o reconhecimento de qual concepção de sujeito consideramos no decorrer do processo educativo. Nesse sentido, a reflexão sobre esse sujeito no ambiente escolar, torna-se ponto de partida fundamental para a ação educativa, já que cada escolha epistemológica corresponderá a uma forma de compreender a ação e participação dos indivíduos nesse processo. E, por esse motivo, Paulo Freire (2014) a partir de suas inúmeras contribuições à prática educativa, nos fortalece contra essa forte tendência atual à instituição de uma educação menos crítica. Neste sentido, considerando a notoriedade nacional e internacional de Paulo Freire, esta pesquisa propõe o estudo aprofundado da concepção de sujeito em uma abordagem freireana, a partir da análise de três obras produzidas em períodos históricos diferentes. Os critérios para seleção das obras se restringiram na relevância das mesmas, além do período histórico de cada produção, sendo definidas: Pedagogia do Oprimido (1968), Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido (1992) e Pedagogia da Autonomia (1996). Ante essas informações apresentadas, este projeto apresenta como questão principal: Como a concepção de sujeito é construída por Paulo Freire a partir do estudo de três obras produzidas em períodos diferentes de sua trajetória? A pergunta sustenta-se na hipótese de que Paulo Freire, apesar de apresentar influências de diferentes correntes filosóficas em seu pensamento como por exemplo, o marxismo e a fenomenologia, constrói uma concepção de sujeito específica em sua pedagogia, que sofre alterações de acordo com os momentos históricos de sua produção. Desta maneira, delineia-se como objetivo geral: Identificar as mudanças ocorridas na concepção de sujeito construída pelo autor a partir do estudo das obras, visto que o contexto social e histórico são elementos importantes à produção freireana. No que concerne a metodologia, pretende-se utilizar inicialmente a Pesquisa Bibliográfica, com base na descrição de Salvador (1978) e Lima e Mioto (2007). Em um segundo momento, como método de análise dos dados coletados na pesquisa bibliográfica, será necessário recorrer à

metodologia “Análise de Conteúdo”, desenvolvida no livro de Bardin (2016). De forma geral, as fases contemplam: leitura rigorosa das obras; investigação das soluções (seleção dos trechos que contenham o conceito de sujeito); análise dos trechos; categorização (agrupamento dos trechos em quadros por temas); elaboração das sínteses integradoras. Por fim, espera-se contribuir com este estudo para a orientação de práticas educativas mais democráticas, que considerem os educandos enquanto sujeitos do processo, vale ressaltar que a pesquisa encontra-se no início.

Palavras chave: Pedagoria do oprimido.Pedagogia da esperança.Pedagogia da autonomia

* Bolsista CAPES

O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL: ENTRE OS SISTEMAS NORMATIVOS E A CULTURA ORGANIZACIONAL

Camila Museti Bezerra*****
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

No presente artigo serão abordadas questões sobre o trabalho infantil na ótica da cultura organizacional e seus valores, buscando-se analisar os conceitos dos institutos, como eles se entrelaçam, apontar os problemas, verificar se é possível a mudança de valores organizacionais e seus paradigmas caso não estejam de acordo com as legislações atinentes à temática do trabalho infantil, mas também possíveis soluções para a erradicação do fenômeno, demonstrando o quanto crianças e adolescentes, que ingressam cada vez mais cedo no mercado de trabalho, sem que se observe as proteções legais existentes, sofrem diretamente prejuízos em seu desenvolvimento humano e possuem seus direitos fundamentais violados e que qualquer organização, instituição, grupo, ou indivíduo que fomenta tal prática de qualquer jeito, sem observar as legislações protetivas pertinentes, estão com valores completamente destorcidos dentro daquela determinada cultura ora implantada.. A criança e/ou adolescente possuem o direito à educação, lazer, formação pessoal digna, sendo estes uma tarefa em conjunto da sociedade, da família, dos órgãos públicos, e do Estado. Para que se ingresse no mercado de trabalho essa criança ou adolescente necessita de condições especiais para tal, garantidas por lei, na preservação da sua integridade física e psicológica e a cultura

organizacional presente em cada ambiente deve promover sempre a busca por tais valores e viabilizar um trabalho infanto-juvenil condigno com a legislação pertinente para o caso.

Palavras chave: trabalho, infantil, cultura, valores, direitos

* Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional do Uni-FACEF Centro Universitário de Franca

O TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: produção do conhecimento nos Programas de Pós-Graduação em Serviço Social da região sudeste

Mireille Alves Gazoto
Eliana Bolorino Canteiro Martins
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O presente artigo encontra-se na linha de discussão sobre a assistência estudantil e como elemento chave o trabalho do(a) assistente social tendo como parâmetro o documento: “Subsídios para a atuação dos(as) assistentes sociais na política de educação” (CFESS, 2013). Trata-se de um levantamento prévio que subsidiará a tese de doutorado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UNESP/Campus de Franca (SP) tendo como objeto de estudo essa temática. Para elaboração deste artigo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica sobre o tema assistência estudantil buscando nas publicações das dissertações e teses defendidas no período: 2010/2015 nos 08 (oito) Programas de Pós-Graduações em Serviço Social das Universidades Públicas da região Sudeste e que tenham como foco do estudo o trabalho do assistente social nas universidades públicas federais e nos institutos federais tecnológicos que materializam a Política Nacional de Assistência Estudantil (Decreto nº. 7234 de 2010). O presente artigo encontra-se na linha de discussão sobre a assistência estudantil e como elemento chave o trabalho do(a) assistente social tendo como parâmetro o documento: “Subsídios para a atuação dos(as) assistentes sociais na política de educação” (CFESS, 2013). Trata-se de um levantamento prévio que subsidiará a tese de doutorado que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/UNESP/Campus de Franca (SP) tendo como objeto de estudo essa temática. Para elaboração deste artigo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica sobre o tema assistência estudantil

buscando nas publicações das dissertações e teses defendidas no período: 2010/2015 nos 08 (oito) Programas de Pós-Graduações em Serviço Social das Universidades Públicas da região Sudeste e que tenham como foco do estudo o trabalho do assistente social nas universidades públicas federais e nos institutos federais tecnológicos que materializam a Política Nacional de Assistência Estudantil (Decreto nº. 7234 de 2010).

Palavras chave: Assistência Estudantil. Programas de Pós-Graduação.

O TRABALHO DO PSICÓLOGO NO PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO DE ALUNOS DO ENSINO FUNDAMENTAL: uma experiência de estágio supervisionado

Vinicius Eduardo Martino Fonseca
Luiz Carlos Avelino Silva
UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Nossa proposta tem como objeto de reflexão uma experiência de atuação do psicólogo em formação no ambiente escolar, em específico nas atividades de Estágio Supervisionado em Psicologia Escolar na ESEBA (Colégio de Aplicação - Escola de Educação Básica da Universidade Federal de Uberlândia/MG). A ESEBA se constitui em uma unidade especial de ensino da UFU de Educação Infantil e Ensino Fundamental, além de espaço significativo de projetos de estágio da Universidade. Nossa experiência de Estágio escolar, enquanto aluno da graduação em psicologia deu-se neste espaço, em específico atuando como mediador no grupo de apoio a alunos que apresentavam dificuldade de socialização, pertencentes aos anos finais do Ensino Fundamental. Entende-se por dificuldade de socialização alunos que apresentavam sinais de isolamento, pouco contato com os colegas e professores, ou em caso mais extremos, vitimas de bulling. As atividades previstas e desenvolvidas pelo grupo, no decorrer do semestre, dividiram-se em encontros semanais às quintas-feiras pelo período de dois meses. Para a construção das ações, o grupo valeu-se de estudos e discussões no campo da psicologia histórico-cultural que abarcassem as dificuldades trazidas. Nestes encontros, com duração média de duas horas, os alunos atendidos realizaram atividades de: prática teatral e ludicidade; rodas de conversa; exercícios corporais de relaxamento; e reflexão e percepção de sentidos, sempre com foco nas dificuldades detectadas pela

coordenadora do grupo e pelos estagiários do projeto. Ao final do projeto pode-se observar que os alunos atendidos melhoraram seu vínculo, enquanto grupo, estabelecendo relações de amizade e colaboração, anteriormente não existentes, bem como de ampliação de relações de socialização.

Palavras chave: Socialização de alunos. Ludicidade. Estagio Supervisionado.

O USO DO INSTAGRAM NAS AULAS DE LÍNGUA ESPANHOLA: ressignificando o cartão postal sob a luz da complexidade

Priscila Penna Ferreira Coelho*****
Roberta Penna Ferreira Tonhati
FACULDADE PESTALOZZI

Os gêneros textuais são reconhecidos como fundamental na interação sóciocomunicativa e, em vista disso, passaram a nortear o ensino da língua. Uma vez o aluno (falante) se tornar conhecedor da diversidade de gêneros discursivos existentes nas diversas esferas sociais, o falante discursivamente competente pode transitar de uma instituição a outra, de uma esfera a outra, participar ativamente das práticas sociais. Atualmente, o desafio de tornar nossas aulas mais instigantes e interessantes, nos faz a recorrer, descobrir e redescobrir diversas metodologias e ferramentas para que utilizemos em nossas aulas, sempre com o intuito do aluno realmente construir conhecimento. O objetivo desta pesquisa é descrever e interpretar o ensino-aprendizagem da língua espanhola, como fenômeno da experiência humana através de um projeto que foi desenvolvido nas aulas de língua espanhola para estudantes do 2° ano do Ensino Médio de uma escola privada sob uma perspectiva complexa e transdisciplinar. A pesquisa é fundamentada teoricamente na complexidade (MORIN,2015), trazendo como referência os seus principais operadores recursivo, dialógico e hologramático, na transdisciplinaridade (BEHRENS, 2015) e nos gêneros textuais (MARCUSHI, 2010; BAKHTIN, 1997). Com o amparo da complexidade, é possível sair do reducionismo da aprendizagem e por isso foi proposto uma atividade que supera os processos restritos de escutar, ler, decorar e repetir. Essa epistemologia, vai dar espaço a processos que envolvam ações que motivem os alunos a pesquisar, argumentar, produzir e criar. Foram investigadas as vivências e experiências dos estudantes ao realizar um projeto complexo e transdisciplinar, com o nome: Mi ciudad, mi realidad, no qual envolve o

“nostálgico” cartão postal, porém ressignificado pelo aplicativo, Instagram, o gênero não deixa de existir, ele se transforma de acordo com as mudanças de uma sociedade. Os alunos exploraram e (re)descobriram a cidade que moram e vivenciaram a sua realidade. Cada aluno postou uma foto, pelo Instagram, de algum ponto da cidade que era importante e interessante para ele e para cidade. Com a legenda, toda feita, em espanhol, justificou o motivo da escolha do lugar, a história do ponto escolhido e a importância para o universo dele. Estruturar práticas de leitura e escrita que contemplem o ensino-aprendizagem de gêneros é possível e necessário nas aulas de língua estrangeira, é o aluno atuando na contemporaneidade sob a perspectiva dos multiletramentos, ele deve ser reconhecido como o nativo digital. O intuito foi estimulá-los e motivá-los a entender melhor as estruturas da língua espanhola, valorizar e perceber o idioma em diferentes contextos e realidade. Hoje, o aluno precisa ser fazer parte integralmente da construção do seu saber. A escola deve promover letramentos da cultura participativa, letramentos múltiplos e multiculturais, através da complexidade e transdisciplinaridade é possível integrar e relacionar os vários conhecimentos e saberes.

Palavras chave: Gênero textuais.Língua espanhola.Complexidade

* Bolsista doutorado/CNPQ

OS JOVENS E AS REDES SOCIAIS

Janaina Faustino Leite
Vânia de Fatima Martino
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Este artigo tem por objeto de analise um estudo realizado com jovens acima de 16 anos e sua relação com as redes sociais. Na construção desta pesquisa partiu-se do pressuposto que nos últimos anos a utilização da internet foi facilitada através da utilização dos celulares/smartphones e também pela popularização dos planos de dados móveis e a disponibilização, cada vez maior em espaço público e de forma gratuita, de redes Wi-Fi. É possível notar que nesse cenário surgem as redes sociais que possibilitam além da comunicação entre as pessoas, a publicação de fotos, disponibilização de arquivos e vídeos, entre outros, fazendo com que os jovens vejam nas redes sociais todas essas possibilidades utilizando-se cada vez mais

desses serviços. Para tanto, alicerçou-se este trabalho em uma breve revisão teórica acerca do tema, complementada com a analise dos resultados de uma pesquisa empírica quantitativa construído a partir da aplicação de questionário survey, cuja amostra não probabilística por conveniência foi composta por 50 jovens acima de 16 anos pertencentes a um escola de ensino público no município de Passos – MG. O questionário foi disponibilizado on-line e respondido pelos jovens convidados a participar da pesquisa. De forma geral os resultados obtidos indicam que a maioria dos jovens estão conectados as redes em um período superior a 5 horas, utilizando preferencialmente seus celulares/smarthphones. Outro dado apontado na pesquisa indica que utilizam na maioria do tempo redes domésticas ou da escola, cujo principal objetivo desse acesso é a comunicação. Dessa maneira o artigo pretende disponibilizar alguns dos dados obtidos e ampliar a discussão a respeito do tema em questão.

Palavras chave: Jovens. Redes Sociais. Internet

OS RECURSOS MIDIÁTICOS NO ENSINO-APRENDIZAGEM NO EAD

Carla Andrea Pereira de Rezende*****
Adriana Pernambuco Montesanti
Lilian Cristina Gomes do Nascimento
UNIVERSIDADE DE FRANCA

Fundamentação teórica: A educação se transforma e se multiplica cada vez mais rapidamente, pois atualmente estamos no século da sociedade da informação. Esse formato sociocultural é incessante na busca e na transmissão de conhecimentos e informações. Tal realidade transforma a cada dia o perfil das pessoas, e inclusive das profissionais, como no caso do professor. Nesta nova demanda ele admite o papel do medidor que administra as informações como um intercessor desse processo, no qual inclusive deixou de estar obrigatoriamente fisicamente presente. Após a publicação do decreto nº 5622 de 2005, a qual regulamenta a modalidade nos diferentes níveis educacionais, observa-se um acelerado crescimento da modalidade de ensino-aprendizagem por meio do Ensino a Distância (EAD). Esta perspectiva adotada envolve uma análise das condições nas quais a EAD emerge no Brasil e como elas se instalam no âmbito das políticas públicas. Ademais, é necessário considerar o que diz respeito à educação tradicional e tendo como

embasamento o advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/1996 (LDB). Vale ressaltar da importância em reverberar um processo de implantação da EAD, por intermédio de iniciativas públicas e particulares em democratizar a modalidade, em especial, após a regulamentação elencada no art. 80 da LDB. Faz-se necessário compreender a importância de estratégias e planejamentos adequados para atingir um desempenho adequado das interfaces midiáticas, tendo em vista os desafios e peculiaridades pertinentes e presentes tanto no EAD, como em estudantes desta modalidade. Objetivo: Assim, este trabalho tem como objetivo analisar a contribuição pedagógica do recurso de vídeo-aulas para a EaD na visão de alunos, e analisar qual a relação entre as políticas públicas e os benefícios da aplicabilidade deste método.Metodologia: A presente investigação utilizou-se da aplicação de um questionário online para 494 alunos, de oito cursos superiores e de um curso tecnológico de uma instituição de ensino superior, os quais são cursados na modalidade EaD e usam materiais didáticos (vídeo-aulas) e aportes teóricos.Resultados: Os resultados demonstram que esta modalidade de ensino pode atingir uma finalidade das políticas públicas, visto que é um meio de acesso à informação e educação, democratizando o ensino-aprendizagem. Aos poucos, os ambientes virtuais de aprendizagem tomaram a cena e converteram-se em verdadeiras plataformas de gestão de conteúdos educativos, abrindo novos horizontes de aprendizagem. Conclusão: A EAD representa uma perspectiva de democratização do acesso à educação no Brasil. Vale ressaltar que estes recursos não substituíram os livros, e sim foram complementando. Os reflexos desta modalidade de ensino podem influenciar positivamente na qualidade da formação, garantir o acesso à informação e à educação, independente da espaço físico, temporal e o contato entre aluno e instituição de ensino.

Palavras chave: Metodologia. Educação a Distância. Acessibilidade. Informação.

* Bolsista Bolsa de Doutorado Capes

PARTICIPAÇÃO DOCENTE NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Renata Maria Pontes Cabral de Medeiros
Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE ITUVERAVA

A elaboração de políticas públicas pela qualidade da educação culminou com a promulgação do Plano Nacional de Educação (PNE), que determinou que Estados e Municípios criassem ou revisassem as suas versões locais de metas e estratégias. Para a efetivação de medidas que visem à qualidade da educação, é necessário que os professores sejam vistos como protagonistas na elaboração de políticas públicas, participando no processo de implementação e avaliação. Falar em protagonismo dos professores implica na participação efetiva destes profissionais no centro do debate educativo. Nesse sentido, os professores foram chamados a participarem da elaboração dos planos educacionais locais. O estudo teve como objetivo analisar o processo de participação dos professores de Educação Infantil na elaboração do Plano Municipal de Educação de um município do Estado de São Paulo. O presente estudo configura-se como uma abordagem mista, fazendo uso tanto de aspectos quantitativos, através questionário aplicado aos professores com questões de múltipla escolha sobre aspectos da participação como docente, quanto qualitativos com a análise dos dados obtidos através dos questionários. Os resultados mostraram que apesar da exigência legal de participação dos professores na efetivação do PME, isso não basta para que realmente ocorra à participação na implementação dessa política. A almejada participação necessita de apropriação de uma cultura de democracia participativa, que ainda não acontece neste município.

Palavras chave: Políticas Públicas; Participação docente; Plano Municipal de Educação.

PERCEPÇÃO DE DEFICIÊNCIA PELA SOCIEDADE E CULTURA DO PRECONCEITO: repercussões nas relações interpessoais na escola

Lara Villaça de Andrade
Ana Júlia Pereira Granero
Gabriela Maia de Almeida
Maria Cherubina de Lima Alves
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

A inclusão escolar de pessoas com deficiência é um desafio posto principalmente a partir da Declaração de Salamanca (1994), porém muitas dificuldades são enfrentadas para a sua efetivação. Dentre as dificuldades, questões socioculturais são importantes barreiras, dentre elas o preconceito em relação às pessoas com deficiência. A deficiência é caracterizada pela perda ou falta de uma função ou estrutura física ou mental. Na década de 70, a visão sobre a deficiência, sob influências da visão biomédica de que a deficiência era a de uma patologia que incapacitava a pessoa de exercer outras funções. Em meados dos anos 80, com o "Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência" (1981) iniciou-se um movimento que buscava a transformação da visão limitada da pessoa com deficiência. O aspecto atual da deficiência abrange campos culturais, sociais e individuais, uma vez que a classificação e conceituação de deficiência foi se modificando, descaracterizando a deficiência da pessoa, Entretanto, ainda é presente na cultura contemporânea a visão preconceituosa e estereotipada sobre a deficiência. O objetivo deste artigo é discutir aspectos da percepção social da deficiência que possam influenciar o preconceito presente nas relações interpessoais na escola. Através de uma revisão bibliográfica crítica, foi organizado um material que sustenta a discussão sobre as múltiplas visões sobre a deficiência e o preconceito em relação às pessoas com deficiência nas escolas, que levam mais à exclusão do que à aceitação da diversidade. Novos paradigmas sobre a deficiência podem apresentar-se como alternativa para o questionamento de valores socioculturais que sustentam o preconceito visível nas interrelações escolares (professor-aluno, aluno-aluno).

Palavras chave: Deficiência. Preconceito. Inclusão escolar. Exclusão.

PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE A FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE

Anelise Martinelli Borges Oliveira
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

No Brasil, a formação continuada de professores tem suscitado muitos estudos nas últimas décadas (ANDRÉ, 2010). Como forma de se responder as problematizações referentes à profissionalização docente, novas possibilidades são discutidas na esfera política, social, científica e prática. As legislações e os referenciais instituídos pelo governo, as organizações não governamentais, as pesquisas acadêmico-científicas e as discussões no âmbito das redes de ensino público e privado são apenas alguns desses exemplos. Este trabalho objetiva abordar a questão da formação continuada docente como uma prática fundamental para o desenvolvimento de competências necessárias para a atuação em sala de aula. Por meio do estudo de autores que abordam a formação continuada a partir do âmbito processual – Veiga (2008), Zeichner (2003), Nóvoa (1992), dentre outros –, entende-se que a profissionalização docente é um fenômeno permanente, que envolve o educador para além dos muros escolares. O trabalho também traz discussões acerca da terminologia utilizada ao longo dos anos para se designar a profissionalização docente, perpassando nomenclaturas como reciclagem, atualização, aperfeiçoamento, treinamento, capacitação, e, por fim, formação continuada, designação aqui utilizada. Os resultados do trabalho incidem sobre a formação continuada como uma mudança educativa em benefício de todos os sujeitos envolvidos no espaço escolar. Conclui-se que a temática deve ser concebida a partir de um sentido amplo e integral, capaz de envolver o estabelecimento de ensino, os saberes docentes e a vida profissional do professor.

Palavras chave: Formação continuada. Professor. Profissionalização.

PESQUISA-AÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NO MUNICÍPIO DE FRANCA EM BUSCA DA QUALIDADE

Fabiana Granado Garcia Sampaio
Djanira Soares de Oliveira e Almeida
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

A presente comunicação reúne os principais aspectos tratados na Tese de Doutorado de uma das autoras (2016), quando participou da gestão pública educacional do município de Franca no período de 2013 a 2016. O foco do estudo foi melhorar a qualidade da educação, tendo como instrumento de análise o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). O objetivo desta pesquisa se constituiu em utilizar os resultados do IDEB, o principal indicador educacional, no universo de 26 escolas que realizaram a prova Brasil e a partir desses dados, efetuar mediações nas escolas com índices inferiores, sugerindo alguns projetos utilizados pelas unidades com melhores índices de qualidade. Os indicadores desta pesquisa não emergiram no ato da mesma, afinal, ao tempo da defesa, não havia ainda o IDEB atualizado. O resultado das mediações, se não instantâneo, pôde ser percebido algum tempo após, com a alteração de níveis das referidas escolas pesquisadas em avaliações subsequentes.Além disso, as formas de implementação das politicas educacionais, no município, no período citado, foram acompanhadas na conformidade da disponibilidade e autorização legal, na LDB, o que proporcionou sucesso nos programas e projetos desenvolvidos.Ao par dos resultados alcançados, possibilitou-se a concretização dos planos políticos da Prefeitura que buscava um tratamento igual a todos os sujeitos cidadãos do município, sempre atendendo as demandas devidas e pertinentes.

Palavras chave: Politicas públicas educacionais. IDEB no municipio. Gestão pública educacional.

PIBID: a experiência do subprojeto de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava

Priscila Alvarenga Cardoso Gimenes*
Maria Madalena Gracioli
Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE ITUVERAVA

O Programa Institucional de bolsas de Iniciação à docência - PIBID é uma ação do Governo Federal, gerenciado pela Coordenação de aperfeiçoamento de pessoal de nível superior - Capes. Tem como objetivo o aperfeiçoamento e a valorização da formação de professores da educação Básica, por meio da inserção de graduandos dos cursos de licenciatura nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, com o intuito de lhes possibilitar a articulação entre teoria e prática na atuação direta com os alunos, e oportunizar a vivência no cotidiano escolar. Dede 2013 a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava - FFCL participa do PIBID, e no quatriênio 2014 - 2017 desenvolveu subprojetos com alunos das licenciaturas de Pedagogia, Letras, Matemática, Biologia, História e um projeto interdisciplinar envolvendo licenciandos dos cursos de Pedagogia e História. O presente artigo tem como objetivo apresentar aspectos da organização e desenvolvimento do subprojeto de Pedagogia desta instituição ao longo destes quatro anos, bem como os principais resultados alcançados nesse período. Para tanto conta com uma pesquisa bibliográfica e documental sobre os desafios do processo de formação de professores no país, realizada a partir das obras de Tardif (2002), Gatti e Nunes (2007), Veiga (2008), Saviani (2009) e dos documentos legais como a Lei de diretrizes e bases da educação (1996), as Diretrizes para o curso de Pedagogia (2006) e os documentos relativos ao PIBID, e, um relato da experiência vivenciada com as ações realizadas desde 2014. O subprojeto de pedagogia da FFCL desenvolvido nas séries inicias do ensino fundamental das escolas públicas municipais de Ituverava enfoca o trabalho com jogos no contexto educacional e tem alcançado resultados significativos, tanto no que se refere à formação das licenciandas que são unânimes em ressaltar os benefícios que a participação no projeto oportuniza, quanto para o processo de construção de conhecimentos dos alunos da educação básica que vivenciam situações ricas e diversificadas de aprendizagem, e ainda, para o aprimoramento das práticas pedagógicas desenvolvidas pelas professoras e supervisoras que atuam no PIBID. Os resultados

positivos obtidos com a realização do subprojeto de pedagogia evidenciam a relevância desta política pública de formação de professores e a necessidade de sua continuidade.

Palavras chave: PIBID. Formação de professores. Pedagogia. Jogos na educação.

* Bolsista PIBID (outras IES)

PIBID: Um estudo sobre o programa desenvolvido em uma instituição de ensino superior do estado de São Paulo

Ana Maria Falcão Filgueira
Vânia de Fatima Martino
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Este artigo apresenta resultados parciais de uma pesquisa em desenvolvimento, cujo objeto de análise é o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID/CAPES), implantado em uma instituição de ensino superior no interior do estado de São Paulo. O programa tem como princípio a aproximação dos licenciandos em formação com o ambiente escolar, tendo em vista seu preparo profissional no campo da docência. Para tanto foi realizado um estudo teórico acerca do tema de pesquisadores como Gatti, Nóvoa, Savianni, Palma Filho e outros que tratam da formação de professores. O estudo de campo utilizou-se de fontes como o Projeto Político Pedagógico dos cursos que participam do PIBID, dos projetos desenvolvidos nas diferentes áreas, bem como dos alunos participantes. Estes documentos forneceram dados a respeito da estrutura, funcionamento, propostas, projetos, objetivos e características fundamentais dos participantes. Nos procedimentos metodológicos recorreu-se à aplicação de questionários fechados com o intuito de identificar e analisar o perfil dos alunos bolsistas e não bolsistas selecionados, e avaliá-los a respeito da sua formação para a docência. A análise, ainda parcial dos dados obtidos, e das leituras realizadas estão subsidiando uma maior compreensão do Programa PIBID, tanto no campo da formação de professores, quanto mais amplamente no entendimento das políticas públicas educacionais no Brasil.

Palavras chave: PIBID, Formação de Professores, Licenciandos.

POLÍTICA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL: a experiência do município de Franca

Deise Aparecida Silva Malta
Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Este artigo tem como objetivo analisar a formação continuada realizada pelos docentes da educação infantil no Município de Franca e faz parte da dissertação de mestrado concluída no Programa de Pós Graduação em Planejamento e Análise de Políticas Públicas. Permitir que a criança viva plenamente sua infância e se desenvolva nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social, conforme estabelece o artigo 29 da LDB, requer um projeto de qualidade para Educação Infantil que considere os cuidados e e ducação específicos desta fase da vida e atenda as peculiaridades e necessidades da infância. No que se refere a discussão da qualidade na educação infantil as pesquisas e literatura ressaltam a importância da formação inicial e continuada dos profissionais. A capacitação do professor é primordial para o exercício da docência, por favorecer a aquisição de saberes específicos norteadores da prática pedagógica e, consequentemente, oportunizar a criança uma educação de qualidade que garanta seu pleno desenvolvimento. De acordo com as exigências da Educação Infantil na atualidade, o docente deve ser capacitado para atender ao novo modelo de sociedade e de conhecimento através de uma proposta de formação consistente que cumpra a legislação. Neste sentido, defende-se a formação continuada como um processo que privilegie a reflexão sobre o fazer pedagógico, condição essencial para se garantir a excelência do trabalho realizado nas creches e pré escolas. O presente artigo foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica embasada em teóricos que discutem sobre a educação infantil e formação docente, dentre eles Nóvoa(1992), Libâneo(1998), Kramer (2005) e Oliveira(2012), e pesquisa documental em legislações e documentos oficiais federais e municipais sobre formação docente.

Palavras chave: Formação Docente. Educação Infantil. Qualidade. Aprendizagem.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A RECUPERAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR

Rosilene de Fátima Rocioli Messias
Genaro Alvarenga Fonseca
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O presente trabalho é fruto de resultados parciais de um projeto de pesquisa em andamento, desenvolvido no Mestrado Profissional em Planejamento e Análise de Políticas Públicas da faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Unesp Franca. A pesquisa tem objetivo por geral de averiguar se os três instrumentos utilizados para a recuperação da aprendizagem escolar, de uma cidade do interior paulista, tem cumprido o seu papel enquanto política pública, auxiliando aos discentes que apresentam inabilidades durante o processo de ensino e aprendizagem no percurso do seu histórico escolar. Escolheu-se, como meio de investigação deste trabalho, a pesquisa bibliográfica e a documental, cuja a natureza é qualitativa de forma exploratória buscando padrões de dados coletados para explicar o distanciamento que há entre o ideário da formulação de uma política pública e a sua execução, analisados à luz de teóricos históricos críticos, sócio interacionistas e da neurociência. O universo da pesquisa foi uma escola municipal, da zona sul da cidade, que utiliza os três instrumentos de recuperação de aprendizagem, a saber: recuperação contínua, recuperação paralela e atendimento pedagógico, sendo que neste artigo será feito um recorte explorando o que, até o presente momento, pôde ser analisado da recuperação paralela. Espera-se que, com os resultados obtidos sobre o tema em questão, possa contribuir para que a recuperação de aprendizagem escolar possa ser repensada como um meio para de fato promover a aprendizagem, e assim alcançar a conclamada educação de qualidade para todos.

Palavras chave: Recuperação; Aprendizagem; Recuperação Paralela

POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÃO AFIRMATIVA PARA A PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA PERSPECTIVA DA LEI Nº 10.639/03

Eduardo Castejon Molina
Jonas Rafael dos Santos
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Este estudo tem o objetivo de discutir as principais políticas públicas de ação afirmativa que levaram à formulação e implementação da Lei Federal nº 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade da inclusão do ensino de “História e Cultura Afro-brasileira” na Educação Básica. A implementação da referida Lei está relacionada à instituição da Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial e pode ser compreendida como um avanço para a consolidação da Educação das Relações Étnico-Raciais, contribuindo para uma educação pautada pelos princípios da pluralidade, inclusão e combate à discriminação racial. Trata-se de uma apresentação de dispositivos legais e dos principais documentos oficiais da Educação que versam sobre a referida temática, apresentando também uma breve revisão bibliográfica de autores que discutem sobre a importância da inserção da Lei nº 10.639/03 na perspectiva da Educação das Relações Étnico-Raciais. As considerações finais apresentam alguns dos principais avanços e desafios apontados por autores que consideram a Lei nº 10.639/03 como um instrumento político de combate ao racismo, mas que ainda encontra limites impostos para sua implementação. Espera-se, portanto, que este estudo possa suscitar reflexões no que se refere à efetivação e enraizamento da Lei nº 10.639/03 enquanto política pública educacional fundamental para a promoção da Educação das Relações Étnico-Raciais no cotidiano escolar.

Palavras chave: Lei nº 10.639/03. Educação das Relações Étnico-Raciais. Políticas Públicas

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ESTADO DE SÃO PAULO: análise e contribuição

Ivani de Lourdes Marchesi de Oliveira
Maria Aparecida Gomes Chaves
Tânia Maria de Sousa Batista
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O artigo tem como objeto de estudo a Educação Especial cuja análise foi referenciada à norma disciplinadora Deliberação do Conselho de Educação do Estado de São Paulo de nº 149/2016. Fixou como objetivo contribuir para reflexões sobre inclusão de alunos da Educação Especial, sob a perspectiva da qualidade do ensino e aprendizagem, especificamente pretendemos analisar este ramo de Educação Básica, referenciada ao disciplinador legal do mesmo. A pesquisa de natureza qualitativa compreendeu etapas como revisão de literatura, análise dos dados colhidos da interpretação do texto legal, bem como exarados em discursos registrados em diários de campo os quais forneceram dados emergentes de nossas vivências com este tipo de ensino, no contato com professores destas classes e com alunos, cotejando-os com a norma supracitada. Buscou-se também a leitura e análise dos registros de resultados on-line, no site da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, revelados nos resultados do instituto de avaliação externa deste referido Sistema de Ensino denominado de SARESP - denotadora da expressão Sistema de Avaliação do Rendimento do Estado de São Paulo. Assenta-se a presente análise em linhas teóricas multidisciplinar e multirreferencial dada à complexidade e especificidade da Educação Especial, ancorando-se nos pensamentos de Foucault (nos métodos de “arqueologia” e “genealogia”, respectivamente heurísticos para levar à compreensão de como se constroem “verdades” e as relações de poder envolvem à temática), em achados das neurociências cognitivas que apontam para alterações cerebrais provocadas sob efeito do ensino e na teoria de Vygotsky sobre o desenvolvimento social da mente. Conclui-se pelo desencontro da prática com preceitos legais e teóricos e sugerimos para análise e implementação de Política Pública de Educação Especial, olhares, vozes e referenciais plurais, uma vez que o ponto dificultador que ressalta da análise realizada é que se avançou no aspecto legal e acadêmico disciplinar da questão de que finalizamos de analisar. Vigem ações pontuais e desconectadas para a implementação da política de Educação Especial.

Palavras chave: Educação Especial; Políticas Públicas; pluridisciplinaridade; multirreferencialidade.

POLÍTICAS PÚBLICAS E A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NO ENSINO

Livia Pelli Palumbo
Sofia Muniz Alves Gracioli
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

Políticas públicas, também chamadas de Políticas sociais, são as orientações para a tomada de decisões em assuntos públicos, políticos ou colectivos, sendo este conceito oriundo de duas áreas do conhecimento, quais sejam Política e Administração, e que vem sendo utilizado nas mais variadas áreas, permitindo que se estude o espaço social antes da implementação.Quando se fala em pessoa com deficiência, observa-se que a sociedade atual não está preparada para o assunto, uma vez que ainda se tem a ideia de que a pessoa tem determinada deficiência, quando, atualmente, o que se defende é uma dificuldade na interação da pessoa com o meio em que está inserida. A temática da inclusão social das pessoas com deficiência é merecedora de nossa atenção, já que o Brasil é um Estado democrático de Direito e a democracia pressupõe respeito à diversidade, aos grupos vulneráveis. A educação inclusiva trará benefícios para toda a sociedade, não somente às pessoas com deficiência, sendo a inclusão um processo mútuo de integração da sociedade e das pessoas com deficiência para ser inclusiva, não basta que a escola coloque na mesma sala de aula alunos com e sem deficiência, mas sim, que ofereça toda a estrutura física e de pessoal para a igualdade de acesso e permanência, dando oportunidade a todos os estudantes de desenvolverem suas potencialidades, como a acessibilidade da instituição (espaço físico), o fornecimento de tecnologias e materiais adequados a quem necessitar e, principalmente, a preparação dos docentes para atender a uma demanda diferenciada. Por isso, o objetivo do estudo é revisar as ações de políticas públicas e a inclusão do deficiente a partir das novas metodologias de ensino nos dias atuais. Justificando ser um tema de extrema relevância e que ter que ser discutido pela sociedade.

Palavras chave: Políticas Públicas.Ensino.Pessoa com deficiência.Inclusão Social.

PRIVAÇÃO DO BEM-ESTAR PRODUZIDA PELO DANO MORAL: a questão do abandono afetivo de filho e a responsabilidade civil frente à família

Regina Maria de Souza
Ana Paula dos Santos Prado
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA DE SANTA FÉ DO SUL

Este artigo apresenta como objetivo fundamental analisar a possibilidade de ressarcimento de lesão imaterial quando da ocorrência de abandono afetivo dos filhos, por parte dos genitores. O dano moral constitui-se em um fenômeno que vem sendo estudado no âmbito da Psicologia e Direito e que passou por significativo avanço, alcançado com a Constituição de 1988. Representa um tema polêmico que impacta diretamente no trabalho de juízes e advogados e no desenrolar das demandas que chegam às varas de família Cabe considerar que a criança possui direito à convivência familiar, ao afeto e a todos os direitos sociais decorrentes da presença dos genitores, tais como educação, saúde, habitação, cultura e lazer. Quando privada de seus direitos fundamentais, naturais e primários, bem como de sentimentos íntimos que são resultado da convivência com os genitores, caberá a estes últimos a devida punição, a reparação civil por meio de valor estimativo do dano causado a outrem. Caberá destaque, ao longo do projeto, aos diferentes desdobramentos no âmbito do Direito de Família, tanto da ocorrência do dano moral quanto das correntes doutrinárias favoráveis e contrárias à concessão do dano moral indenizável no âmbito do Direito de Família. Por fim, cabe considerar que o trabalho foi desenvolvido por meio revisão de literatura, com consulta a livros, manuais e períodos de referência para a temática.

Palavras chave: Dano Moral. Direito. Famílias

PRODUÇÃO TEXTUAL OU REDAÇÃO? uma análise discursiva de produções textuais do 9º ano do ensino Fundamental

Lorenna Mayara Fornel
Ana Lúcia Furquim Campos-Toscano
Leonardo Mailon Borges
Viviane Rezende Cardoso
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

Na escola, as produções textuais fazem parte da disciplina de Redação, por meio da qual o professor orienta os estudantes em suas produções desde questões

estruturais de cada gênero a conteúdos temáticos para serem desenvolvidos por eles. O gênero artigo de opinião, inserido na esfera jornalística, tem como foco a exposição do posicionamento do redator diante do tema articulado, contudo, observamos que na esfera escolar ao discutir sobre este gênero o estudante reproduz o conteúdo temático trabalhado pelo professor e não realiza uma produção de autoria. Esta pesquisa tem por objetivo analisar artigos de opinião produzidos por estudantes do 9º ano do ensino Fundamental, buscando compreender quais as marcas de subjetividade desse sujeito em suas produções e os discursos, ideologias e valores sociais veiculados a partir do conteúdo temático proposto e das orientações didáticas realizadas pelo professor. Assim, o referencial teórico-metodológico está pautado numa pesquisa bibliográfica acerca dos estudos do Círculo de Mikhail Bakhtin sobre gêneros do discurso, enunciado concreto e ideologia, e de seus comentadores, entre eles, Brait (2005), Discini (2010), Faraco (2006), Fiorin (2006) e Machado (2005). Para discutirmos sobre a produção textual na escola utilizamos os estudos de Geraldi (1997) e Marcuschi (2008) e, quanto ao gênero artigo de opinião na esfera jornalística, utilizamos os estudos de Gaudêncio (2009). Assim, podemos verificar a produção textual dos alunos a partir do que é ensinado pelo professor, e ainda, se podemos considerar redação ou produção de texto, tendo em vista que a disciplina prevê classificar bons textos ao seguir a estabilidade relativa do gênero em questão.

Palavras chave: Gêneros do discurso. Artigo de opinião. Produção textual. Subjetividade. Enunciado Concreto.

PROGRAMA DE PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA QUALIDADE DE VIDA EM ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E ENSINO FUNDAMENTAL I

Larissa Schutte Vidotti
Nelma Luisa Guerreiro Polli
Beatriz Lujan
ASSOCIAÇÃO VIDA BEM VIVIDA

O “Crescendo com Qualidade” é um programa contínuo realizado desde 2008 nas escolas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental I de uma rede municipal de uma cidade do interior paulista. O programa tem como objetivo a prevenção e promoção da qualidade de vida, atendendo, atualmente, a cerca de 1300 crianças matriculadas na rede, durante o turno escolar, além de promover ações destinadas a

seus familiares e à comunidade. As atividades são elaboradas e aplicadas nas instituições escolares por uma equipe de duas psicólogas e uma psicopedagoga quinzenalmente, em encontros com duração de 50 minutos com cada classe. Os temas abordados incentivam o trabalho em equipe, respeito à diversidade, desenvolvimento da empatia, autonomia, criatividade, comunicação interpessoal, busca pelo autoconhecimento, assertividade, expressão de sentimentos, autocuidado, preservação do meio ambiente, cuidados com a saúde e prevenção, dentre outros. O conteúdo das atividades contempla a utilização de recursos lúdicos e da arte terapia, permitindo a expressão de sentimentos e suscitando discussões em um espaço aberto para a escuta e para o diálogo. O programa conta, ainda, com uma assistente social para lidar com casos observados na escola que necessitem de orientações e apoio, por meio de visitas domiciliares e de oficinas semanais destinadas às famílias dos alunos realizadas na sede da entidade que abriga este programa. Em 2014, foi feita uma pesquisa qualiquantitativa com alunos que haviam participado das atividades do “Crescendo com Qualidade” dos três aos dez anos de idade, bem como com seus pais e/ou responsáveis, a fim de dimensionar o alcance e os resultados das ações contínuas do programa. Participaram do estudo 83 estudantes do 5º ano do Ensino Fundamental I e 89 pais e/ou responsáveis por estas crianças. Foi realizada uma sessão de entrevista semiestruturada com os alunos e outra com os pais e/ou responsáveis, além da aplicação da Escala de Qualidade de Vida da Criança (AUQEI – Autoquestionnaire Qualité de Vie Enfant Imagé). A análise dos resultados mostrou que mais da metade dos participantes pôde identificar mudanças de comportamento proporcionadas pelas ações do programa, considerando-as positivas, sendo que os pais e/ou responsáveis relataram que seus filhos(as) são mais responsáveis, além de perceberem melhorias em suas relações interpessoais e na compreensão dos valores sociais e ambientais, assim como maior autonomia, autoconhecimento e autocuidado. Pode-se inferir, desta forma, que o programa “Crescendo com Qualidade” vem atuando de maneira direta nos pontos relevantes ao desenvolvimento biopsicossocial destas crianças, contribuindo para a formação de indivíduos críticos, formadores de opinião e capazes de transformar a sociedade na qual estão inseridos.

Palavras chave: Intervenção psicossocial. Educação Infantil. Ensino Fundamental. Arte terapia. Recursos lúdicos.

PROGRAMAÇÃO LINEAR: resolução pelo Simplex com a utilização do Solver

Ryzia dos Santos Vieira
Laís Vilioni e Silva
Lucinda Maria de Fátima Rodrigues Coelho
CENTRO UNIVERSITÁRIO MUNICIPAL DE FRANCA

O objetivo do presente artigo é trabalhar problemas que envolvem tomadas de decisão na forma de otimizar, maximizando lucros ou minimizando custos. Será apresentada uma aplicação que utiliza vários conceitos aprendidos no ensino médio, como sistemas de equações lineares, sistemas de inequações lineares, matrizes, determinantes e outros, dando ao professor de matemática uma sugestão de um possível trabalho para ser feito com os alunos, e dessa forma, incentivá-los por meio de problemas práticos. Neste trabalho será abordado a Programação Linear (PL) e uma de suas formas de resolução, o Simplex, por meio do método computacional Solver do Excel. A PL tem o papel de distribuir os recursos de modo que seja obtido o melhor resultado possível, sendo estes resultados normalmente de natureza econômica, como capital, equipamentos, mão de obra, matéria-prima, tempo, entre outros. Ela maximiza ou minimiza uma função linear chamada de Função Objetivo e respeita um sistema de inequações lineares chamadas de Restrições Técnicas, mostrando, no final, a melhor forma de distribuir os recursos disponíveis. A bibliografia desse artigo foi composta pelos fundamentos de autores como: José Fernando Oliveira (1998), Paulo Feofoloff (2005), Erico Fagundes Lisboa (2002), Mauricio Pereira dos Santos (2007), Jean E. Weber (1986), Geraldo Magela Barbosa (2014), entre outros.

Palavras chave: Linear.Métodos.Programação.Resolução.Sistemas.Solver

PROJETO A ARTE DE SER MULHER: o enfrentamento da violência domestica por meio do trabalho socioeducativo

Vinícius Ribeiro de Morais
Maria Gabriela Apolinário Hilário
Kelly Cristina Canela
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O conceito de violência contra a mulher se estende para além da violência física, sendo passível de atenção também a violência psicológica, moral, patrimonial e sexual. O grupo de extensão “A Arte de Ser Mulher” compreende que a violência de

gênero e doméstica, se estabelecem como uma obstrução ao efetivo direito ao desenvolvimento social, pessoal e ao exercício da cidadania das mulheres. Considerando as consequências resultantes desta violência, seja ela física, social, emocional ou econômica, e o apelo cada vez maior por parte dos crescentes movimentos sociais, a prevenção e o enfrentamento a violência domestica é fundamental. Segundo o mapa da violência de 2015, com dados fornecidos pela OMS (Organização mundial da Saúde) o Brasil ocupava a posição de quinto lugar, em número de homicídios de mulheres, sendo um dos mais violentos, com uma taxa de feminicídios de 4,8 para 100 mil mulheres. O projeto de extensão possui como propósito e objetivo último, conscientizar e sensibilizar a comunidade sobre as possibilidades do enfrentamento e prevenção à violência e para alem disso, refletir de maneira horizontalizada e conjunta acerca dos tipos de violência e como reconhece-las; a condição feminina na sociedade contemporânea e as relações de gênero e como estas reforçam o sistema patriarcal. Essa aproximação da comunidade por intermédio do tema se dá metodologicamente por meio da realização de oficinas, debates, aulas expositivas e diálogos no âmbito escolar, atuando diretamente com as crianças e adolescentes, sem distinção de gênero e a partir do viés socioeducativo. Estas ações buscam não apenas a prevenção da violência por meio da educação e da compreensão dos papeis de gênero, mas também informar e instrumentalizar a população, sendo esta, uma forma de empoderamento. Por meio destas oficinas, o projeto de extensão busca informar o que é a violência e que esta não é apenas física e quais são as considerações para além do feminicídio, as violências institucionais, a mulher e a sua caracterização na mídia, entre outros fatores que rondam o espectro do que é ser uma mulher no 5º pais que mais mata mulheres.

Palavras chave: Violência doméstica.Feminicídio.Direitos humanos

PROJETO "OBSERVATÓRIO DO TEMPO PRESENTE": uma experiência no ensino de História a partir do PIBID

Ana Maria Ribeiro Tanajura Jabur*
Diego dos Santos Cardoso
Maria Eugênia Galindo de Oliveira
Jorge Luis Silvério de Lima
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE ITUVERAVA

Esse artigo apresenta uma experiência didática na área do ensino de História a partir do PIBID - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência, instituído pela CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, fundação vinculada ao Ministério da Educação e Cultura do Brasil (MEC), que atua na expansão e consolidação da pós-graduação brasileira, bem como apoia projetos de pesquisa e valorização do conhecimento científico. Mais especificamente, trata-se aqui da experiência do PIBID em parceria com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ituverava – SP na área do ensino de História, que contou também com apoio da Secretaria de Educação desse mesmo município citado: Ituverava, localizado no interior do Estado de São Paulo. Desenvolvido durante o ano letivo de 2016, o "Observatório do Tempo Presente" teve como objetivo a aplicação de ações didáticas inovadoras com vistas ao aperfeiçoamento do ensino de História no Ensino Fundamental. Buscou-se aumentar o interesse dos discentes nas aulas de História por meio do incentivo à participação de todos nas atividades propostas. Trata-se, portanto, de uma pesquisa-ação, uma pesquisa de campo de cunho qualitativo com participação ativa de alunos do curso de Licenciatura em História da FFCL de Ituverava, supervisionados por professora da própria escola de Ensino Fundamental e sob a coordenação dos professores da instituição de ensino superior responsável. Partindo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil-MEC/SEF,1998), a experiência pedagógica se fundamentou nos estudos de Piaget (1975), Freire (1996) e na teoria das inteligências múltiplas defendida por Gardner (1994). Foram utilizadas ferramentas didáticas diferenciadas, entre as quais os sistemas de informática e os recursos da arte, particularmente o teatro, cujo desenvolvimento é relatado aqui. Conclui-se que os alunos de Ensino Fundamental consideraram as atividades prazerosas, o que incentivou a participação, a solidariedade do grupo, bem como a prática da análise histórica e da crítica social.

Palavras chave: Palavras chave: Ensino de História. Informática. Teatro. PIBID.

* Bolsista PIBID (outras IES)

RECUPERAÇÃO DE CICLO: propostas e desafios

Gabriel Melo Clemente
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Este trabalho pretende discutir o uso do projeto PIBID dentro das salas de aula que trabalham com a recuperação de ciclo, onde nessas mesmas salas ocorrem um método adaptado de ensino dedicados aos alunos que não conseguiram obter a promoção de ciclo. Acredita-se que a recuperação de ciclo seja um meio para promover a reintegração social do aluno dentro da escola, criando um mecanismo que o aluno poderá usufruir para que no final do ano ele obtenha a promoção de ciclo. Analisou-se a implantação do projeto PIBID dentro de uma sala de recuperação de ciclo no ano de 2017 . Aplicou-se um método de educação adaptado de ensino para estes alunos, buscando outras formas de se passar o contúdo, através de conteúdos visuais, tais como filmes e imagens, promovendo modos alternativos de ensino. Até o presente momento, visto que o projeto ainda se encontra em desenvolvimento, notou-se uma grande dificuldade da sala em questões de assimilação do conteúdo, tendo em vista que muitos dos alunos que fazem parte desta classe são alunos de inclusão que possuem um certo nível de deficiência cognitiva. Os professores reclamam de maneira geral do comportamento da turma, e de toda dificuldade que encontram dentro da sala de aula. A implantação do projeto PIBID dentro de turmas como esta visa ser um modo alternativo de aprendizagem, já que de maneira geral o PIBID em conjunto com o professor buscam modos de se ter uma educação mais inclusiva de maneira a ser recebida como algo mais positivo pelos alunos desta classe.

Palavras chave: Educação. Recuperação. Ciclo-Adaptado. Método. Reintegração.

REGIME DA PROGRESSÃO CONTINUADA: panorama histórico dos sistemas de avaliação não seriados no brasil

Fernando de Moraes Toller
Vânia de Fatima Martino
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O presente trabalho tem por objetivo o estudo e análise do processo histórico/legal da implantação do Regime da Progressão Continuada e do sistema de avaliação

não seriada no Brasil. Para tanto, será levada em consideração a origem do Regime da Progressão Continuada, mediante abordagem teórica dos primeiros educadores a tratarem do tema, a partir da década de 1920. Neste contexto, serão analisados os primeiros trabalhos sobre o tema desenvolvidos pelo educador Almeida Júnior, sociólogo Luís Pereira e o psicólogo Dante Moreira Leite. Serão tratados também, a relação do Regime da Progressão Continuada no contexto da Lei de Diretrizes e Base do ano de 1961e as primeiras tentativas de implantação do referido Regime em escolas do país na década de 1970. Por último, serão abordadas as primeiras políticas públicas voltadas à implantação de sistemas de avaliação em ciclos, a partir das décadas de 1980 e 1990. É necessário ainda frisar que, toda essa retrospectiva histórica foi apreciada segundo os impactos e influências políticas, econômicas e sociais do Brasil, que foram se alterando no contexto de tempo e espaço do século XX. A pesquisa relativa ao trabalho é de natureza qualitativa e teve como parâmetro fundamental a revisão de parte da bibliografia sobre o tema. O limite final do presente estudo é a década de 1990, quando passou a vigorar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, permissiva e incentivadora de processos de implantação de variados Regimes de Progressão Continuada, em várias unidades federativas do Brasil, inclusive no Estado de São Paulo.

Palavras chave: Progressão Continuada. Processo histórico-legal de implantação no Brasil.

SABERES DA DOCÊNCIA: um olhar sobre a formação do docente de história

Fernanda de Melo Blanco
UNIVERSIDADE CRUZEIRO DO SUL

O presente estudo parte da reflexão em torno da formação de professores de História de uma cidade do interior de São Paulo. Para o desenvolvimento do mesmo, partimos de observações sobre o modo pelo qual o docente de História é projetado no curso de formação de inicial e quais são as contribuições de tal formação para a sua atuação cotidiana. Para tanto, inicialmente, buscaremos refletir em que medida o curso de graduação, o estágio supervisionado e a prática de ensino podem colaborar para o exercício de seu futuro ofício. Posteriormente, tendo em vista compreender o olhar que o próprio docente possui sobre sua formação, apresentamos os resultados obtidos por meio da pesquisa de campo. O instrumento

utilizado para a coleta dos dados foi entrevista semi- estruturada, cujo objetivo foi investigar quais são os saberes que este considera essenciais para a docência em História, e a contribuição da formação inicial para a construção destes saberes. Para discorrer sobre da temática em questão, faremos uso da teoria de Maurice Tardif concernente aos Saberes da Docência e dos escritos Circe Bittencourt que tratam do ensino de História. Como resultados, observamos que os professores sinalizam deficiências que podem ser atribuídas a graduação, especialmente no que se refere ao aspecto pedagógico, buscando, na formação continuada, alternativas que os possibilitem amenizar tais lacunas.

Palavras chave: Formação inicial.Estágio.Prática de ensino.Saberes da docência.História.Formação continuada.

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: construção possível

Ana Joice da Silva Peraro
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O presente trabalho se propõe a desenvolver a temática “Serviço Social na educação: Construção possível”, com o objetivo de contribuir com a discussão da problemática que envolve o profissional a inserção do Assistente Social na política de educação, atuando com suas competências e atribuições profissionais, diretamente com alunos, professores e famílias/comunidade, no cotidiano escolar. Realidade debatida nas agendas do conjunto Conselho Federal do Serviço Social/Conselho Regional do Serviço Social (CFESS/CRESS). Os objetivos específicos foram delineados para refletir sobre a contextualização nacional da educação e como política social; Serviço Social: contextualizando as origens da profissão e o serviço Social na educação. O método a ser usado será o Materialismo Histórico Dialético, que nos possibilitará ter uma aproximação com a realidade e uma melhor compreensão do objeto da pesquisa, trazendo concepções teórico-metodológicas que permite assimilar o movimento do pensamento a partir da materialidade histórica e concreta da vida do homem em sociedade. Assim, a investigação e o desenvolvimento da temática serão realizadas por meio de pesquisas bibliográfica e descritiva. Acredita-se que, o intuito maior é comunicar a categoria profissional com elementos constituídos a partir de uma concepção de educação coerente com o projeto ético-político profissional, que, por sua vez,

reconheça as particularidades da atuação do/a assistente social na referida política pública e, diante do contexto político e ideológico de ofensivas capitalistas, contribua para a intensificação da luta pela educação pública, laica, gratuita, presencial e de qualidade, como efetivo direito social, como prática emancipatória, e para a consolidação do Serviço Social na educação.

Palavras chave: Serviço Social. Política social. Educação. Projeto ético político profissional.

SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO: DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS

Priscila Maitara Avelino Ribeiro
Ellen Braune Reis Silva
Paula Ravagnani Silva
Josiani Julião Alves de Oliveira
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

O presente artigo se consolida como ensaio teórico por meio da pesquisa bibliográfica e objetiva a socialização dos conhecimentos construídos disciplina nomeada “Dimensão social nas políticas educacionais: a interface da educação e do Serviço Social” no programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP-Universidade Estadual “Júlio de Mesquita Filho” Campus Franca, para cumprimento de créditos do doutorado. Caracteriza-se como ensaio teórico, com pesquisa bibliográfica e documental de autores que discutem a temática problematizada. O estudo evidenciou as permanências de longa duração histórica que o campo educacional têm vivenciado, apontando seus desafios e avanços. Desvelou ainda que a inserção do Serviço Social enquanto uma profissão constituída legalmente nas escolas públicas, tende a contribuir com enfrentamento dos problemas sociais apresentados pelos alunos e famílias. Destarte, a educação é um direito garantido pela Constituição Federal de 1988, no entanto cabe aos educadores e profissionais, Assistentes Sociais, pedagogos, gestores, famílias e alunos inseridos nas escolas para que se cumpra o real papel da escola na luta por uma educação laica, gratuita, emancipadora e libertadora, contrapondo a lógica perversa de mercado e do capital. O Assistente Social poderá contribuir no campos educacional com formas de enfrentamentos as expressões e mazelas da Questão Social, buscando tornar a educação um direito universal.

Palavras chave: Educação; Direitos Sociais; Serviço Social

SEXUALIDADE E GÊNERO: concepções de um grupo de alunos de uma escola pública do interior paulista

Ana Paula Leivar Brancaleoni
Rosemary Rodrigues Oliveira
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Sexualidade e gênero são questões que compõem o cotidiano escolar, mas que não são frequentemente assumidas como assuntos a serem trabalhados e desenvolvidos pela escola. São, na maioria das vezes, compreendidos como “temas espinhosos”, o que participa da reprodução de concepções reducionistas e preconceituosas, sustentando uma performática binária dos sexos e gêneros, coadunando para a composição de um sistema “heteroterrorista”, em que aqueles que não se adequam aos padrões estabelecidos são discriminados e excluídos. Contudo, a escola deveria promover respeito às diversidades. Assim a discussão da sexualidade é quase inexistente nas escolas e quando ocorre, os temas são tratados de modo temeroso, utilizando-se de discursos prontos, focados no corpo biológico e medicalizados. Mesmo depois da revolução sexual na segunda metade do século XX, quando se intensificou a discussão sobre sexualidade humana e relacionamentos interpessoais, abordar o tema sexualidade ainda é adentrar em um solo fértil de tabus e reticências, principalmente em sala de aula. Ou seja, na escola, a sexualidade é reduzida à relação sexual e aos processos biológicos, desconsiderado-se os sentimentos envolvidos, a afetividade e os aspectos sociais. Os adolescentes, na maioria das situações, são somente instruídos de como devem se proteger contra a gravidez indesejada e a contaminação por Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST). O presente trabalho tem por objetivo analisar as concepções sobre sexualidade e gênero, de 27 estudantes de um sétimo ano de uma escola pública do interior de São Paulo, com os quais foram desenvolvidas oficinas sobre os referidos temas. Assumiu-se para o trabalho uma abordagem qualitativa de cunho cartográfico, em que o processo de intervenção e construção do conhecimento são indissociáveis. As oficinas ocorreram semanalmente ao longo de um semestre e os encontros e reflexões foram registrados em diário de bordo. Constatou-se que os estudantes compreendem predominantemente sexualidade a partir de um viés biologicista, afirmando-a como: sexo, ato sexual, DSTs, gravidez. Alguns afirmaram

sexualidade como sendo a orientação sexual da pessoa. Apenas três estudantes trouxeram outros elementos como: sentimento, relacionamento e questões sociais. No que se refere às concepções sobre gênero, observa-se uma confusão desta questão com orientação sexual e expressão de gênero, reafirmando o binarismo macho/fêmea, masculino/femino. Alguns afirmaram sexualidade como sendo a orientação sexual da pessoa. Apenas três estudantes trouxeram outros elementos como: sentimento, relacionamento e questões sociais. No que se refere às concepções sobre gênero, observa-se uma confusão desta questão com orientação sexual e expressão de gênero, reafirmando predominantemente o binarismo macho/fêmea, masculino/feminino, reproduzindo estereótipos e preconceitos. Destaca-se a importância da escola assumir sua tarefa na promoção de uma educação sexual emancipadora, promovendo o respeito à diversidade sexual e de gênero. Contudo, para tanto é necessário que a instituição supere seus próprios limites, salientando-se a importância do processo de formação de educadores (seja o inicial e/ou continuada) para que a ruptura com heterossexismo, com os reducionismos, estereotipias, preconceitos e discriminação sejam possíveis.

Palavras chave: Sexualidade e gênero. Reprodução de concepções reducionistas e preconceituosas. Revolução sexual.

SISTEMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL E SUAS CONTRIBUIÇÕES À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Braian Garrito Veloso*****
Daniel Ribeiro Silva Mill
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

A Educação a Distância (EaD) é uma modalidade que tem crescido vertiginosamente na sociedade contemporânea. No Brasil, ela vem ganhado destaque na última década, impulsionada, sobretudo, pelo Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) que, desde seu surgimento em 2006, vem fomentando a criação de variadas propostas nas Instituições Públicas de Ensino Superior (IPES). Concomitantemente ao célere aumento de cursos a distância, muito tem se discutido sobre o processo de institucionalização da modalidade na educação pública brasileira. Ora, dada a atual crise político-econômica do País, os subsídios oferecidos pelo Sistema UAB tornam-se incertos, levantando debates sobre a continuidade da EaD nas IPES. Posto isso, esta pesquisa tem como objetivo precípuo analisar a contribuição do Sistema UAB

no processo de institucionalização da EaD nas IPES brasileiras. No que se refere aos procedimentos metodológicos, realizou-se: análises documentais enfocadas nos Projetos Político Pedagógicos (PPP) de 41 IPES que ofertam cursos a distância por meio do Sistema UAB; pesquisas na Internet com vistas a identificar a existência de secretarias, coordenadorias, unidades acadêmicas, etc., direcionadas à EaD nas IPES; investigações a fim de observar a periodicidade da oferta dos cursos de graduação e pós-graduações a distância nas IPES; entrevistas semiestruturadas com profissionais docentes que atuam ou já atuaram em cursos a distância nas IPES. Para a apreciação dos dados, optou-se, preponderantemente, pelo método qualitativo, a fim de compreender os meandros presentes no fenômeno investigado. Com a pesquisa, concluiu-se que a institucionalização é um processo e que, por isso, não ocorre de forma binária, de sorte que as IPES, ao longo de aproximadamente uma década, têm-se organizado de distintas maneiras com a finalidade de incorporar a EaD à rotina institucional. Nesse ínterim, identificam-se alguns progressos como a contratação de docentes, o investimento em infraestrutura, a participação efetiva de profissionais da EaD nas decisões das instituições, etc. Em contrapartida, ainda existem pontos nevrálgicos que precisam ser considerados, como a precariedade dos vínculos entre tutores e universidade, a necessária garantia de que os estudantes da EaD tenham os mesmos direitos gozados pelos alunos da educação presencial, dentre outros percalços ainda presentes no processo de institucionalização da modalidade.

Palavras chave: Educação a Distância.Institucionalização.Sistema Universidade Aberta do Brasil.Instituições Públicas de Ensino Superior

* Bolsista Capes

TAMANQUEANDO NA GEADA: reflexões sobre a experiência do Fandango Caiçara (do Paraná) em sala de aula

Solano Rodrigo dos Santos
Alan Rafael de Medeiros
UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ

Ensaio acadêmico que descreve os modos de percepção (prévia), recepção, apreciação, apropriação e (re)interpretação do Fandango Caiçara, em sua variante paranaense, por alunos do 6ºs anos do Ensino Fundamental, junto a disciplina de

Artes, em escolas estaduais localizadas em Itaperuçu, município da Região Metropolitana de Curitiba (em específico: E.E. Bacharel Antônio Alves e C.E. José Pioli). Tal experimento foi desenvolvido de modo preliminar em julho de 2016, e mais recentemente, com coleta e análise de dados devidamente direcionados, entre julho e agosto de 2017. Sob o escopo dos Estudos Culturais, tal trabalho tem como objetivo abordar o contato, a compreensão, o aprendizado e a performance dessa manifestação cultural típica do litoral norte do Paraná (e algumas de suas distinções com a vertente do litoral sul paulista), assim como contribuir com análises e reflexões sobre a Cultura Popular em sala aula. Iniciando com uma breve enquete sobre a as possíveis significações do termo ‘Fandango’, e na sequência, ocorrendo a descrição do fenômeno em seu contexto histórico, estético e etnológico, como da musicalidade, corporeidade, simbologias e costumes ao redor do mesmo, tal trabalho foi fundamentado em teorias como a antropologia simbólica (de C. Geertz), a antropologia estruturalista (Lévy-Strauss) e antropologia da performance (de V. Turner e R. Schechner), além de questões ligadas a resistência da memória e da cultura de raiz ante aos mecanismos da hegemonia cultural (com base em Gramsci), e à importância da construção da linguagem (a partir de Stuart Hall), e das relações estruturalistas-construtivistas entre sociedade, cultura, educação e a economia dos bens simbólicos (provenientes de Pierre Bourdieu), trazendo ainda conexões com a Educação e o Ensino da Arte, em específico a pedagogia do oprimido (de Paulo Freire) e a educação estética (de Duarte Júnior). Já o fandango em si, teve suas características relatadas nas obras de Inamí C. Pinto e José E. Gramani, entre outros. No campo metodológico, se no ano anterior, inicialmente parecia exigir apenas contextualização e aplicação de prática, posteriormente acabou por revelar limitações, surgimento de novas contribuições em torno do assunto, suscitando o emprego de pesquisa quantitativa, ora com questionamento estruturado fechado, ora semi-estruturado com perguntas abertas, e ao fim, a abordagem estatística de tais informações. Porém, foi o contato direto com os “mestres fandangueiros” (ou griôs caiçaras?), e seus familiares, detentores dessa tradição, que se fez preponderante para apreensão de saberes, principalmente quando o arte-educador se propõe a ser um pesquisador/aprendiz dos mesmos, e posteriormente, multiplicá-los entre os estudantes. Desse modo, se faz um recorte sobre a pesquisa acadêmica e prática didática em torno do assunto, incluindo as impressões dos adolescentes diante de tal proposta, a qual se mostrou uma ferramenta em favor da conscientização de um

grupo social diante de sua própria herança, ainda que esquecida (ou ocultada...), pois também revelou facetas 'insuspeitas' do Vale do Ribeira, região geoeconômica a qual pertencem esses jovens, que embora sejam cercados por dificuldades, descobriram relações de identidade fortes e surpreendentes, ligando as (supostas) certezas do planalto ao mar de possibilidades, passos e ritmos "tamanqueados" do litoral.

Palavras chave: Arte-Educação. Cultura Popular. Estudos Culturais. Fandango Caiçara. Fandango Paranaense.

TECNOLOGIAS DIGITAIS APLICADAS ÁS ENGENHARIAS: um estudo sobre aprendizagem de língua portuguesa e motivação

Fabiana Parpinelli Gonçalves Fernandes
Carmen Lúcia Tozzi Mendonça Conti
Vivian Karina Bianchini
UNIVERSIDADE DE FRANCA

Este trabalho tem por objetivo apresentar uma análise dos discursos sobre motivação proferidos pelos alunos dos cursos presenciais de Engenharia Civil e Engenharia de Produção da Universidade de Franca ao encerrarem suas atividades em um curso extracurricular gratuito de Nivelamento On-line em Língua Portuguesa. Os discursos analisados às luzes da Análise do Discurso Francesa (AD) versam sobre a questão motivacional e as análises quanti-qualitativas apresentam dados sobre o perfil dos alunos participantes: gênero (masculino/feminino), curso e semestre, experiência em cursos on-line, grau de satisfação e reconhecimento de avanço no processo de aprendizagem. Os resultados apontaram para a criação de um "arquivo digital" sobre o sujeito engenheiro em formação – um sujeito "nativo digital", tecnológico, pertencente à Era Digital, que possui algumas defasagens em relação à Língua Portuguesa, mas que busca saná-las dentro na própria IES em que estudam, em prol das exigências acadêmicas e do mercado de trabalho. Percebe-se que a utilização das tecnologias digitais como apoio ao aluno presencial pode favorecer a aprendizagem do aluno nas questões referentes ás suas defasagens, não só no que diz respeito à Língua Portuguesa, mas em diversos campos do saber.Hoje temos muitos aplicativos que contribuem para que os profissionais da Engenharia possam obter resultados mais precisos e com mais rapidez ao elaborar seus trabalhos.

Palavras chave: Tecnologias digitais, Motivação, Ensino Superior, Língua Portuguesa, Análise do Discurso francesa.

TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL E PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: perspectiva de uma práxis transformadora

Paula Ravagnani Silva
Priscila Maitara Avelino Ribeiro
Ellen Braune Reis Silva
Josiani Julião Alves de Oliveira
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA "JÚLIO DE MESQUITA FILHO"

Este artigo objetiva a análise da Teoria Histórico-Cultural de Lev Vygotsky (1988) e da Pedagogia Histórico-Crítica e sua didática desenvolvida respectivamente por Dermeval Saviani (2013) e João Luiz Gasparin (2012) em viés a qualidade em Educação no âmbito das políticas educacionais, visando à formação de sujeitos críticos e transformadores, uma vez que no contexto atual se materializam distintas problemáticas econômicas, sociais, culturais, estruturais, entre outras. Dessa forma, por meio de um processo investigativo diante a pesquisa bibliográfica em concordância com as considerações abordadas, houve o estudo das obras “Formação social da mente” (1988) de Lev Vygotsky; “Vygotsky: aprendizado e desenvolvimento: um processo sócio-histórico” (2010) de Marta Kohl de Oliveira; “Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações” (2013) de Dermeval Saviani; “Uma Didática para Pedagogia Histórico-Crítica” (2012) de João Luiz Gasparin; entre outras. Ao considerar que “[...] a aprendizagem é uma superestrutura do desenvolvimento” (VYGOTSKY,1988, p. 89), a Teoria Histórico-Cultural é fundamentada no método Materialismo Histórico-Dialético segundo Karl Marx e delineia a construção social da mente, nessa perspectiva, a referida concepção epistemológica denota o desenvolvimento humano diante um processo inicialmente social, perpetuando a dimensão sociocultural como necessária e essencial para o processo de construção do conhecimento (OLIVEIRA, 2000). Assim, findando uma didática pedagógica crítica pautada na Teoria Histórico-Cultural, advém a proposta da Pedagogia Histórico-Crítica estruturada por Saviani (2013) e a didática da mesma investigada por Gasparin (2012), haja vista que a referida proposta pedagógica também é fundamentada no Materialismo Histórico-Dialético de Karl Marx adentrando a prática e a teoria conscientes para a efetivação da Práxis, desse

modo, em conformidade com a didática elaborada por Gasparin (2012) e que é estruturada na Teoria Dialética, destaca a necessidade da interação entre os sujeitos enquanto sujeitos sociais e a ligação dos mesmos diante o todo social no processo de apropriação do conhecimento no sentido de "1º) partir da prática; 2º) teorizar sobre ela e 3º) voltar à prática para transformá-la" (CORAZZA, 1991, p.86), importante ressaltar, que a delineada proposta pedagógica e sua didática podem ser utilizadas por todas as disciplinas em que os docentes tenham por finalidade o aprendizado do conhecimento de maneira crítica. Logo, no âmbito contemporâneo, a consolidação da Teoria Histórico-Cultural mediante o Método Dialético na didática frente à Pedagogia Histório-Crítica, podem contribuir de forma significativa no campo das políticas educacionais objetivando a qualidade em Educação ao vislumbrar a formação de sujeitos críticos, criativos e transformadores.

Palavras chave: teoria histórico-cultural, pedagogia histórico-crítica, método dialético na didática.

UM TRABALHO COM A ESFERA JORNALÍSTICA: o jornal em sala de aula

Lisângela Aparecida Guiraldelli*****
Cíntia Aparecida Garcia Felício
Fabiana Aparecida Borges Barbosa
Isadora Silva Gomes
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE ITUVERAVA

O presente trabalho faz parte do Subprojeto de Letras-FFCL pertencente a um projeto maior denominado PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Incentivo à Docência), financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), e está sendo aplicado na E.M.E.F. Jardim Guanabara-Ituverava/SP em uma sala de 8º ano do Ensino Fundamental II desde 2016. Tomando com base os estudos e as noções teóricas de gênero discursivo e o trabalho com jornal em sala de aula, de alguns autores como Bakthin (1992), Bronckart (1999), Marcuschi (2003, 2008), Alves Filho (2011) e Faria (2015), este estudo apresenta como atividade o trabalho com a esfera jornalística no cotidiano escolar. No decorrer do projeto com o jornal, aplicado na escola parceira, estão sendo trabalhados os conceitos de gêneros discursivos, o panorama histórico, vídeos sobre o surgimento do jornal e da imprensa, os usos do jornal e sendo elaborados materiais didáticos contendo atividades práticas e procedimentais para

serem aplicadas junto à sala de aula. Dentro da esfera jornalística, a notícia, a reportagem e o texto de opinião já foram apresentados aos jovens alunos pelos bolsistas para que a discussão e a leitura desses gêneros culminem em produções textuais em formato de texto. Este trabalho focaliza a coerência e a coesão textual com o propósito de levar o aluno a identificar e produzir textos do mais variados gêneros, nas diversas esferas discursivas.

Palavras chave: Gênero discursivo. Esfera jornalística. Sala de aula. Produção textual. Jornal.

* Bolsista PIBID (outras IES)

UM TRABALHO COM A ESFERA LITERÁRIA: o cordel em sala de aula

Lisângela Aparecida Guiraldelli*****
Leandra Aparecida Silva
Lais Freitas
FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DE ITUVERAVA

O presente trabalho faz parte do Subprojeto de Letras-FFCL, pertencente a um projeto maior denominado PIBID (Programa Institucional de Bolsa de Incentivo à Docência), financiado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), e foi aplicado na E.M.E.F. Jardim Guanabara-Ituverava/SP- em uma sala de 7º ano do Ensino Fundamental II nos anos de 2014 e 2015. A presente pesquisa buscou trabalhar a leitura, a interpretação e a produção de textos, focando a coerência e a coesão textual no ensino de Língua Portuguesa, a fim de levar o aluno a ser capaz de identificar e produzir textos dos mais variados gêneros, considerando o contexto, a situação de comunicação, os interlocutores, o conhecimento de mundo e o linguístico, o grau de formalidade e o uso descritivo dos elementos da língua. Baseando-se nos estudos e nas noções teóricas de gênero discursivo de alguns autores como Bakthin (1992), Bronchart (1994), Marcuschi (2003) e Alves Filho (2011), este estudo, que foi a continuidade de um trabalho iniciado em 2014, apresentou como atividade o trabalho com a literatura de cordel (dentro da esfera literária) no cotidiano escolar. Alguns motes tratados pelos cordéis como bichos, malandragem, viagens fantásticas, humor, temática social etc. foram apresentados aos jovens alunos do 7º ano, pelos bolsistas, para que a discussão desses folhetos, seguida de leitura e produção textual, retratasse diversos aspectos da sociedade e funcionasse como instrumento de reflexão, pois como afirma Alves

Filho (2011), o contato com uma variedade de gêneros pode levar os jovens a terem mais poder de participação na vida cotidiana.

Palavras chave: Gênero discursivo. Esfera literária. Sala de aula. Produção textual. Cordel.

* Bolsista PIBID (outras IES)

ÍNDICE

A

Adolfo Domingos da Silva Junior, 39
Adriana Pernambuco Montesanti, 148
Alan Rafael de Medeiros, 173
Aleff Jouni Ribeiro, 95
Alessandra Freitas Lopes Ferreira, 124
Alexandre Walmott Borges, 110
Aline Martinez Delalibera, 49
Aline Virgínia Scorsato Sousa, 86
Ana Gabriela Rosa de Andrade Asevedo, 128
Ana Joice da Silva Peraro, 169
Ana Júlia Pereira Granero, 151
Ana Lucia Bassi, 83
Ana Lúcia Furquim Campos-Toscano, 100, 103, 161
Ana Lúcia Gomes Estefani, 40
Ana Luiza Cruz Abramovicius, 132
Ana Maria Falcão Filgueira, 155
Ana Maria Ribeiro Tanajura Jabur, 137, 166
Ana Paula dos Santos Prado, 44, 57, 161
Ana Paula Leivar Brancaleoni, 31, 64, 73, 88, 130, 171
Ana Paula Neves de Oliveira, 56
Ana Paula Oliveira Rescia, 72
Anamélia Cardoso Guasti Lourinho, 32
Andréia Aparecida Branquinho Carvalho, 28, 135
Andréia Aparecida Reis de Carvalho Liporoni, 76
Andreza Mendes Fachina, 43
Anelise Martinelli Borges Oliveira, 60, 102, 152
Angela Cristina Basílio de Freitas, 73
Angélica Aparecida Alves Lourenço, 51
Angelita Salomão Muzeti Borges, 25
Aniely Cristina Romualdino, 111
Anne Caroline Primo Ávila, 26, 53
Antonio dos Santos Andrade, 78
Aurélia Garcia Gomes, 132

B

Barbara de Freitas do Amaral, 132
Barbara Oliveira de Carvalho, 58
Beatriz Lujan, 162
Berenice Bolzani, 138
Braian Garrito Veloso, 172
Bruna Soares de Souza, 19, 45
Bruno Batista Gomes, 135

C

Caio Samuel Franciscati da Silva, 73
Cairo Viela, 109
Cairo Vilela, 35
Camila Gonçalves Garcia, 136
Camila Museti Bezerra, 143
Carla Andrea Pereira de Rezende, 148
Carlos Eduardo Stante Gomes, 67, 139
Carmen Lúcia Tozzi Mendonça Conti, 127, 175
Caroline Avelino de Oliveira, 62, 79
Cátia Aparecida Spagnol, 40, 43
Célia Maria David, 29, 113
Cibele Gomes dos Santos, 73, 105
Cíntia Aparecida Garcia Felício, 177
Clarissa de Andrade Fernandes, 47
Cynthia Silva Machado, 69

D

Daniel Ribeiro Silva Mill, 172
Daniela de Figueiredo Ribeiro, 89, 98, 111, 119, 128
Daniele Giacomo Eleuterio Veronez, 61
Danilo Candido Bulgo, 117, 127
Debora Nassif Alves Rodrigues, 105
Deise Aparecida Silva Malta, 156
Diego dos Santos Cardoso, 166
Djanira Soares de Oliveira e Almeida, 58, 153
Driely Turi Ursini, 34

E

Eduardo Castejon Molina, 158
Elaine Barreto Batista, 117
Elaine Cristina Narcizo, 90
Eliana Bolorino Canteiro Martins, 95, 144
Eliana Canteiro Bolorino, 54, 68
Eliene de Andrade Pimentel, 98
Elisa Garcia Bertoni Idalgo, 23
Elisa Helena Meleti Reis, 113
Elizangela Leite Aziz, 117
Ellen Braune Reis Silva, 118, 170, 176
Érica de Souza Santos, 85

F

Fabiana Aparecida Borges Barbosa, 177
Fabiana Granado Garcia Sampaio, 58, 153
Fabiana Parpinelli Gonçalves Fernandes, 175
Fabio Marques Gonçalves, 120
Fabíola Peixoto Cintra, 30
Fabrício Gomes Campitelli, 28
Fatima Aparecida Coelho Gonini, 24
Felippe Araújo Barbosa da Silva, 124
Fernanda Cristina Barros Marcondes, 26, 53
Fernanda de Melo Blanco, 168
Fernandes Balieiro Filho Inocêncio, 30
Fernando de Moraes Toller, 167
Fernando Falasco Martho, 131
Fernando Melo Gama Peres, 126
Filipe Pimenta Carota, 16, 123
Flavia Haddad França, 82, 83
Flavia Pinheiro da Silva Colombini, 15

G

Gabriel Melo Clemente, 167

Gabriel Souza Gregorutti, 116
Gabriela Helena dos Santos Marcelino, 125
Gabriela Maia de Almeida, 151
Gabriela Silva Ferreira, 81
Gabrielle Stéphany Nascimento Sgarbi, 40, 43
Genaro Alvarenga Fonseca, 21, 28, 39, 42, 56, 96, 97, 131, 135, 157
Graziela Donizeti dos Reis, 68
Guilherme Christiani, 80
Guilherme Victor Norberto de Carvalho, 21
Gustavo Morais de Queiroz, 22

H

Helen Barbosa Raiz Engler, 69
Hilda Maria Gonçalves da Silva, 19, 36, 51
Hugo Peres Peruchi, 42

I

Irenilde Dias Guimarães, 91, 101
Irma Helena Ferreira Benate Bomfim, 66
Isabela Cintra Moherdaui, 138
Isadora Bettarello, 31
Isadora Silva Gomes, 177
Italo Rodrigues Bortoloto, 96
Ivani de Lourdes Marchesi de Oliveira, 159
Ivone Aparecida Vieira da Silva, 91, 101

J

Jacqueline Figueiredo, 90
Jair Rosa Junior, 32
Janaina Faustino Leite, 147
João Carlos Vieira Sampaio, 136
João José Caluzi, 62, 79
Joelcy Rita dos Passos, 92
Jonas Rafael dos Santos, 158
Jordania Mara Fernandes Faria, 54
Jorge Luis Silvério de Lima, 137, 166
José Francisco Bertolo, 130
Josiani Julião Alves de Oliveira, 170, 176

K

Karina Augusta Limonta Vieira, 17, 52
Katiucia e Silva, 127
Kelly Barbosa Reis Ferreira, 118
Kelly Cristina Canela, 58, 164
Kelly Jacqueline Barbosa, 73

L

Laís Caroline Neves, 76
Lais Freitas, 178
Laís Vilioni e Silva, 164
Lara Papesso, 126
Lara Villaça de Andrade, 151
Larissa Fernanda Barbosa Benevides, 86
Larissa Marcela Marini, 141
Larissa Marim da Costa, 77
Larissa Schutte Vidotti, 78, 162
Leandra Aparecida Silva, 178
Leonardo Mailon Borges, 161
Leonardo Teixeira Gomes, 48, 134
Letícia Ferreira Querino, 125
Leticia Vieira Basilio, 64
Lidiane Moutinho Neves, 117
Lilian Cristina Gomes do Nascimento, 148
Lilian Rodrigues, 85, 115
Lindinara Vieira, 63
Lisângela Aparecida Guiraldelli, 177, 178
Livia Pelli Palumbo, 75, 160
Lorenna Mayara Fornel, 100, 161
Lucas Borges Oliveira, 95
Lúcia Aparecida Parreira, 59
Luciana A Mani Adami, 27
Lucimary Bernabé Pedrosa de Andrade, 25, 47, 81, 136, 150, 154, 156
Lucinda Maria de Fátima Rodrigues Coelho, 95, 164
Luiz Carlos Avelino Silva, 145
Luiz Henrique Garbellini Filho, 37

M

Maísa Malta, 20
Manoel Ayusso Martins, 140
Marcela Helena Petroni Pinca, 126
Márcia Pereira Cabral, 38, 127
Márcia Pereira da Silva, 124, 133
Marco Aurélio Gumieri Valério, 77
Marcos Alves de Souza, 87
Marcos Juinthi Koba Morise, 36
Maria Aparecida Gomes Chaves, 159
Maria Cherubina de Lima Alves, 151
Maria Clara Defendi Feliciano, 111
Maria Cristina Piana, 40, 43, 59
Maria Esteva Guerreira Donaton Delfino, 72
Maria Eugênia Galindo de Oliveira, 166
Maria José de Oliveira Lima, 132
Maria José Ferreira, 91, 101
Maria Madalena Gracioli, 154
Mariana Lima Menegaz, 110
Mariana Silva Gomes, 58
Mariana Silva Ribeiro, 50
Mariangela Santos de Oliveira, 95
Marina Melo Cintra, 67, 139
Marina Novaes de Senne, 48, 134
Marinês Santana Justo Smith, 92
Maura Cristina, 24
Mayara Marques de Souza, 66
Melissa Franchini Cavalcanti Bandos, 70, 104
Milton Marcondes Teixeira Junior, 45
Milton Marcondes Teixeira Júnior, 112
Mireille Alves Gazoto, 144
Monica de Oliveira Faleiros, 103

N

Nassim Chamel Elias, 18
Natasha Pereira Barbosa, 98
Nayara Lança de Andrade, 121

Nelma Luisa Guerreiro Polli, 162

P

Paula Ravagnani Silva, 118, 170, 176
Paulo César Corrêa Borges, 37
Paulo Roberto Mermejo, 46
Pedro Henrique Pereira e Pereira, 66
Pedro Henrique Reato Cisi, 22, 45
Pollyana Paula dos Santos Prado, 44
Priscila Alvarenga Cardoso Gimenes, 25, 154
Priscila Maitara Avelino Ribeiro, 91, 101, 118, 170, 176
Priscila Penna Ferreira Coelho, 146
Priscilla Maria Pereira, 111

R

Rafaela Velone Grespan Amadeu, 33
Raffael Ronaldo Orlandin, 21, 96
Raquel Aparecida dos Santos, 70
Raquel Lazzari Leite Barbosa, 102
Raquel Rangel Cesario, 50, 105, 106
Regina Aparecida Leite de Camargo, 112
Regina Maria de Souza, 44, 57, 161
Renata de Fátima Gonçalves, 108
Renata Maria Pontes Cabral de Medeiros, 136, 150
Ricardo Scucuglia Rodrigues da Silva, 116
Rita Aparecida de Cássia Biason, 126
Rita De Cassia Petrenas, 24
Rita Marta Mozetti Silva, 104, 119
Roberta Penna Ferreira Tonhati, 146
Rodrigo Touso Dias Lopes, 27
Rosemary Rodrigues de Oliveira, 64, 73
Rosemary Rodrigues Oliveira, 171
Rosilene de Fátima Rocioli Messias, 157
Rutineia Cristina Martins, 70
Ryzia dos Santos Vieira, 164

S

Sabrina David de Oliveira, 18
Sandra Aparecida Ferreira Guerra, 106
Sandra Magali Junqueira, 89, 128
Santiago Castigio e Monteiro, 49
Sebastião Donizeti da Silva, 29
Sheila Fernandes Pimenta e Oliveira, 82, 83, 106
Silvana da Silva Avanci, 86
Silvia Regina Viel, 125
Silvio Carvalho Neto, 94
Sofia Muniz Alves Gracioli, 75, 160
Solano Rodrigo dos Santos, 173
Sylvia Maria Godoy Amorim, 88

T

Tais Maria Otsuko, 99
Tânia Maria de Sousa Batista, 159
Tark Fraig, 28
Tatiana Noronha de Souza, 46, 63, 80, 99, 121
Thais Aparecida Bento Reis, 108
Thaís Campos Teixeira, 66
Thais Machado, 23, 114
Thays Ribeiro Guedes, 72

V

Valeria Marta Nonato Fernandes Mokwa, 24
Vanessa Cristina Girotto, 108
Vanessa Moscardini de Oliveira Junqueira Villela, 42, 141
Vânia de Fatima Martino, 15, 49, 140, 147, 155, 167
Vinicius Eduardo Martino Fonseca, 145
Vivian Karina Bianchini, 175
Viviane Rezende Cardoso, 161
Viviane Tôgo Nakao, 138

W

Wagner Augusto da Silva Martins, 97
William Parreira Alves, 35, 109

unesp

Uni-FACEF
Centro Universitário Municipal de Franca

Apoio

ACIF

FAPESP

Fundunesp

FUNDAÇÃO vunesp

ISSN 2236-7306

Informações

0800 940 4688 | 16 3713.4688
unifacef.com.br

16 3706.8700
franca.unesp.br